



Universidade Federal do Amazonas- UFAM



Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral à Família no CRAS São José IV, em Manaus/AM

**Manaus – Amazonas
Setembro / 2011**

SIMONE TAVARES DA SILVA COSTA

Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral à Família no CRAS São José IV, em Manaus/AM

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, sob a orientação da Professora Doutora Iraildes Caldas Torres.

**Manaus – Amazonas
Setembro/2011**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

C837c Costa, Simone Tavares da Silva

Chefia feminina e trabalho precarizado: um olhar para as mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral à Família no CRAS São José IV, em Manaus/AM / Simone Tavares da Silva Costa .- Manaus: UFAM, 2011.

130f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientadora: Prof^a Dr^a Iraildes Caldas Torres

1. Mulheres trabalhadoras – Amazonas 2. Mulher e família – Amazonas 3. Mulheres chefes de família – Amazonas - Condições sociais I. Torres, Iraildes Caldas (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1987) 396.5/.6(811.3).09(043.3)

SIMONE TAVARES DA SILVA COSTA

**Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as
mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral à Família no
CRAS São José IV, em Manaus/AM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, sob a orientação da Professora Doutora Iraíldes Caldas Torres.

Aprovado em _____ de Setembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Iraíldes Caldas Torres – Presidente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Ester Rossini - Membro
Universidade de São Paulo - USP

Prof^ª. Dr^ª. Yoshiko Sasaki - Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^ª. Dr^ª. Lucilene Ferreira de Melo – Suplente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^ª. Dr^ª. Simone Eneida Baçal de Oliveira – Suplente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

À Deus, que me deu força e sabedoria para que eu insistisse na luta mesmo diante de tantas dificuldades;

Aos Meus pais José Alves e Domingas Tavares por tudo que me proporcionaram ao longo da minha vida;

À Minha filha Gabriela pela compreensão da minha ausência e por acreditar em meu trabalho, incentivando-me nas horas difíceis;

Meu eterno companheiro, Antônio Neto, que além de seu amor que me fortalece a cada dia, me incentiva e apóia para lutar pela realização de meus sonhos.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui registrado meus profundos agradecimentos a todos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização desse trabalho.

Primeiramente a Deus que tem me proporcionado sabedoria e discernimento para a boa condução de minhas atividades.

Aos meus pais José Alves e Domingas Tavares pelos seus ensinamentos e o incentivo aos estudos.

Ao meu esposo, Antonio Neto e minha filha Gabriela que juntamente comigo acreditaram neste trabalho.

As minhas queridas irmãs pelo carinho e apoio nos momentos difíceis.

À minha orientadora Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres que com paciência e dedicação, mostrou-me a importância e o compromisso com a Pesquisa Científica, me proporcionando amadurecimento intelectual e profissional.

As professoras, Dra. Rosa Ester Rossini e Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira que tão prestativamente aceitaram o convite para a Banca de Qualificação, contribuindo significativamente com a pesquisa.

A Profa. Dra. Yoshiko Sasaki pela suas valiosas contribuições na minha trajetória acadêmica.

A SEMASDH - Instituição que abriu as portas para a realização da pesquisa.

Às mulheres sujeitos da pesquisa que com muito apreço, disponibilidade, confiança e, sobretudo, generosidade, aceitaram participar desse estudo me contando um pouco de suas vidas, tornando possível este trabalho.

A Universidade Federal do Amazonas, que através do corpo docente, me proporcionou o crescimento intelectual.

As colegas do mestrado que juntamente comigo caminhamos vencendo desafios em cada etapa, incentivando-nos umas as outras.

Resumo

Este estudo teve como propósito analisar os fatores que contribuem para o fenômeno da chefia feminina, dando especial relevo às mulheres usuárias dos serviços sociais do CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus. Discutimos neste trabalho os elementos constitutivos da família evidenciando os novos “arranjos” familiares nos tempos atuais, chamando a atenção para a significativa inserção da mulher no mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São José IV que é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH). O trabalho de campo foi realizado junto às mulheres moradoras do bairro São José II e IV cadastradas no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). A metodologia utilizada foi pautada nas abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. O levantamento de dados secundários foi feito junto aos órgãos de referência (IBGE, PNAD) e junto à instituição executora da assistência social à família em situação de vulnerabilidade social, SEMASDH. A amostra empírica foi constituída por 20 mulheres usuárias dos serviços sociais do CRAS e cadastradas no PAIF, sob a técnica de formulário contendo perguntas abertas e fechadas com o objetivo de identificar as mulheres chefes de família. A técnica de entrevista semi-estruturada foi destinada às profissionais do serviço social, psicologia e à coordenadora do CRAS. Dentre os múltiplos aspectos revelados, a pesquisa constatou que as mulheres chefes de família têm orgulho dessa nova condição de gênero. Muitas delas desejam voltar a estudar para sentirem-se bem com elas mesmas e para melhorar sua condição de vida, sendo marcante sua vontade em lutar por adequadas condições de trabalho, emprego e renda à guisa de construção da sua cidadania. Conclui-se, que essas mulheres têm consciência de si e de seu importante papel não só no âmbito da família, mas também dentro do atual contexto contemporâneo, colocando-se como constructo social dentro das relações de gênero.

Palavras - chaves: Família, Trabalho, Chefia Feminina

ABSTRACT

This study aimed to analyze the factors that contribute to the phenomenon of female head, with special emphasis on women's social service users CRAS São José IV in the East Zone of Manaus. Discussed in this paper the elements of the family showing the new "arrangements" family in modern times, drawing attention to the significant inclusion of women in the labor market. The survey was conducted at the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of São José IV which is connected with the Municipal Social Welfare and Human Rights (SEMASDH). The fieldwork was conducted among women living in the neighborhood to São José II and IV enrolled in the Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). The methodology used was based on qualitative approaches without excluding the quantitative aspects. The survey of secondary data was made with reference to the organs (IBGE, PNAD) and by the executing institution of social assistance to families in situations of social vulnerability, SEMASDH. The empirical sample consisted of 20 female users of social services in the CRAS PAIF and registered under the technical form containing open and closed questions in order to identify women heads of households. The technique of semi-structured interview was aimed at professionals in social work, psychology and coordinator of the CRAS. Among the many aspects revealed, the survey found that women heads of family are proud of this new gender condition. Many of them want to go back to school to feel good about themselves and improve their living conditions, which demonstrates their willingness to fight for adequate working conditions, employment and income by way of building citizenship. It is concluded that these women are aware of itself and its important role not only within the family, but also within the current contemporary context, posing as social construct within gender relations.

Words –Keys: Family, Work, Women's Leadership

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPITULO I – AS METAMORFOSES DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	17
1.1 – Os novos tipos da família na contemporaneidade	17
1.2 – As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas interferências na família	28
1.3 – As mulheres e o mercado de trabalho no Brasil	38
 CAPITULO II – A CHEFIA FEMININA E OS SEUS DESAFIOS NO CRAS SÃO JOSÉ IV EM MANAUS/AM	46
2.1 – Mulheres chefes de família e os deslocamentos dos papéis de gênero	46
2.2 – Famílias chefiadas por mulheres usuárias do CRAS São José IV	56
2.3 – Condições de trabalho e renda das mulheres participantes do Programa de Atenção Integral à Família no CRAS São José IV.....	67
 CAPITULO III – A ESPACIALIDADE E OS SUJEITOS DA PESQUISA	78
3.1 – O CRAS São José IV e o Programa de Atenção Integral à Família	78
3.2 – As condições de vida das mulheres chefes de família usuárias do CRAS São José IV em Manaus/AM	92
3.3 – Perspectivas de vida das mulheres amostradas: sonhos e utopias	103
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
 REFERÊNCIAS	115
 ANEXOS	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividade Remunerada das Mulheres Cadastradas no PAIF do CRAS São José IV.....	44
Tabela 2 – Pessoas Responsáveis pelos Domicílios por Sexo – 2000	57
Tabela 3 – Renda Individual das Mulheres Usuárias do CRAS São José IV e Renda Familiar	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Geográfica do Bairro São José IV na Zona Leste de Manaus/ Amazonas	79
Figura 2 – Imagens do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São José IV em Manaus/ Amazonas	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipo de Família	24
Gráfico 2 – Responsável pelas Crianças das Mulheres Usuárias do CRAS São José IV quando Realiza Atividade Remunerada.....	26
Gráfico 3 – Situação Contratual das Mulheres Usuárias do CRAS São José IV no Mercado de Trabalho.....	34
Gráfico 4 – Principal pela Manutenção da Família	57
Gráfico 5 – Situação Atual das Mulheres Usuárias do CRAS São José IV no Mercado de Trabalho	68
Gráfico 6 – Setor que as Mulheres Usuárias do CRAS São José IV trabalhavam antes de entrar para o mercado de trabalho informal	69
Gráfico 7 – Escolaridade das Mulheres Cadastradas no PAIF do CRAS do São José IV.....	71
Gráfico 8 – Procedência das Mulheres Cadastradas no PAIF do CRAS do São José IV.....	72
Gráfico 9 – Faixa Etária das Mulheres Participantes do PAIF no CRAS do São José IV.....	93
Gráfico 10 – Quantidade de Filhos das Mulheres da Pesquisa Participantes do PAIF	94
Gráfico 11 – Número de Pessoas Contribuem nas Despesas Domésticas	97
Gráfico 12 – Período de Trabalho das Mulheres Participantes do PAIF no CRAS São José IV	97
Gráfico 13 – Conciliação das Atividades de Casa, Cuidados com os Filhos e Atividade Remunerada	99
Gráfico 14 – A Dupla Jornada Interfere na Qualidade de Vida da Mulher?	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CF 88 - Constituição Federal de 1988
CADÚNICO – Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
DI – Distrito Industrial
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
MDS – Ministério de desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PBF - Programa da Bolsa família
PEA - população economicamente ativa
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMASH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINE – Sistema Nacional de Empregos
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
ZFM - Zona Franca

INTRODUÇÃO

Este estudo se ocupa de uma abordagem sobre a condição da chefia feminina das usuárias do CRAS São José IV, buscando verificar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas interferências na vida dessas mulheres trabalhadoras. Escolhemos pesquisar a problemática da mulher chefe de família não só porque essa condição está imersa em extrema vulnerabilidade social, no caso de mulheres pertencentes às classes subalternizadas, mas também porque este é um fenômeno progressivo no Brasil, apesar do aumento dos postos de emprego (para homens) nos últimos tempos.

O nosso interesse se volta para verificar não só a dinâmica de vida de mulheres inseridas em trabalhos precários, mas também para compreendermos os deslocamentos dos papéis de gênero e da importância das mulheres na sociedade contemporânea, e a sua crescente visibilidade social.

O processo de reestruturação produtiva nos países centrais remonta aos anos 1970, momento em que desencadeou um alto índice de desemprego nesses países. Esse é um momento histórico de expressivas desigualdades sociais e concentração de renda que coloca à margem das sociedades grandes contingentes populacionais (GOLDANI, 1994). Muitos postos de trabalho foram diminuídos ou fechados e com isso muitos trabalhadores ficaram desempregados. O resultado mais visível é o empobrecimento das famílias que, para sua sobrevivência, se submetem a trabalhos precários.

A precariedade é percebida neste estudo, na perspectiva de cerceamento da cidadania que passa ao largo das políticas trabalhistas, cujas conquistas dos trabalhadores foram retiradas pelo processo neoliberal no país. No Brasil dos anos 1990 ocorreu a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado e informal. Ocorreu também o aumento do trabalho feminino, mas este tem se dado, em sua maioria, de forma desregulamentada (ANTUNES, 2008).

Em uma sociedade atravessada por processos de crise do capital e de contínuas reestruturações das relações de trabalho, dos direitos da cidadania e de reformas constitucionais, os trabalhadores são compelidos a buscarem novas estratégias de sobrevivência, atingindo sobremaneira a família. Goldani (2002) chama a atenção para o fato de que as transformações societárias exigiram novas respostas das famílias às necessidades de

seus membros, principalmente diante da retração das responsabilidades do Estado para com a sociedade, e atenta para a importância da contribuição das mulheres na manutenção da qualidade de vida da família.

É preciso levar em consideração que não há um modelo único de chefia de domicílio, como também não há um modelo único de família. O que se tem são diferentes situações de organizações sociais que devem ser analisadas dentro do seu contexto. Macêdo (2009, p.16) considera que na “contemporaneidade é preciso recorrer a enunciação de família no plural, ou seja, falar em *famílias*” e esta é a saída para entendermos esse universo multifacetado resultado de múltiplas manifestações sociais.

A inclusão da perspectiva de gênero nos estudos sobre chefia feminina contribui para entendermos a realidade da família no processo socioeconômico e político, que incide na expressiva participação da mulher no mercado de trabalho. Os estudos de gênero se fizeram presentes primeiro entre as feministas norte-americanas para enfatizar o caráter social das distinções fundadas sobre o sexo. “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo gênero foi utilizado para introduzir uma noção relacional, visto que a produção de estudos feministas antes se centrava sobre as mulheres de maneira estreita e separada (SCOTT 1990).

Mulheres chefiando famílias não pode ser considerado um fenômeno novo, na verdade ele sempre existiu. Scott (2002) afirma que é a partir dos anos de 1960 que as mulheres chefes de família se tornam mais visíveis, em face da industrialização, urbanização e o avanço dos movimentos de mulheres, as quais passaram a ser objeto de estudo e alvo de políticas públicas.

Autores como Berquó (2002) e Scott (2002) afirmam que a chefia feminina é um fenômeno tipicamente urbano, de maioria monoparental, com destaque para as mulheres separadas, negras e com baixo nível de escolaridade. A grande concentração da chefia feminina se dá entre as camadas mais vulneráveis, visto que a própria condição de pobreza conduz as mulheres ao mercado de trabalho, seja para contribuir na manutenção ou para responsabilizar-se sozinha pelo domicílio.

Atente-se para o fato de que nem sempre a pobreza está vinculada ao fenômeno da chefia feminina, pois nem toda chefia emerge do empobrecimento, mas como aponta Berquó (2002, p.2), elas são resultado de um conjunto de “transformações econômicas, sociais,

culturais e comportamentais que vão acontecendo ao longo do tempo, e que melhora relativamente a posição da mulher na sociedade.

O IBGE no Censo Demográfico de 2000 verificou que 24,5% dos domicílios tinham mulheres como responsável. A Região Norte apresenta uma proporção de 22,9 % de mulheres chefe de domicílio sendo que na cidade de Manaus essa proporção corresponde a 32,1%. Dados da PNAD (2008) sobre a distribuição por sexo da pessoa chefe de domicílio entre 1998 e 2008 mostram que houve um significativo aumento de mulheres nessa condição de (24,5% para 34,9%).

O trabalho foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social do bairro São José IV. O universo da pesquisa é de 169 mulheres cadastradas no ano de 2008 e 2009 no Programa de Atenção Integral à Família. A amostra é composta de 20 (vinte) mulheres nas idades de 20 a 40 anos moradoras do bairro São José II e IV. O critério de exclusão recaiu sobre aquelas mulheres que não exercem uma atividade remunerada e que não possuem dependentes menores como filhos, sobrinhos, enteados, afilhados, irmão dentre outros. Isto porque nos ocupamos da análise da dupla jornada das mulheres, envolvendo os cuidados com os menores, a casa e a atividade remunerada.

O critério utilizado na seleção das mulheres cadastradas no PAIF que compõem a nossa amostra foi de forma aleatória, via sorteio, após análise documental na instituição (CRAS). Quanto aos profissionais foram ouvidos três: 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e a coordenadora do CRAS que compõem o quadro de funcionários.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados constituíram-se num formulário contendo perguntas abertas e fechadas e entrevista semi-estruturada. O formulário foi construído a partir dos seguintes aspectos: características pessoais das mulheres como sua idade, etnia, escolaridade, naturalidade, composição da família, renda e ocupação, condições de moradia, acesso aos programas sociais dentre outras. As perguntas eram direcionadas principalmente às condições de vida dessas mulheres para que pudéssemos ter conhecimento da situação da família.

A entrevista semi-estruturada foi desenvolvida junto à equipe de profissionais que executam os programas e/ou projetos de desenvolvimento social, cujo objetivo consiste em obter informações sobre o desenvolvimento e os efeitos dos referidos programas e/ou projetos voltados para o atendimento da família em situação de vulnerabilidade.

As mulheres foram convidadas a participar da pesquisa a partir do contato que estabelecemos com elas por intermédio do CRAS São José IV. A pesquisa foi realizada no domicílio de cada uma delas. As mulheres entrevistadas acolheram com satisfação a pesquisa e se mostraram prontas a falar de suas vidas. A situação por vezes pareceu um desabafo, um espaço para expor seus problemas e até mesmos os conflitos e impasses próprios da condição de chefia feminina. Demos às mulheres entrevistadas nomes fictícios, nomes de flores devido o seu vigor, brilho e beleza.

As mulheres entrevistadas, sob diversos aspectos, possuem trajetória de vida parecida. São trajetórias marcadas pela vulnerabilidade social, incluindo a falta de qualificação profissional, abandono de marido, mas também de muita luta, persistência, força e esperança. Algumas das mulheres, no decorrer de suas vidas estiveram envolvidas em mais de uma relação marital, sendo comum terem filhos de homens diferentes. Grande parte das mulheres ingressou no mercado de trabalho desde muito jovem, por volta de seus 14 anos, determinada pela necessidade econômica da família.

Decidimos nessa pesquisa focalizar as mulheres com filhos pequenos por acreditar que essa situação pode acarretar para ela uma maior sobrecarga de trabalho doméstico e um elevado tempo dedicado à família, afetando sua disponibilidade para o ingresso no mercado de trabalho formal. Consideramos também que a existência de crianças na família gera a necessidade de uma maior renda, surgindo com isso a necessidade de se estabelecer diferentes estratégias para a sobrevivência e manutenção da família.

Em função do bem estar dos filhos, as mulheres não medem esforços para a realização de qualquer atividade que gere renda, haja vista as necessidades impostas pela situação de pobreza. A busca por Programas de Transferência de Renda confirmam a vulnerabilidade destas famílias e a necessidade de o Estado intervir de forma mais eficaz principalmente em políticas educacionais e de qualificação. Traçamos neste estudo o perfil socioeconômico das mulheres inseridas no Programa de Atenção Integral à Família, enfatizando as formas de trabalho e alternativas de renda empreendidas por elas.

A dissertação está estruturada em três capítulos articulados. No primeiro capítulo empreendemos uma abordagem sobre a transformação da família no contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo, no âmbito do Brasil e do Amazonas. Apresentamos também alguns argumentos sobre os novos tipos de famílias presentes na atualidade, especialmente aqueles chefiados por mulheres, as quais majoritariamente são

monoparentais. Ainda neste capítulo realizamos uma discussão sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

No segundo capítulo tratamos do fenômeno chefia feminina e os desafios colocados as mulheres usuárias do CRAS São José IV. Realizamos uma discussão entre chefia familiar feminina e os deslocamentos dos papéis de gênero. Analisamos também as condições de trabalho e renda das mulheres usuárias do Programa de Atenção Integral à Família no Cras São José IV.

O último capítulo versa sobre as formas de organização e condições de vida das mulheres chefes de famílias ouvidas nesse estudo. Situamos as perspectivas de vida dessas mulheres, momento em que elas falam de seu cotidiano, seus sonhos, suas aspirações e receios. E por fim, traçamos as considerações finais, enfatizando alguns resultados da pesquisa.

É assim que este estudo assume significativa importância para os profissionais de Serviço Social, especialmente no que se refere à categoria das relações de gênero que vem procurando explicar a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e o fenômeno da chefia feminina. É de igual relevância para as instituições que possuem programas voltados ao amparo da família em Manaus, ao mesmo tempo em que poderá se constituir em um instrumento para fundamentar estratégias de políticas públicas e formulação de intervenção social junto às mulheres responsáveis pelo domicílio.

CAPITULO I – AS METAMORFOSES DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

É sempre difícil falar, problematizar sobre o tema família; afinal, existe algo mais presente em nossas vidas? A família aparece, na maioria das vezes, como algo tão próximo, tão natural que é bastante difícil lembrar sua dimensão social e histórica e aceitarmos o fato de que o mundo nem sempre foi esse que conhecemos, nem todas as famílias são iguais às nossas.

(Rita de Cássia Santos Freitas)

1.1 - Os novos tipos de família na contemporaneidade

A família contemporânea passa por mudanças em muitas dimensões, especialmente na sua organização. Trata-se de uma instituição social dinâmica que sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. Ao longo dos anos, surgiram novos tipos familiares diminuindo o número de famílias baseadas no modelo patriarcal. Podemos afirmar que as famílias de hoje não possuem mais uma forte hierarquia, cujo controle era exercido pelo homem em detrimento da mulher e dos filhos.

A família não é algo natural, mas sim uma instituição criada pelo ser humano que se organiza de maneira diversa em situações e períodos diferentes para responder às necessidades sociais que se apresentam aos indivíduos, ao longo dos processos históricos e não importa o tempo e o espaço a família sempre estará em mutação.

Engels em sua obra intitulada *a origem da família, da propriedade privada e do Estado* inaugura, já no século XIX, um debate sobre a história da família que se faz atual até os dias de hoje. Em seus estudos o pensador demonstra as diversas variações na família no que diz respeito à sua organização e considera que as sociedades passaram por um estágio de promiscuidade, casamento grupal, matriarcado atingindo o patriarcado apenas com o aparecimento da propriedade privada. O autor procura caracterizar os sistemas de parentescos e formas de matrimônio que levaram à formação da família, descrevendo suas fases.

Engels (1997) informa que no estágio primitivo as relações sexuais eram reguladas por uma promiscuidade, não havendo matrimônio. Com o desaparecimento deste tipo de

família surge a família punaluana. Nesta são excluídas as relações sexuais entre irmãos surgindo assim um tipo de matrimônio por grupo, é a partir deste modelo que são instituídos as gens¹. No matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno. Com o aumento das proibições em relação ao casamento entre irmãos tornam-se cada vez mais difícil as uniões por grupo, sendo substituídas pelas famílias sindiásmica.

A família sindiásmica é o estágio para a família monogâmica. Neste tipo de família passa a existir o matrimônio por pares, mas a poligamia permanece como um direito dos homens. “Das mulheres é exigida a fidelidade, sendo o adultério cruelmente castigado. O vínculo conjugal dissolve-se facilmente por uma ou por outra parte, no entanto permanece a linhagem feminina garantindo o direito materno em caso de separação” (ENGELS, 1997, p. 49). Na família sindiásmica o grupo se reduziu a um homem e uma mulher, e se não tivesse entrado em jogo novas forças impulsionadoras de ordem social, não haveria razão para o surgimento de outra forma de família.

A família monogâmica é baseada no predomínio do homem, no qual a paternidade é indiscutível, e exige-se isso, visto que os filhos na qualidade de herdeiros terão a posse dos bens de seu pai. Para Engels (1997, p. 66) “O matrimônio monogâmico se diferencia do sindiásmico devido a solidez muito maior dos laços conjugais, que não podem ser rompidos pelas mulheres, agora só os homens podem rompê-lo e repudiar sua mulher”. A família monogâmica não é fruto do amor sexual individual, mas sim das condições econômicas.

No casamento proletário desapareceram os fundamentos da monogamia clássica. E nas relações sexuais, o amor só pode ser uma regra entre as classes oprimidas. Os homens ficaram neste tipo de união desprovidos da supremacia no lar, principalmente quando a indústria arrancou a mulher do lar para atirá-la no mercado de trabalho. As mulheres reconquistaram o direito do divórcio. O matrimônio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico (ENGELS, 1997).

A família passa por transformações que vão ocorrendo aos poucos, no qual os novos modelos vão convivendo com os antigos. Presenciamos uma variabilidade histórica da instituição familiar, sendo o termo “família” inicialmente restrito aos escravos e depois passando a implicar no surgimento da propriedade privada e no poder dos homens sobre os demais membros da família. Engels (1997, p. 61) afirma que,

¹Um círculo fechado de parentes consanguíneos por linhagem feminina que não pode casar uns com os outros.

Em sua origem, a palavra *família* não significa o ideal, a princípio entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a *família* “*id est patrimonium*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.

O estudo de Engels nos oferece ricos elementos sobre família na qual é vista em quatro fases e se encontra atualmente na quinta forma. O que se tem certeza é que a família passará ainda mais por significativas transformações na medida em que a sociedade for se modificando. A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema.

Para Poster (1979) na sociedade capitalista o destino da família nuclear é incerto. Pergunta-se se a família está se desintegrando ou evoluindo para uma nova forma. Para esse autor a família deve ser estudada de uma maneira que as formas pré-modernas não sejam menos inteligíveis do que a forma moderna. A teoria deve levar em conta também futuras formas e evitar qualquer implicação de que a família atual é imutável.

O teórico não deve pretender que a sua definição revele a verdadeira função da família, visto que as famílias variam de acordo com a sociedade existente e podem ser abordadas de diversas maneiras dependendo da finalidade do investigador (Poster, 1979). Os estudos de Poster sobre a teoria crítica da família buscam dar respostas a questões em torno de como surgiu a família moderna e quais são as estruturas predominantes na sociedade antes desse tipo família.

Nas elucidações dessas indagações o ponto principal é o padrão psicológico da família. O autor estabelece quatro modelos de estrutura da família que são: a família burguesa de meados do século XIX, a família aristocrática dos séculos XVI e XVII, a família camponesa dos séculos XVI e XVII e a família da classe trabalhadora do início da Revolução Industrial. Os dados utilizados na descrição dos quatro modelos provêm da história européia. Poster (1979, p.185) afirma que,

A família moderna surgiu da burguesia européia por volta dos anos de 1750. A burguesia desenvolveu uma forma de família que contrastava com a da

aristocracia e a do campesinato. A classe trabalhadora no início da revolução industrial tinha uma estrutura de família *sui generis* que ao longo dos tempos se tornou cada vez mais parecida com a da burguesia. Assim como parte da antiga burguesia ao perder seu controle de propriedade, tornando-se mão-de-obra qualificada se assemelhou à classe trabalhadora. Apresentando dessa maneira a conjuntura atual uma mistura de elementos históricos.

Bruschini (2000) considera que a história da família é descontínua e não homogênea, consiste em padrões familiares distintos. A família nuclear burguesa não é um modelo único, mas um fenômeno historicamente construído. Tanto Poster (1997) como Ariès (2006) mostra que nas famílias aristocráticas era dado pouco valor a privacidade. A família camponesa tinha mais traços em comum com a aristocracia do que com a família burguesa. Na família burguesa o padrão emocional é definido pela autoridade restringida aos pais.

Na trajetória das transformações na família desde o período medieval até a época moderna, Ariès (2006) mostra que entre o fim da idade média e os séculos XVI e XVII a criança conquistou um lugar junto aos seus pais. Essa volta da criança ao lar foi um grande acontecimento, dando à família do século XVII uma característica que a distinguiu das famílias medievais. Nesse momento os adultos passaram a se preocupar com a educação e futuro das crianças. No entanto essa família ainda não era a família moderna, visto que se diferenciava dela pela sociabilidade que conservava.

A família moderna, ao contrário, reorganizou a casa e reformou os costumes deixando um espaço maior para a intimidade preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças. Ariès (2006, p.189) diz que,

Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e depois para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais. O sentimento de casa não existia para eles. A partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento de família modificou-se muito pouco. Por outro lado, ele se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais.

Verificamos através dos estudos desse autor que as transformações no âmbito da família não se deram da mesma forma em todas as classes da população, visto que no início do século XIX enquanto uma pequena parcela das famílias, as mais abastadas já havia se

transformado em conjugal, as famílias mais pobres continuavam mantendo relações medievais sem levar em consideração o sentimento da infância.

No Brasil, segundo Corrêa (1994), foi muito marcante a história da família patriarcal. Esta se instalou nas regiões de engenhos de açúcar e plantação de café e sua decadência acontece com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, sendo substituída pela família conjugal moderna que se reduz ao casal e seus filhos.

A família patriarcal era o modelo tradicionalmente usado como parâmetro, todos os outros modelos eram subsidiário deste, e não mereciam atenção. As obras de Gilberto Freyre, especialmente *Casa Grande e Senzala* e a de Antônio Candido *The Brazilian Family* parecem ser os textos mais importantes para uma análise dos pontos teóricos subtendidos à concepção de família discutida por Corrêa.

A sociedade colonial do século XVI e XVII com a economia açucareira e a do século XVIII e XIX com a plantação de café estiveram compostas de duas partes: uma familiar (a família patriarcal) e outra não familiar que reunia a maioria da população, a “massa anônima dos socialmente degradados” (CORRÊA, 1994). O problema principal de ambos os textos *Casa Grande e Senzala* e *A Família Brasileira*, é a oposição entre essa sociedade multifacetada, móvel, flexível e a tentativa de acomodá-la dentro dos limites do engenho ou das fazendas. A autora tenta relativizar a imagem dominante na literatura sobre a família no Brasil apontando que,

A família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira. Para Freyre e Cândido parece não ter havido neste país onde a colonização se fez de maneira tão díspare, um processo de constituição de unidades doméstica de variedades equivalentes nas muitas regiões onde se instalaram os primeiros colonizadores (CORRÊA, 1994, p. 27).

Autores como Bruschini (2000) e Corrêa (1994) consideram que a família patriarcal brasileira decorre da vinda para o Brasil de padrões culturais portugueses, os quais foram destruindo formas próprias de família principalmente a dos indígenas. Nos engenhos de cana-de-açúcar a família patriarcal, como traçada por Freyre, era firmada na figura do patriarca. Freyre descreve a família patriarcal como um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e

sua prole legítima ao qual se incorporavam os parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubina e bastardos, todos abrigados sob o mesmo teto, na casa grande e senzala.

A família patriarcal não pode mais ser vista como a única forma de organização familiar no Brasil colonial e a figura do homem como o único responsável pela manutenção e poder sobre a família parece ser também uma ilusão, devido à existência de unidades familiares chefiadas por mulheres.

As transformações no século XIX decorrentes do início da industrialização, da urbanização, da abolição da escravatura e da migração provocaram a passagem da família extensa para o modelo conjugal. O ingresso da mulher no mercado de trabalho rompe em parte com a tradicional divisão sexual do trabalho. Bruschini (2000) considera que na nova família há um maior controle da natalidade, maior número de separações e de novos casamentos.

A urbanização e a indústria se expandiram ainda mais no início do século XX provocando maiores mudanças nas famílias e em toda a sociedade. As pressões pelo consumo de bens e serviços antes produzido no espaço doméstico apertam os orçamentos familiares. “Os valores em relação ao trabalho assalariados são alterados e estes passam a ser aceitos para as mulheres ampliando simultaneamente as oportunidades educacionais” (BRUSCHINI, 2000, p.69).

Essa autora também comenta que apesar das mudanças na esfera privada com a inserção da mulher no mundo do trabalho, não houve alterações significativas nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família: a educação da mulher ainda estava voltada para o lar, para melhor instruir os filhos. O trabalho remunerado para as mulheres só era aceito se muito necessário, e acontecia mais para as solteiras, para as desprovidas de marido, viúvas ou separadas. E também não havia muitas opções, eram reduzidas ao magistério ou a algumas ocupações técnicas como a datilografia.

O feminismo em seus estudos sobre a mulher vê como única solução de libertação desta, o trabalho fora de casa, a independência econômica e a negação da referência doméstica, maternais que foram sempre a marca da condição feminina. Segundo Bruschini (2000), para as radicais conquistarem a independência significava abrir mão de viver em família. Mas, na realidade não era bem isso que ocorria, para muitas mulheres, mesmo diante da condição subordinada, a melhor estratégia era a da vivência em família. Neste caso tratava-

se mais de reivindicar a transformação do modelo patriarcal e opressivo de família do que decretar o seu fim.

Sarti (2009) demonstra em seus estudos que as relações familiares ao serem analisadas a partir das modificações nos papéis da família que se deu principalmente com a inserção da mulher ao mercado de trabalho tornam evidente o conflito entre a afirmação da individualidade e o respeito às obrigações próprias dos vínculos familiares. A dificuldade de afirmação individual tanto para os homens como em particular para as mulheres é expressa como uma questão de ordem moral, no qual os elos de responsabilidades com seus familiares prevalecem sobre os projetos individuais.

A importância da família para os pobres está relacionada à incapacidade das instituições públicas substituírem as funções privadas da família, e diante da ausência de políticas públicas mais eficazes, o processo de adaptação ao meio urbano e a vida cotidiana dos pobres é mediado pelas famílias. As relações entre as famílias são fundadas num código de lealdade e obrigação mútua e recíproca. Sarti (2009, p.85) aponta que,

A família para os pobres associa-se àqueles em que se pode confiar. O uso do sobrenome para delimitar o grupo familiar a que se pertence, recurso utilizado pelas famílias dos grupos dominantes brasileiro para perpetuar o *status* (e poder) conferido pelo nome da família, é pouco significativo entre os pobres. Como não há *status* ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações.

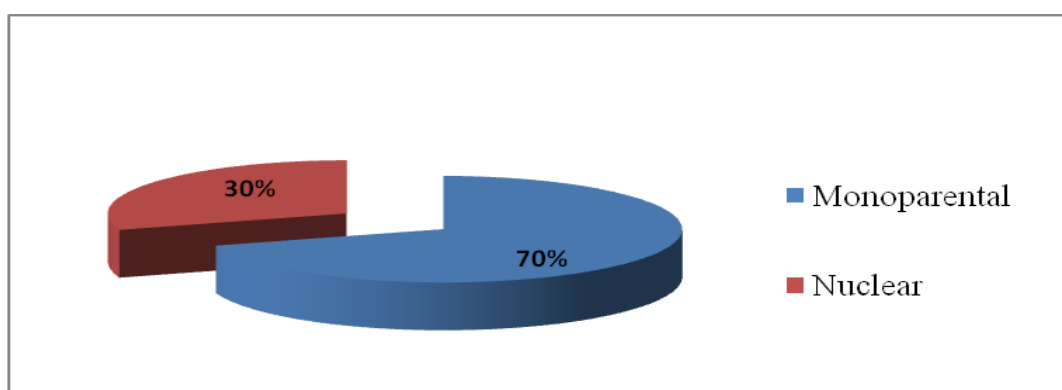
Autoras como Goldani (2002) e Macêdo (2009) mostram que as mudanças econômicas e as transformações que reconfiguram as estruturas familiares não afetaram a todas as famílias da mesma forma, evidências apontam que coube às mulheres parte substancial do elevado custo social deste processo e as famílias chefiadas por mulheres com filhos pequenos foram as mais afetadas. No caso destas últimas, o custo social parece ser ainda maior, pois enfrentam o duplo desafio de simultaneamente cuidar e prover.

Para Vitale (2002, p.45) são inúmeros os problemas que atingem a vida cotidiana da família contemporânea, tais como a violência, desemprego, drogas, pobreza e tantas outras situações que desafiam suas capacidades para resistir e encontrar saídas. Tratar a temática família é entrar por realidades em transformações. E dentre as mudanças que afetam os laços

familiares a autora destaca a configuração das famílias monoparentais², alvo de atenção de várias políticas públicas.

Quanto às famílias participantes da pesquisa, podemos verificar que 70% são do tipo monoparental (com mãe e filhos sem a presença do companheiro), e 30% são do tipo nuclear (pai, mãe e filhos) o que significa que a maioria das famílias participantes da pesquisa se insere num novo tipo em a família nuclear não é mais predominante. Conforme mostra o gráfico nº 1:

Gráfico 1: Tipo de Família



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

As famílias chefiadas por mulheres podem ser no primeiro momento confundidas com as famílias monoparentais, no entanto essas famílias não são necessariamente monoparentais. Ressalta-se que o fenômeno chefia feminina cresceu significativamente nas últimas décadas. No Brasil, no censo do IBGE de 1991, elas eram estimadas em 21,9% passando para 25% no censo de 2000 e chegando ao ano de 2008 com 34,7%.

As famílias monoparentais são muitas vezes estigmatizadas e isso impede que se percebam as possibilidades e os recursos que esse tipo de família busca construir, como a rede de solidariedade. No sistema de trocas entre as famílias, destaca-se o papel das avós, as quais aparecem como personagem-chave diante da fragilidade conjugal, da recomposição familiar e da monoparentalidade, mas é bom salientar que o sistema de troca entre famílias é marcado também por conflitos (VITALE, 2002).

² As famílias monoparentais são aquelas de lares em que vive um único progenitor com filhos que ainda não são adultos e casados, ou seja, filhos ainda criança.

A autora enfatiza que apesar de a rede de solidariedade entre as famílias ajudar na sobrevivência destas, é preciso que o Estado garanta políticas públicas para fazer frente à problemática que se expressa na família. A proteção oferecida a essas famílias seja de parentes ou amigos tem suas limitações, e quanto mais esses laços são frágeis, mais exigências são postas a essa instituição.

Ferrari e Kaloustian (2008) reforçam a ideia da família como um espaço para a socialização, tolerância e divisão de responsabilidade, buscando coletivamente estratégias de sobrevivência. A família é o lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. Nessa mesma linha de pensamento Carvalho (2002) também considera que os vínculos sociofamiliares asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social que não pode ser descartada dentro do processo de inclusão social³.

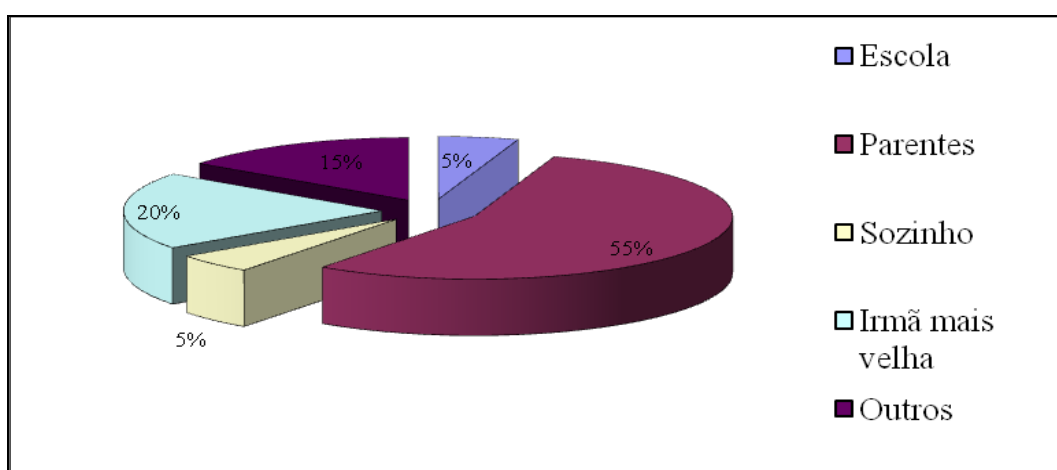
Na nossa pesquisa, percebemos a família como um importante espaço de solidariedade. Diante da carência de equipamentos coletivos como creches, as mulheres dependem da solidariedade de parentes, rede de vizinhança, e dos filhos mais velhos, isso muitas vezes acaba limitando a saída delas para o trabalho remunerado. Uma de nossas informantes fala de suas dificuldades para exercer uma atividade remunerada fora de casa, nos seguintes termos:

Vim para Manaus com minha família em busca de melhorar as condições de vida, hoje sou separada e meu ex-marido não ajuda muito nas despesas de casa devido viver desempregado. Tínhamos uma vida muito sofrida no Pará, mas quando chegamos aqui meu marido começou na safadeza, e me trocou por uma mulher mais nova, aí as coisas pioraram ainda mais para mim, tive que cuidar dos meus filhos sozinha. Trabalho como copeira, graças a Deus tenho emprego com carteira assinada, mais ainda tenho uma vida muito sacrificada, quando posso costuro para fora para complementar a renda. Os meus filhos mais novos de 12, 10, 8 e 5 anos *ficam com as minhas filhas de 16 e 14 anos* quando saio para trabalhar, meus meninos são muito danado vivem fugindo para a rua e minhas filhas não dão conta disso, por isso eu ligo para minha *vizinha* que é minha amiga para ela olhar também eles para mim, colocar eles para dentro quando estiverem na rua, a senhora sabe que o mundo hoje tá muito violento, eu mesma de vez em quando sou assaltada, ontem mesmo roubaram minha bolsa quando voltava do trabalho com todos meus documentos (Margarida, 40 anos, entrevista /2010).

³ Inclusão social entendido como o atendimento das necessidades básicas dos indivíduos na sociedade. Segundo Martins (1997) a inclusão social na sociedade capitalista pilotada pelo Estado contemporâneo exclui os direitos sociais do cidadão e os incluem precariamente nos programas de governo como consumidores de políticas sociais.

Podemos verificar através dos dados da pesquisa que os responsáveis pelas crianças na ausência da mãe são tradicionalmente associados à rede de parentesco, posto que aparece principalmente à avó materna um percentual significativo dessa responsabilidade. Nesta pesquisa os parentes apareceram com 55% como responsáveis pelas crianças, 20% o irmão mais velho, 5% sozinho, 5% na escola, 15% outros (vizinhos ou alguém remunerado) e nenhum fica na creche. O gráfico nº 2 mostra esta realidade:

Gráfico 2 - Responsável pelas Crianças das Mulheres Usuárias do CRAS São José IV quando Realiza Atividade Remunerada



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

A situação de vulnerabilidade da família está associada a sua situação de pobreza diante da má distribuição de renda do país. Outros fatores como o processo migratório, a degradação ambiental, a falta de acesso à serviços urbanos básicos, dentre outros ameaçam a sobrevivência das pessoas dentro da base familiar. Segundo Ferrari e Kaloustian (2008) por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce, está a família desassistida de políticas oficiais públicas.

Goldani (1994, p.305) chama a atenção para o fato de que as mulheres tiveram que adiar os planos de casamento, o nascimento do primeiro filho ou migrando para os grandes centros urbanos, para poderem enfrentar a crise dos anos 1980. Na busca de trabalho nas cidades grandes as pessoas passaram a morar sozinhas deixando muitas vezes suas famílias em outras regiões. Os movimentos de população, sobretudo de áreas do Nordeste para o Sudeste respondem boa parte pelo crescimento das famílias chefiadas por mulheres, fenômeno relativamente maior nas áreas metropolitanas do Nordeste.

Na década de 90 foi necessário o ingresso de um maior número de pessoas no mercado de trabalho para manter o orçamento familiar. Isto significou a intensificação da entrada da mulher e dos filhos no mundo do trabalho. O nível de escolaridade entre as mulheres teve um significativo aumento, e isso foi um ponto a seu favor, em um momento de crescente seletividade no mercado de trabalho.

Dados da PNAD (2007) trazem questões atuais sobre a família. Em relação à distribuição dos tipos de arranjos, mantêm tendências já verificadas nos últimos 10 anos – o crescimento da proporção de pessoas que vivem sozinhas, dos casais sem filhos, das mulheres sem cônjuge e com filhos na chefia das famílias e, também, uma redução da proporção dos casais com filhos. Este fenômeno é fruto de um conjunto de fatores, incluindo a redução da fecundidade das mulheres.

Não se pode deixar de assinalar que o tipo monoparental feminino tem expressão significativa nas áreas urbanas, principalmente no contexto metropolitano. Isto porque, nestas regiões os aspectos culturais propiciam maior liberdade de comportamento e o padrão de organização da família tem contornos diferenciados. De acordo com PNAD com os dados da (2006) no conjunto do país, a média de família monoparental feminina em 2006, foi de 18,1%, mostrando crescimento de quase 3 pontos percentuais em relação a 1996 (15,8%).

As famílias brasileiras, de acordo com os dados do IBGE (2002), estão se tornando menores, fenômeno observado tanto na área urbana como na rural. Os dados censitários têm revelado, também, uma estreita relação entre o tamanho da família e a sua situação sócio-econômica, sendo que as famílias com menor poder aquisitivo são mais numerosas. A PNAD (2006) confirma essa tendência de redução do tamanho da família que passou da média de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2, em 2006.

É no contexto familiar que são construídos e mantidos laços afetivos de reprodução e sobrevivência e se as condições da materialidade da vida não são garantidas, esses laços se desestruturam e podem até se romper. O rendimento familiar *per capita* permite mensurar como estão distribuídos os recursos pelo conjunto de pessoas. O rendimento ou renda familiar é um fator importante para o bem-estar e equilíbrio da própria família.

É importante na formulação de políticas sociais manter o foco na família como matricialidade, mas ampliada para a dimensão de rede. A abordagem da problemática familiar em todas as suas dimensões e particularidades é uma tarefa difícil. O Brasil não possui mais

só um modelo único ou ideal de família. Esta se manifesta de formas diversas e peculiares, expressas em tipos diversificados e em espaços e organizações pouco definidos em termos teóricos.

1.2 - As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas interferências na família

O processo de precarização parece ser o grande fenômeno que atinge a situação das mulheres trabalhadoras na atualidade. Nas últimas décadas do século XX as economias capitalistas passaram por profundas transformações implicando na insegurança do trabalho. Tomando como referência a realidade da Europa Ocidental, Castel (1997) assinala que a questão social se expressa no rosto dos desfiliaados que surgem na sociedade, pelo crescimento da precarização do trabalho e do desemprego. A pobreza se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, torná-la pública e transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais.

Esse autor enfatiza que a questão social do início do século XIX era descrita sob a forma de pauperismo, se diferenciando da questão social de hoje, visto que o primeiro proletariado miserável e subversivo passou a ser uma classe operária relativamente integrada. Hoje vivenciamos uma desmontagem desse sistema de proteção e garantias vinculado ao emprego, e isto repercute nos diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho. Redescobrimos um perfil de pessoas que poderiam ser vistas como um contingente de sobranete que não tem lugar na sociedade, ou seja, não são integrados⁴.

Castel (1997, p. 247) considera que na sociedade salarial o trabalho passa a ser alvo de dois tipos de redução de custos. “Trata-se de minimizar o preço da força de trabalho e ao mesmo tempo maximizar sua eficácia produtiva. A flexibilização é a palavra chave”. Na flexibilização interna a empresa impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a situações novas e expulsa aqueles que não são capazes de se adaptar a essas novas regras do mercado. E a flexibilização externa conduz à subcontratação e terceirização para que uma parte das atividades da empresa seja feita fora dela e, em geral sob condições mais precárias, porque é menos protegida e com menos direitos.

⁴ Estar integrado no sentido de estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade.

O processo de precarização do trabalho afeta de forma desigual as diferentes categorias sociais, mas afeta principalmente os trabalhadores. De acordo com Castel (1997) diante da individualização que o neoliberalismo preconiza a sociedade não se mobiliza mais coletivamente. Alguns trabalhadores ainda conseguem se colocar nesse novo modelo, são aqueles que possuem formação e qualificação, por isso atendem os critérios exigidos pelo mercado que é cada vez mais competitivo. Mas outros, que se apresentam em maior número, encontram-se perdidos, desmembrados da coletividade, das regulações coletivas de proteção e do direito ao trabalho.

Para Wanderley (1997) a questão operária agrava-se principalmente a partir da expansão do mercado informal, do crescimento do desemprego, da precarização das condições e proteção do trabalho que geram exclusão social sem levar em consideração as causas estruturais. A problemática das mulheres como uma das expressões da “nova questão” social persiste, tendo em vista a continuidade da cultura machista que se perpetua na exploração sexual, nas condições inferiores de renda e prestígio social e na jornada dupla de trabalho.

A crise do emprego se manifesta no Brasil pelo aumento do desemprego aberto⁵. Singer (2006, p.32) considera que,

Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar ‘desempregado’. Os pobres ficam parados quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação por muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome. Os pobres não são diretamente atingidos pelas mudanças que a Terceira Revolução Industrial e a globalização estão provocando nas relações de produção, embora o aumento do seu número, em função do empobrecimento de parte dos desempregados, sobretudo dos que ficam sem trabalho por longos períodos, agrave a concorrência nos mercados informais, em que os pobres exercem seus serviços.

Ianni (1991, p.3) reforça que “nas épocas de crise, a questão social se torna mais evidente, como desafio e urgência, e que a mesma tem sido objeto de interpretações divergentes, muitos encaram as suas manifestações como ameaça a ordem social vigente, à

⁵ Proporção de pessoas que não exercem outra atividade senão aquela de procurar trabalho (SINGER, 2006).

harmonia entre o capital e o trabalho e à paz social”. E há os que a vêem como produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa.

Para esse autor durante a vigência do trabalho escravo, havia a questão social, visto que o escravo era expropriado do produto de seu trabalho e da sua própria pessoa, porque não podia dispor de si. Com a abolição, a emergência do regime de trabalho livre e toda a seqüência de lutas por melhores condições de vida e trabalho emergem com outras roupagens a questão social. É importante salientar que não houve preocupação quanto à necessidade de assistência social especial, em matéria de educação para incorporar os ex-escravos e suas famílias à melhores condições que lhes permitisse o pleno usufruto da cidadania.

Segundo Ianni (1997, p.4) “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Um desses processos é o desenvolvimento do capitalismo que provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores em busca de terra, trabalho, melhores condições de vida, garantias e direitos. Nesse contexto, o desemprego, subemprego e o pauperismo tornaram-se realidade cotidiana para muitos trabalhadores.

Furtado (2002) diz que não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na educação. Esse é o mais importante investimento a se fazer para que haja não somente crescimento, mas um autêntico desenvolvimento social. O Brasil é um país marcado por disparidades sociais e desigualdades regionais abissais, por isso, se torna frágil diante de empresas transnacionais que tiram proveito dessas desigualdades. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização e luta social.

A história do capitalismo é contraditória, pois poucos auferem grandes lucros, enquanto outros ficam sujeitos ao mercado de trabalho cada vez mais excludente. Com a expansão do capitalismo nos últimos 200 anos foram integrados milhões de trabalhadores à esfera produtiva fazendo surgir a sociedade salarial (CATTANI, 2005). Este autor afirma que,

Ao aceitar o contrato salarial o trabalhador submete-se às ordens do empregador, pois é através do trabalho que está assegurado a sua ascensão social. Mas, a grande promessa do liberalismo e do Keynesianismo social-democrata foram frustrada pela dinâmica do capitalismo, a ascensão social por princípios meritocrático revelou-se uma farsa, visto que o capitalismo foi incapaz de criar, de maneiras ampliadas e permanentes, ocupações produtivas em números suficientes para responder às necessidades das

populações submetidas à sua esfera de denominação (CATTANI, 2005, p.55).

Martins (2002, p.11) esclarece que não existe exclusão, mas uma inclusão precária e instável, marginalizada, própria do sistema capitalista que considera peculiar excluir, desenraizar para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras. “A sociedade que exclui é a mesma sociedade que também cria formas desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos. Trata-se de vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Isto leva à instalação de conflito porque as vítimas dos processos excludentes proclamam seu inconformismo, seu mal-estar, sua desesperança. A privação hoje é mais do que privação econômica, há uma certa privação na dimensão moral. A velha pobreza oferecia ao pobre perspectiva de ascensão social, com bases em pequenas economias feitas à custa de duras privações, já a nova pobreza já não oferecem alternativas a ninguém.

Há atualmente uma heterogeneização do trabalho, expressa também na crescente inserção da mulher no processo produtivo, a qual é absorvida pelo capital preferencialmente em trabalhos precarizados e desregulamentado. Vivenciamos uma subproletarização⁶ que está presente no trabalho parcial, temporário, precário que marca a sociedade contraditória no capitalismo avançado.

Outra realidade presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão de jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, do desemprego e com pouca ou nenhuma esperança. Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores que são considerados idosos para o capital, que são os de idade próxima aos 40 anos, que uma vez despedidos da empresa dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho formal. O mercado de trabalho formal tem recusado os trabalhadores herdeiros da cultura fordistas, fortemente especializados, e são substituídos pelo trabalhador polivalente e multifuncional da era toyotista.

A superação do modelo taylorismo-fordismo com produção e consumo em massa se deu através das substituições do homem por máquinas e pelo avanço da microeletrônica. Esse modelo de produção por ter gerado um círculo virtuoso (capital/trabalho) com o

⁶ Ver Antunes (2008).

fortalecimento dos sindicatos e elevação do salário, teve seu fim lamentado por muitos. Em Moraes Neto (1999, p.109) percebemos que

Esse aprisionamento ao taylorismo-fordismo leva a uma empobrecida visão sobre vinculação entre trabalho e cidadania, no qual esta estaria garantida na medida em que todos tivessem concretizado o direito ao emprego de sua força de trabalho pelo capital e recebessem um salário justo possibilitando um padrão de consumo decente. Essa concepção desmonta o marxismo que aponta para a importância da desescravização do trabalho e a necessidade de uma formação social superior.

Autores como Marques, Nakatani e Oliveira (2010) esclarecem que a adoção do pensamento neoliberal na economia brasileira teve início na década de 90 no governo de Fernando Collor de Melo. Esse Presidente avançou na implantação das políticas neoliberais com a redução das tarifas de importação, a formulação de uma nova política industrial e o processo de privatização das empresas estatais com a regulamentação do Plano Nacional de Desestatização. Mas, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que a política econômica foi totalmente subordinada ao pensamento neoliberal, aos interesses dos credores e do capital financeiro. Nesse governo ocorreram as principais privatizações e as reduções com os gastos sociais.

Quando Luis Inácio Lula da Silva assumiu o governo em 2003, vivenciávamos no Brasil, um momento de crescente desemprego e desprestígio internacional. Pochmann (2010) considera que foi a partir desse governo que o país passou a demonstrar alguns *sinais de transição* do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista sem implicar em reproduzir os traços do velho modelo desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Atualmente o Brasil é um país mais democrático e com forte presença do Estado no setor social. Para esse autor, no Governo do Presidente Lula,

Assistiu-se à reafirmação da soberania nacional, com profunda reorientação na inserção internacional, seja pela passagem da condição brasileira de país devedor para a de credor de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, seja pela formação de significativas reservas externas. Dessa forma as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às mesmas fragilidades e dificuldades impostas durante a vigência do modelo neoliberal (POCHMANN, 2010, p.41).

Segundo Faria (2010, p.17) “o êxito da mudança do papel do Estado foi notado por sua participação no enfrentamento da crise econômico-financeira iniciada em 2008, no capitalismo norte-americano”. O autor aponta que pela primeira vez desde 1980 o país enfrentou uma recessão que não veio acompanhada do aumento da pobreza. Embora tenha havido elevação no número de desempregados isto não veio acompanhado da desigualdade de renda. Esses dois fenômenos, aumento da pobreza e desigualdade de renda foram verificados nas crises de 1991-1992 e no período de 1998-1999, respectivamente nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, com recessão e aumento brutal da pobreza igual a crise ocorrida em 1981-1983.

Pochmann (2010) na mesma linha de pensamento diz que nessas crises foram adotadas medidas inversas às do governo Lula. Ou seja,

Houve a elevação da carga tributária e da taxas de juros, a contenção dos gastos públicos, sobretudo nos investimentos produtivos, quando não a privatização, sem garantir proteção social aos segmentos situados na base da pirâmide social. Além de não conter a crise, tais medidas terminaram por aprofundá-la durante mais tempo, tornando maior o sofrimento dos mais pobres pela perda de trabalho e pela redução salarial. Com base nisso, percebe-se que a recente liberação das economias do **Consenso de Washington**⁷ evitou, em geral, que a crise internacional fosse mais grave e profunda (POCHMANN, 2010, p 60).

O contraste entre o Brasil de 2010 e dos anos de 1990 é notável, tendo em vista que a sociedade conviveu na década de 90 com um dos piores desempenhos socioeconômico de todo o século XX. Presenciamos na economia nacional brasileira nos anos de 2010, aumento do emprego formal que somente no período de 2008-2010 pode chegar a 7,5 milhões de novas ocupações. Dados diferentes da medíocre expansão de 796,9 mil novos empregos entre 1995 e 2002 (POCHMANN, 2010).

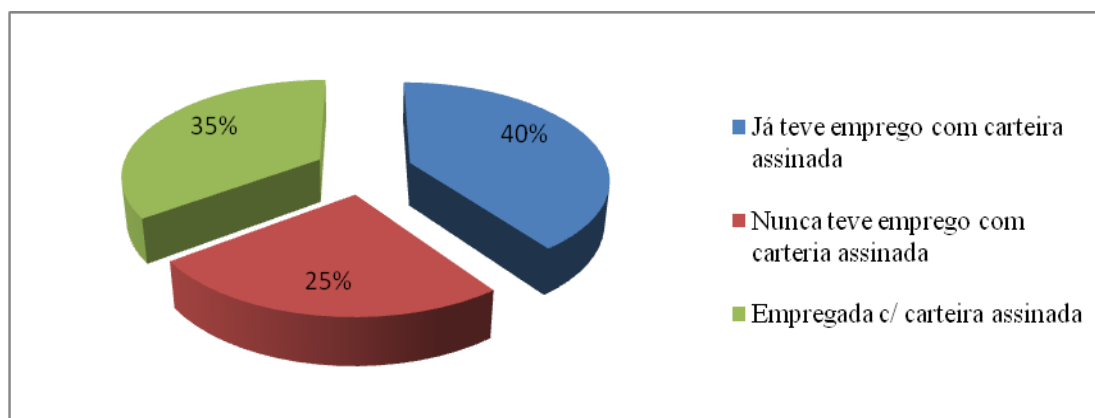
De acordo com a PNAD (2008) dentre as 92,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas, 48,1 milhões (52,1%) eram contribuintes do instituto de previdência e 44,2 milhões (47,9%) eram não contribuintes. Em relação à a 2007, o número de

⁷ Recomendações feitas para os países da América Latina definidas em reunião realizada em 1989, em Washington, constituídas de dez regras e assumidas como política oficial do FMI em 1990, que compreendiam o seguinte: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; cambio de mercado; abertura comercial; privatizações estatais; desregulamentação econômica e trabalhista.

contribuintes cresceu 5,9%. Esse aumento de contribuintes foi impulsionado pela elevação do emprego com carteira de trabalho assinada, que de 2007 para 2008 cresceu 7,1%. Em termos regionais, o Sudeste registrou o maior percentual de contribuintes, 62,9%. O Nordeste teve o menor percentual, 33,9%. A Região Norte foi a que teve maior crescimento no percentual de contribuintes de 2007 para 2008, 2,9 pontos percentuais – passou de 36,8% em 2007, para 39,7% em 2008.

No que concerne à situação contratual das mulheres no mercado de trabalho em Manaus, as mulheres ouvidas em nossa pesquisa apresentam o seguinte perfil no trabalho: 100% afirmam que estão executando algum tipo de atividade geradora de renda, mas mesmo diante do crescimento do emprego formal, a maioria está inserida no mercado informal. Do total de vinte mulheres entrevistadas, 8 (oito) já tiveram emprego com carteira assinada, 7 (sete) tem emprego com carteira assinada e 5 (cinco) mulheres nunca tiveram emprego com carteira assinada. É o que podemos observar no gráfico nº 3:

Gráfico 3 - Situação Contratual das Mulheres Usuárias do CRAS São José IV no Mercado de Trabalho



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Uma das mulheres ouvidas na pesquisa revela que após um longo período no trabalho informal, conseguiu um emprego como industriária. A mesma considera que isso resultou na melhoria das suas condições de vida. O número significativo das entrevistadas em empregos com carteira assinada confirma os dados de ampliação do trabalho formal. Vejamos:

Eu trabalho há mais de dez anos, sendo que a maior parte foi em emprego informal, tive meu primeiro filho com quinze anos e isso dificultou minha

saída para trabalhar fora de casa. Há três anos consegui um emprego no Distrito Industrial de Manaus como auxiliar de produção e te falo que isso melhorou muito a vida da minha família. Hoje, estou muito feliz, pois como tenho a garantia de todo mês receber meu salário, através dele consegui comprar grande parte de meus móveis, além de ajudar meu marido na manutenção da casa (Hortência, 25 anos, entrevista/2010).

Lira (2008) em seu texto intitulado *trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade*, problematiza as transformações no mundo do trabalho pontuando a relação do trabalho formal e informal na atual fase do processo de acumulação do capital. A autora considera que esta nova forma intensificou da exploração do trabalho e a flexibilização além de suscitar novas exigências ao perfil do trabalhador, também promove uma segmentação entre eles, a saber:

Os mais qualificados tem mais possibilidade de permanecer (o que não significa segurança total) no mercado formal e, estes têm potencialmente mais condição de viabilizar uma relação mais estreita entre o trabalho manual e o intelectual, os que não possuem os requisitos da polivalência e qualificações vêm-se excluídos do mercado de trabalho formal, pois com o enxugamento de postos no setor industrial e com os limites do setor de serviços, a maioria é obrigada a procurar ocupações na informalidade (LIRA, 2008, p.132).

Para essa mesma autora, os problemas associados à informalidade vão além das péssimas condições de trabalho, implicam numa má condição de vida e de proteção social, tendo em vista que os trabalhadores informais estão inseridos no mercado precarizado justamente pelo fato de não possuírem cobertura de seguridade social, nem de qualquer direito trabalhista que possa ampará-los em situação de afastamento temporário ou definitivo do trabalho. Na pesquisa realizada constatamos que 65% das mulheres estão inseridas no trabalho informal, como podemos perceber no seguinte relato:

Eu trabalhei durante muito tempo na indústria e no comércio de carteira assinada, hoje tenho 40 anos e me sinto discriminada no mercado de trabalho devido a minha idade. Hoje estou na informalidade, vendo comésticos, logo que fiquei desempregada foi muito difícil, por muitas vezes me vi desesperada sem ter o dinheiro para comprar pão para meus filhos, até que uma irmã da igreja me ofereceu produtos da NATURA para vender, no início resisti, pois achava que já tinha muita gente vendendo, mas depois vi que não havia alternativa, e que dava para ganhar um dinheirinho, agora já tenho até minha vitrine com vários comésticos, poupei um pouquinho e

consegui compra passagens baratas para São Paulo, não deu para comprar muita coisa por que o dinheiro não era muito, mas como a venda foi boa daqui duas semanas vou de novo. Só sinto por não estar contribuindo com o INSS, eu sei que um dia eu vou ter que me aposentar e isso me preocupa muito (Rosa, 40 anos, entrevista/2010).

Nunca tive emprego com carteira assinada, não tenho nem o ginásio (ensino fundamental) completo, sempre trabalhei como babá (Girassol, 31 anos, entrevista/2010).

Presenciamos também no Brasil nos últimos anos a inclusão de mais de um terço da população em programas de garantia mensal de renda. Pochmann (2010) afirma que entre os anos de 2002 e 2008 houve um adicional de R\$ 170 bilhões nas diversas modalidades de transferência de renda à população sendo 10,4 bilhões pela assistência social. Destaca-se com êxito o Programa Bolsa-Família que além de unificar os diversos programas governamentais, aumentou o valor do benefício e a quantidade de famílias assistidas.

Foi por meio dos programas de distribuição de renda que milhões de brasileiros puderam sair da condição de miséria e pobreza em que se encontravam, atingindo assim, melhores níveis de vida e de consumo. Para Pochmann (2010, p.55),

As políticas do governo Lula têm provocado transformações recentes na estrutura social brasileira, com sinais inequívocos de ascensão social. Em grande medida, a maior ampliação do rendimento dos segmentos mais pobres da população permite ascender para níveis maiores de consumo. Uma possibilidade de dimensionar o movimento de ascensão social ocorre por meio da identificação dos indivíduos cujo rendimento individual mensal cresceu acima da renda *per capita* nacional.

Em Manaus, segundo Mourão (2009, p. 39), “o início da década de 90 é considerado como a terceira fase da Zona Franca de Manaus caracterizada como um período de crise, visto que a política industrial promoveu a abertura do mercado brasileiro às importações, permitindo com isso a entrada indiscriminada de produtos estrangeiros no país”. A autora esclarece que diante da reestruturação produtiva a Zona Franca de Manaus foi induzida a ajustar-se às mudanças.

Nogueira (2009, p.77) assinala que,

A organização flexível do trabalho exige um trabalhador flexível, que esteja preparado para reagir às mudanças das demandas de mercado, dos processos

produtivos e dos produtos. Para tanto, é preciso que o trabalhador seja treinado para lidar com uma variedade de funções, saber integrar-se a diferentes formas de agregação (trabalhos em grupo) e mobilização de trabalhos. Nesse sentido essa multifuncionalidade exige uma força de trabalho que esteja apta a *aprender a aprender*. A flexibilidade do trabalhador é buscada através de treinamento que visa moldar o comportamento do trabalhador para atitudes de participação, interesse e envolvimento com os objetivos da empresa.

Na década de 90 houve um processo de enxugamento da mão - de obra no Pólo Industrial de Manaus. Essa década representou um marco nas grandes perdas dos direitos trabalhistas na Zona Franca de Manaus, haja vista que muitos adentraram o novo milênio desempregados, excluídos dos postos de trabalho, os quais talvez jamais possam voltar.

Oliveira (2007, p.64) aponta para a presença de uma “alta rotatividade da mão-de-obra na Zona Franca de Manaus denunciada pelos trabalhadores”. Uma das faces da precarização que o capital impõe aos trabalhadores da Zona Franca de Manaus diz respeito à redução salarial e a sobrecarga de trabalho tendo como consequência a má condição de vida dos trabalhadores.

As empresas montadoras de produtos eletroeletrônicos no Pólo Industrial de Manaus estão promovendo a diminuição de seu quadro de trabalhadores, por meio da: a) eliminação de setores/departamentos (a exemplo do departamento de serviço social); b) redução de níveis hierárquicos; c) contratação de mão-de-obra, com o uso da terceirização em todas as áreas do processo produtivo (BAÇAL, 2009).

Scherer (2004) tomando como base seu estudo, realizado em 2000, traz para o debate a questão do desemprego e do trabalho precário na Zona Franca de Manaus. A autora assinala que nos anos iniciais da Zona Franca de Manaus admitia-se um trabalhador sem qualificação ou semi-qualificado. Agora requer-se um novo perfil de trabalhador: jovem, polivalente, multifuncional e com desempenho em inglês. Entre a década de 70 e 80 estima-se que cerca de 48% da População Economicamente Ativa encontravam-se na informalidade, ou seja o desemprego, o trabalho precário não se constitui como uma novidade histórica na cidade de Manaus.

Segundo Torres (2004, p. 156) “o desenvolvimento preconizado pela Zona Franca de Manaus, sob os preceitos do grande capital, deixou aos amazonenses um aprofundamento da questão social. A ideologia do novo eldorado que atraiu para a capital amazonense um grande

contingente populacional, oriundo não só do interior do Estado, mas também de outras regiões do país, trouxe uma mão-de-obra desqualificada e barata”.

A precarização do trabalho não está presente só no trabalho informal, está também na indústria eletroeletrônica de Manaus que possui uma tendência de aumento da subcontratação de trabalhadores na forma terceirizada. Nesta forma de contratação os trabalhadores não têm direito a plano de saúde, vale transporte, cesta básica dentre outros benefícios oferecidos aos funcionários contratados diretamente pela empresa.

1.3 – As mulheres e o mercado de trabalho no Brasil

As transformações societárias tiveram grandes impactos no cotidiano das relações entre homens e mulheres, resultando em mudanças na família. Autoras como Leone (2000) e Coelho (2002) apontam em seus estudos algumas razões para o acentuando ingresso das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Fatores como a necessidade econômica intensificada pela deterioração dos salários, a crescente urbanização e a aceleração do processo de industrialização favoreceu a inserção de novos trabalhadores no mercado de trabalho inclusive os do sexo feminino. Outros fatores como a maior escolaridade atingida pelas mulheres, o acesso a contraceptivos também foram considerados de grande relevância no ingresso maciço de mulheres na esfera pública do trabalho.

Podemos também considerar que a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho são processos constituídos em diferentes contextos históricos e tem distintas motivações. Picanço (2005, p.150) registra que se “por um lado essa inserção se deu como realização individual, desejo de autonomia e de independência, ligados a valores mais modernos resultantes das lutas feministas por direitos iguais, por outro foi pela necessidade econômica para a complementação de renda especialmente em sociedades tão desiguais como a brasileira”.

Melo (2009, p.166) assinala que “nas sociedades pré-industriais, era a família que organizava o trabalho doméstico, não havia uma separação entre as atividades produtivas e o cotidiano. Mas, a sociedade industrial separou a produção de bens do âmbito familiar”. A mulher quando separada da esfera produtiva torna-se mera dona-de-casa, figura criada pela sociedade moderna ao deslocá-la das antigas funções econômicas exercidas pela família.

Autoras como Küchemann e Cruz (1998) consideram que as novas relações de trabalho dependem de uma reconfiguração social mais justa e igualitária das relações de gênero. Grande parte do trabalho realizado pelas mulheres é invisível, sequer é considerado como atividade econômica tendo como exemplo os afazeres domésticos que são vistos como trabalho improdutivo. Ferrari (2005) diz que a vulnerabilidade e a precariedade são características do trabalho das mulheres no capitalismo, assim como a desvalorização do trabalho reprodutivo seja nas zonas urbanas como nas zonas rurais.

A invisibilidade do trabalho doméstico é desvendada quando este é caracterizado como trabalho complementar, de ajuda. Melo (2009, p.168) afirma que para “a vertente feminista a questão da invisibilidade do trabalho das mulheres remete para uma discussão sobre a desqualificação do trabalho doméstico”. A autora aponta para uma nova abordagem nas pesquisas das acadêmicas feministas, a qual parte do princípio de que todas as atividades realizadas dentro dos domicílios têm grande importância na reprodução da vida humana. Porém, esses afazeres domésticos por não estarem associados a uma geração de renda não são valorizados e contabilizados no Produto Interno Bruto (PIB). Mas, mesmo estes não sendo valorizados, contribuem para o bem-estar da família.

Nogueira (2004, p.36) considera que “a década de 70 foi um marco para o movimento feminista”. Nessa época, as mulheres trabalhadoras concentravam sua participação na luta de sua classe e na organização política e sindical. Enfrentava-se o discurso conservador que preconizava um destino natural para a mulher: ser mãe e esposa. Acentuou-se o enfrentamento à opressão contra a mulher, lutando pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho com salários iguais, além da reivindicação por uma divisão mais justa nos afazeres domésticos, com a intenção de diminuir a dupla jornada das mulheres.

A inserção das mulheres no mundo do trabalho resultou em vários desafios. E diante da erosão do homem provedor e da mulher cuidadora outros padrões emergiram especialmente envolvendo as famílias monoparentais e chefiadas por mulheres. A consolidação do sistema capitalista de produção provocou o aumento da participação das mulheres no espaço público do trabalho, isso se mostrou como um grande avanço, visto que a esfera privada como espaço único das mulheres ficou para trás. Ferrari (2005) afirma que erroneamente muitos situam o trabalho feminino somente a partir da Revolução Industrial ou no período do Pós-Guerra, momentos em que as mulheres ingressaram intensamente no mercado de trabalho.

Para esse autor se compararmos o mundo do trabalho das mulheres ao mundo do trabalho em que estavam inseridas antes da emergência do modo de produção capitalista, as principais características desta mão-de-obra era o trabalho em domicílio, repetitivo, multifuncional, atrelado à funções compatíveis com a feminilidade, trabalho doméstico, invisível, relações de trabalho sem quaisquer direitos trabalhistas. Ou seja, não há muitas novidades no mundo da produção reestruturado.

No entanto, com a reestruturação produtiva a precariedade do trabalho das mulheres se acirra. E se por um lado, cresce a participação delas no trabalho remunerado, por outro, esse trabalho não tem garantias trabalhistas. Segundo Lavinias (2000) diante do quadro de flexibilização as mulheres parecem ter se beneficiado mais do que os homens das novas oportunidades de emprego criadas, ou seja, tiveram mais chances em meio a um quadro menos promissor, mais instável e mais desprotegido.

Lavinias e Sorj (2000) enfatizam que há uma renovação de formas antigas de ocupação como o trabalho a domicílio, entendido como umas das estratégias de extensão da flexibilidade do trabalho. Essa modalidade de trabalho como não se encontra sob o controle direto do empregador, o capital seleciona aqueles trabalhadores que supostamente estariam mais adaptados a responder positivamente às necessidades da empresa sendo um dos requisitos a pontualidade dos prazos na entrega. É por isso que a preferência do capital para esse tipo de serviço são as mulheres com meia-idade, casadas e com prole. As autoras assinalam que,

Se a rotina da vida doméstica, por um lado implica em constantes interrupções da atividade ao longo do dia, por outro permite prolongar o tempo de trabalho para o horário noturno. Além disso, a necessidade de cuidar dos filhos envolve maior permanência no domicílio, ou seja, no lugar de trabalho. Assim, a realização das expectativas produtivas do empregador encontra um forte apoio nas funções domésticas das trabalhadoras. Certamente, esse fato não é suficiente para o cumprimento da produção acordada. Nesse sentido, algumas firmas têm adotado abonos, prêmios ou até mesmo sanções, como redução do valor pago por peças que chegam fora de prazo. Essa é uma forma de garantir o fluxo de produção (LAVINAS; SORJ, 2000, p. 221).

O trabalho doméstico é apontado por autores como Demo (2005), Bruschini e Lombardi (2003), como importante porta de entrada para inúmeras mulheres que desejam inserir-se no mercado de trabalho. O trabalho doméstico se apresenta como *nicho ocupacional*

feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres. Essa ocupação representa a oportunidade de trabalho para mais de 4 milhões de mulheres no Brasil, mesmo sendo considerada precária, tendo em vista as longas jornadas de trabalho, baixo índice de carteira assinada e pelo baixos salários recebidos.

Com relação as mulheres ricas, Falci (2001), chama a atenção para o fato de que as mulheres de classe média abastadas não tinham muitas atividades fora do lar. Estas eram treinadas a desempenhar o papel de mãe e das tarefas domésticas. Outras menos afortunadas como as viúvas ou as mulheres mais empobrecidas faziam doces, arranjos de flores, bordados dentre outras atividades, para ajudarem no sustendo e educação da prole numerosa. Essas atividades não eram muito valorizadas e nem bem vistas socialmente, visto que a sociedade acreditava que o homem era o único provedor das necessidades da família, tendo as mulheres a função de educadora dos filhos. Falci (2001, p.249) diz que,

Essa situação era alvo de maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa e a decadência econômica. Por isso, muitas vendiam seus produtos através de outras pessoas para não aparecerem, pois na época para a sociedade as mulheres ricas não precisavam e não deveria ganhar dinheiro. Para as mulheres pobres não se apresentavam alternativas senão procurar garantir seu sustento através do trabalho. Eram lavadeiras, costureiras, rendeiras ou roceiras, nessa última atividade exerciam todo o trabalho considerado masculino, como carregar lenha, semear, limpar a roça e colher.

Segundo Bruschini (2003) no que diz respeito à década de 70 os dados mostram, que não só as mulheres não letradas entraram no mercado de trabalho, mas também as mais instruídas. A elevação das expectativas de consumo face à proliferação de novos produtos redefiniu o conceito de necessidade econômica não só para as famílias das camadas médias, mas também para as de renda baixa, para quem embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo.

Apesar de visível o crescimento da participação das mulheres na economia do país, elas ainda estão longe de superar todas as suas dificuldades no que tange à conciliação entre as responsabilidades familiares que socialmente lhe foram atribuídas e o trabalho fora de casa. Bruschini (1994, p.188) diz que “quanto mais estruturadas forem as atividades remuneradas, mais são sujeitas as trabalhadoras à regras rigorosas com horários e deslocamentos

casa/trabalho. Mas, são essas em geral, as ocupações que costumam obter melhores rendimentos, além de assegurar às trabalhadoras certos direitos constitucionais que lhes permitem usufruir de uma condição mais favorável no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho”.

Os estudos de Ferrari (2005) e Neves (2000) sobre o trabalho feminino têm mostrado que as trabalhadoras concentram-se no setor terciário da economia, e dentro dele, na prestação de serviços e outro número significativo de mulheres que trabalham em casa. É possível supor que entre as mulheres que trabalham no domicílio se encontrem tanto as empregadas domésticas quanto as trabalhadoras domiciliares autônomas ou subcontratadas para a indústria, as quais através da costura, da produção de alimentos e de inúmeras outras atividades informais contribuem para o próprio sustento do grupo familiar.

Há necessidade de investimento em duas frentes: proteção social especial para as mães e benefícios que facilitem a todas as trabalhadoras a realização de suas múltiplas tarefas. Cordeiro (1998) considera que alguns desses benefícios são a criação de creches de boa qualidade e em números suficientes e a adoção de uma política educacional que favorecesse períodos escolares mais extensos. As ações governamentais direcionadas para a conciliação trabalho vida-familiar no Brasil ampliam o tempo disponível das mulheres e contribui para a inserção e manutenção dessas no mercado de trabalho.

Muitas outras demandas poderão vir a ser formulada, nenhuma delas, porém poderá ser realmente eficaz sem uma profunda reformulação na organização familiar. Uma família com condições de gênero mais equilibradas com uma divisão de trabalho que leve os homens a partilhar com as companheiras tanto as responsabilidades profissionais quanto as familiares e domésticas, é condição para a conquista da cidadania pelas mulheres.

Bruschini e Lombardi (2003, p.330) afirmam que “a maternidade é, sem dúvida, ainda um dos fatores que mais interferem no trabalho feminino. Quando os filhos são pequenos a responsabilidade pelo cuidado e pela educação destes na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil”. Mas, quando a necessidade é tão premente impede que a mulher se dedique integralmente à maternidade, como nas famílias muito pobres ou chefiadas por mulheres, nas quais outros arranjos como os parentes, vizinhos ou filhos mais velhos podem ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar.

A análise da proporção de mulheres ocupadas entre 1998 e 2008, segundo a PNAD (2008), revela um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, passando de 42,0% para 47,2% no conjunto do País. Notou-se uma redução expressiva da ocupação das meninas de 10 a 15 anos no período mencionado (11,5% para 6,4%), resultado de algumas políticas federais como o Programa Bolsa Família. Em todos os outros grupos etários analisados, a taxa de ocupação das mulheres aumentou. Este aumento é, sem dúvida, fruto não só da necessidade de complementação da renda familiar como também resultado de uma maior independência cultural conquistada pelas mulheres nas últimas décadas.

Em relação ao perfil das trabalhadoras, de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães, o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados (BRUSCHINI, 2006; VITALE, 2002; COELHO, 2002).

Para Coelho (2002), o ambiente e as relações de trabalho em muitos locais continuam como espaços de discriminação, no que se refere ao estado civil, à maternidade. Outros problemas como a segregação ocupacional também estão presentes. Esses fatores conjugados exigem mais esforços das mulheres para se manterem no emprego. Coelho (2002, p.70) aponta que,

Em relação aos salários, apesar das conquistas das últimas décadas, as mulheres, além de ganharem menos que os homens, ocupam lugares menos privilegiados na economia e têm condições de trabalho mais precárias. Em todas as situações para atingir o ganho salarial masculino, precisam estudar mais. Há ainda uma tendência feminina de escolher áreas de trabalho nas quais possam conciliar as atividades domésticas e a escolha de profissões consideradas 'apropriadas à mulher', e esta percepção parece estar relacionada à socialização feminina por meio de diversos agentes como a família e a escola.

Antunes (2008) enfatiza o aumento da população no setor terciário da economia principalmente no setor de prestação de serviços, afirmando que há o crescimento e diversificação do trabalho feminino. Constatamos em nossa pesquisa que mais da metade das mulheres amostradas, está ligada a atividades que geram baixa remuneração, sem proteção da

legislação trabalhista, realizadas muitas vezes no próprio domicílio, ou nas ruas em jornadas parciais de trabalho. Os dados de nossa pesquisa revelam onde estas mulheres estão inseridas. Pode-se notar que predomina as atividades informais e precárias, como mostra a tabela 1:

**Tabela nº 1 – Atividade Remunerada das Mulheres
Cadastradas no PAIF no CRAS São José IV**

Tipo de Atividade	fi	fr %
Diarista	6	30,0
Manicure	2	10,0
Copeira	3	15,0
Babá	1	5,0
Vendedora de cosméticos	2	10,0
Auxiliar de produção	3	15,0
Doméstica	1	5,0
Serviços Gerais	1	5,0
Vendedora de Churrasco	1	5,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Scherer (2005) assinala que a cidade de Manaus modificou-se diante do desemprego crescente resultante do processo da reestruturação produtiva. Houve um expressivo aumento de vendedores ambulantes, lavadores de carros e vendedores de balas dentre outros. Ou seja, aqueles que ficaram excluídos do mercado formal tiveram que reinventar novas estratégias de sobrevivência. Ouçamos umas das entrevistadas em relação a sua inserção no mercado de trabalho:

Comecei a trabalhar muito cedo, eu precisava ajudar minha mãe depois que meu pai faleceu. Mas percebi que também é muito bom ganhar seu próprio dinheirinho, ser independente. Trabalhei durante um bom tempo no distrito industrial, mas de certo tempo pra cá ficou cada vez mais difícil entra lá, e quando conseguia era através de empresa terceirizada, aí você sabe, não tinha direito a plano de saúde, nem me davam a cesta básica que os funcionários contratados direto pela fábrica tinham direito, nem podíamos participar das festas desses funcionários. Geralmente eu conseguia esse emprego perto de datas comemorativas como o dia das crianças, natal devido a produção aumentar, mas depois dos três meses mandavam muita gente para fora. A vida do distrito é muito sofrida, às vezes você precisa pegar a rota antes das quatro da manhã, mas te digo uma coisa, quando se consegue uma empresa boa é melhor fazer de tudo para segurar o emprego para garantir nossa aposentadoria. Já tem cinco anos que estou trabalhando na venda de churrasco, eu consigo até um dinheirinho bom devido já ter feito a

freguesia, mas hoje não contribuo mais com o INSS , e sei se eu cair de cama vou ficar sem renda nenhuma por que não vou ter direito ao auxilio doença (Tulipa, 37 anos, entrevista/2010).

A sociedade contemporânea assiste a um intenso processo de flexibilização das relações de trabalho e, apesar da presença marcante das mulheres nos espaços produtivos, elas ainda se encontram em desvantagens em relação aos homens. No mercado formal de trabalho a participação feminina acaba sendo inferior a dos homens, visto que são criados guetos femininos com salários mais baixos e condições precárias de trabalho. A precariedade é aqui compreendida como a situação de não cidadania das mulheres que se vêem desprotegida do direito e das garantias trabalhistas. As redes de solidariedade acionadas pelas mulheres podem funcionar como amortecedores para a ausência do Estado no atendimento às necessidades desse segmento de gênero.

CAPITULO II – A CHEFIA FEMININA E OS SEUS DESAFIOS NO CRAS DO SÃO JOSÉ IV EM MANAUS/AM

Famílias e domicílios chefiados por mulheres constituem atualmente uma tendência que extrapola fronteiras geográficas e de classes sociais, mas seguramente também é condicionada por situações regionais e possui manifestações específicas que, mesmo dentro de um mesmo país, determinam e diferenciam entre grupos de famílias e domicílios quanto ao seu grau de vulnerabilidade e a sua incidência.

(Luiza Carvalho)

2.1 – Mulheres chefes de família e os deslocamentos dos papéis de gênero

O fenômeno da chefia familiar feminina foi sempre freqüente entre as classes subalternizadas. No entanto, sua existência foi por vezes ocultada pela universalização da família conjugal. Fonseca (2000) assinala que no início do século XX, muitos casais juntavam-se sem casar, tinham filhos sem registrá-los, separavam-se sem divórcio. Nesse contexto de informalidade o término de uma relação poderia ocorrer com a simples saída do homem de casa, ficando a mulher responsável pelo sustento e manutenção da família. O casamento legal era muitas vezes dispensado entre os casais devido o alto custo das despesas matrimoniais favorecendo, assim, o concubinato entre as famílias pobres.

Macêdo (2009) considera que nas últimas décadas houve uma expansão do número de mulheres chefes de família em todos os estratos sociais e, conseqüentemente, o crescimento de sua visibilidade social. As mulheres pobres⁸ e sozinhas nunca tiveram muitas alternativas que não fosse a de trabalhar para sustentar a sua família. Mesmo as que moravam com seus companheiros sempre procuraram alguma forma de geração de renda para escapar da miséria que a dependência exclusiva do salário masculino representava. Não podemos deixar de perceber que as mudanças culturais relacionadas com o papel de gênero valorizaram a independência e a autonomia das mulheres, momento em que as famílias passam a contar cada vez mais com ambos os cônjuges como provedores.

⁸ Mulheres pobres, para efeito deste estudo, são aquelas destituídas de educação e riqueza material, elementos que conferem poder, riqueza, prestígio e ascensão social.

Ao longo da segunda metade do século XX o modelo de família baseado nos papéis de homem provedor e mulher dona-de-casa, em tempo integral, passou por uma significativa transformação. Oliveira (2005, p.124) menciona que a

Mulher brasileira do início do século XXI é diferente das mulheres da década de 50, tendo em vista que nessa década as barreiras sociais eram fortes, fazendo com que as mulheres não tivessem visibilidade fora do casamento e da família. O patriarcalismo era intenso refletindo na identificação das mulheres com as prendas domésticas, mas essa família considerada padrão foi perdendo a dominância em resposta às novas condições sejam econômicas, sociais ou culturais.

Para Bassanezi (2001) apesar de o Brasil dos anos 1950 assistir ao crescimento urbano nos liames da industrialização que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres, as distinções entre os papéis femininos e masculinos continuaram nítidas. Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais e das características próprias da feminilidade como o instinto materno, pureza e doçura.

Nesse modelo de família baseado na dicotomia dos papéis sexuais caberia aos homens a provisão da família. Às mulheres caberia o cuidado com os filhos e com o marido, e o trabalho doméstico. A função de provedor, essencial para a sobrevivência da família garantia o papel de chefia da família ao homem, legitimando por sua vez a dominação masculina sobre os demais membros da família. Hoje, no entanto, a provisão da família não é mais assegurada apenas pelo homem, outros membros dela passaram a contribuir com o orçamento doméstico, cabendo à mulher cônjuge trabalhadora remunerada um papel extremamente importante (OLIVEIRA, 2005).

A chefia masculina única enfraqueceu ao longo dos anos 1970, sendo substituída gradativamente pela provisão familiar compartilhada entre os cônjuges. Essa tendência se manteve nas décadas seguintes, sendo impulsionada pela crise do emprego que se abateu sobre a sociedade brasileira no período do neoliberalismo, cujo auge aconteceu nos anos 1990.

Estudiosas⁹ do tema chefia feminina apontam que no Brasil a maioria das mulheres chefes de família encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Esse processo contribui para reforçar o fenômeno denominado *feminização da pobreza*¹⁰. As mulheres historicamente se ocuparam das atividades domésticas não remuneradas e indispensáveis para a reprodução da espécie. E essas ocupações implicaram em limitação de tempo delas para investirem em formação profissional.

Macedo (2008) considera que uma das questões emergentes nos estudos sobre mulheres sem cônjuge na condição de chefes de família é a difusão de uma noção de feminização da pobreza, diretamente relacionada à ampliação desse fenômeno, o que demanda uma intervenção de organizações públicas e privadas em torno dessa problemática. Essa problematização vai requerer uma abordagem extremamente cuidadosa, porque está assentada em dados objetivos, as mulheres estão em situação de desvantagem em relação aos homens principalmente no que se refere à carga de trabalho.

A feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário e concentração em ocupações que exigem menor qualificação (NOVELLINO, 2004).

Por ausência de qualificação profissional as mulheres enfrentam uma forte discriminação no mercado de trabalho, incidindo na sua inserção nos trabalhos informais com salários mais baixos. Esses aspectos reforçam o entendimento de que a pobreza atinge de maneira diferenciada homens e mulheres, e este último gênero encontra-se mais vulnerável a situações de pobreza. As mulheres ouvidas nesta pesquisa, quando perguntadas se consideram que a mulher é discriminada no mercado de trabalho, 70% responderam que sim e 30% que não. Narrativas como as apresentadas a seguir revelam a opinião dessas mulheres.

Eu acho que as mulheres são sim discriminadas no mercado de trabalho, algumas por já terem uma idade avançada, outras por ainda terem filhos pequenos. O patrão sabe que quando os filhos adoecem dificilmente é o pai que falta o trabalho para cuidar deles e essa discriminação dificulta a nossa

⁹ Ver Carvalho (2002); Berquó (2002) e Mendes (2002).

¹⁰ As mulheres são atingidas pela pobreza muito mais do que os homens no sistema capitalista.

vida na hora de conseguir um emprego com carteira assinada (Margarida, 40 anos, entrevista/2010).

Percebemos nessa fala o quanto as mulheres são familistas, cuidando do bem-estar da família. Sarti (2007) registra que na família em situação de vulnerabilidade e constituída em rede, há uma trama de obrigações que dificulta a individualização. E na relação entre homens e mulheres desse tipo de família percebemos que a dificuldade de afirmação individual é maior para as mulheres que tem uma posição subordinada na hierarquia familiar, onde as obrigações em relação a seus familiares prevalecem sobre os projetos individuais.

Ouçamos agora a fala de Flor-de-lis (37 anos) a respeito da discriminação no mercado de trabalho,

Nós mulheres na maioria das vezes ganhamos menos que os homens. Agora imagine no meu caso que sou a única pessoa que traz o sustento para dentro de casa. O que eu ganho deve dar conta para atender as necessidades de minha família. Eu mesma já vivi essa discriminação em relação ao salário, fazia o mesmo trabalho que um colega meu, mas descobri que ele ganhava mais do que eu. Ele me disse que era por que estava há mais tempo lá do que eu, mas eu não acreditei muito não, até por que a diferença de tempo entre a gente não era tão grande. Isso tornou a vida de minha família ainda mais difícil, tive dificuldades para manter o bem-estar de meus filhos (Entrevista/2010).

A fala dessa entrevistada mostra o descontentamento em relação à discriminação salarial, pois apesar de as mulheres terem conquistado espaços no mercado de trabalho, os baixos rendimentos recebidos por elas pautados nas desigualdades salariais entre os gêneros confirmam a permanência de resquícios do patriarcado. Para Bruschini (2000, p.48) “a discriminação contra as mulheres, em relação aos ganhos obtidos no mercado de trabalho, não é devida nem aos setores econômicos nos quais se inserem, nem ao número de horas trabalhadas, nem as ocupações desempenhadas e nem ao seu nível de escolaridade”. Por que mesmo as que conseguem ascender na estrutura hierárquica das empresas ou da administração pública, assumindo posições de maior responsabilidade e de maiores ganhos, estão sujeitas a ganharem menos do que os seus colegas.

Nessa pesquisa também ouvimos mulheres que não se sentiam discriminadas no mercado de trabalho, apontando para os deslocamentos de papéis de gênero.

Eu sinceramente não acho que a mulher seja discriminada no mercado de trabalho, as mulheres estão cada vez mais trabalhando em trabalhos tidos como de homens. Um dia desses eu peguei um ônibus que tinha a motorista mulher, fiquei até surpresa, por que isso ainda não é muito comum de se ver aqui. Conheço mulheres que são ajudantes de pedreiro, dirige caminhão de muck. E muitas dessas mulheres desempenham essas atividades bem melhor do que os homens (Lírio, 37 anos, entrevista/2010).

Sorj (2005, p. 80) considera que,

A nova posição assumida pelas mulheres nas práticas econômicas, políticas, educacionais colaboram para a disseminação de valores igualitários nas relações de gênero. Todavia, há também boas razões para se pensar que, apesar de tantas mudanças na posição social das mulheres, o ideal igualitarista ainda está longe de se realizar. Se é verdade que as mulheres se incorporam ao mercado de trabalho, ele ainda é claramente organizado com base no sexo dos trabalhadores. De fato muitos autores¹¹ mostram que as atividades realizadas por mulheres são sempre mais precárias, seja lá qual for o indicador com que se pretenda medi-la: renda, horas trabalhadas, formalização da ocupação. Além disso, em diferentes sociedades, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico.

A fala de Lírio nos faz considerar o fato de as transformações mostrarem de um lado um otimismo e de outro um pessimismo, levantando questões sobre mudanças nos papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos. Sorj (2005) demonstra que a participação no mercado de trabalho e o nível de educação influenciam positivamente as atitudes em relação à igualdade de gênero. O ingresso no mercado de trabalho confere às mulheres alguma medida de independência financeira frente ao cônjuge provedor. Isto aumenta seu espaço de autonomia e de desenvolvimento pessoal. As mulheres mais instruídas estão bem mais informadas e familiarizadas com os novos ideais de igualdade de gênero.

O aspecto geracional também é um fator importante nesta análise, na medida em que as gerações mais jovens cresceram em meio a um período de significativas mudanças nas relações de gênero, mudanças socioeconômicas, emergência dos novos direitos das mulheres. Cresceram vendo o movimento feminista avançar significativamente no nosso país. Certamente que as novas gerações serão mais favoráveis à igualdade de gênero na sociedade e no trabalho do que a geração de seus pais ou avós.

¹¹Bruschini e Lombardi (2003) e Lavinas (2000).

Matos (2005, p. 93) assinala que um “agente importante do processo de transformação nos valores de gênero é, sem dúvida, o movimento feminista”. Foi por pressão desse movimento que se questionou e buscou desconstruir as formas prevaletentes de instituições patriarcais na sociedade. As mulheres organizadas tiveram grandes avanços em várias dimensões, sobretudo quanto à sua visibilidade como sujeito coletivo. Tais avanços são resultados das lutas e reivindicações das mulheres pela igualdade de direitos, cujo movimento feminista lhes deu visibilidade, denunciando as condições de assimetria de gênero como uma construção social.

Piscitelli (2002) assinala que as várias correntes do pensamento feminista apontaram para a existência da subordinação feminina, mas também questionaram o caráter natural dessa subordinação sustentando que isto decorre da maneira como a mulher é construída socialmente, e o que é construído pode ser modificado. Para essa autora, o conceito de gênero é produto da inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. As perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero manteve o interesse na situação da mulher, porém, não limitou suas análises ao estudo das mulheres.

O conceito de gênero coloca-se para além das relações entre homens e mulheres. É preciso, pois, considerar as diferenças entre gênero e raça/etnia, entre gênero e classe, entre gênero e cultura, gênero e sociedade. Macêdo (2009, p.18) afirma que,

O grande desafio em refletir acerca da utilidade da categoria de gênero para pensar os estudos e a intervenção junto a famílias passa por entender, antes de mais nada, sua *transversalidade*, isto é, por ser uma categoria relacional, ela remete ao questionamento de todo o nosso entorno social. Note-se, portanto, que falar em gênero é muito mais do que repensar o lugar do homem e da mulher na sociedade e na família, mas significa lançar um novo olhar sobre a pluralidade de lógicas que mantém uma diferenciação tomada como hierarquia entre os sujeitos sociais, estabelecendo assimetrias e produzindo subordinação. Assim o uso da categoria gênero nos desafia a entender e enfrentar as lógicas geradoras de subordinação a partir da identificação de onde e de como elas se processam, sendo a família, portanto, um lócus privilegiado para uma ação de crítica, desmontagem e quiçá de construção de novas relações entre os seres humanos, em direção, finalmente, a uma sociedade plural e realmente equânime.

Autoras como Macedo (2009) e Carvalho (1998) revelam que as mulheres ainda apresentam condições desfavoráveis em relação aos homens tanto no que se refere ao usufruto de direitos, quanto em relação à carga de trabalho e nível de remuneração. Os homens que são

chefes de família, na sua grande maioria contam com a participação das companheiras no âmbito dos cuidados domésticos e no complemento da renda familiar. Percebe-se também que há diferenças nas prioridades de alocação de recursos. A mulher quando chefe de família apresenta um foco maior em relação às necessidades do conjunto de seu grupo doméstico, o que permite inferir que o montante de recursos percebido pelo chefe pode não ser o fator determinante do nível de vida do grupo, mas muito mais a forma de alocação destes recursos.

O rendimento masculino não está associado ao bem estar da família. Homens e mulheres têm prioridades de gastos diferenciados. Coube às mulheres uma parte do elevado custo social diante dos processos de mudanças. No caso da chefia feminina, o custo social parece ser ainda maior, pois enfrentam o duplo desafio de, simultaneamente, cuidar e prover.

As famílias com baixos rendimentos e chefiadas por mulheres apresentam uma complexidade de fatores que resultam na precarização das condições de vida desse tipo de família, principalmente o do tipo monoparental. Berquó (2001, p. 2) observa que “a chefia familiar feminina precisa ser vista como o resultado de um conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que foram se sucedendo ao longo do tempo”. E todas essas transformações impactaram na legitimidade do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, que reserva ao homem o espaço da produção econômica e à mulher os cuidados da família.

O estigma que as mulheres chefes de família carregam ainda é muito grande, sendo designadas, muitas vezes, como mulheres abandonadas. Berquó (2001) em relação a distribuição etária da chefia feminina mostra que, quanto mais idosa, mais provável que a mulher seja chefe de família sozinha.

A situação de pobreza e miséria é um dos fatores que influencia na condição da chefia feminina no tocante à provisão financeira. As mulheres provenientes das classes subalternizadas são na maioria das vezes compelidas a ingressar no mercado de trabalho pela precária situação financeira vivida, o que põe em segundo plano a sua inserção na educação formal.

A chefia feminina de mulheres de classe média ou alta é bem diferente daquelas das classes populares ou subalternizadas. Enquanto grande parte das primeiras assume a chefia de família como profissionais qualificadas que administram seus lares, delegando as tarefas domésticas às empregadas, as mulheres das classes subalternas assumem a responsabilidade

por seus domicílios, tendo que conciliar o cuidado da casa e dos filhos com o trabalho remunerado.

No que tange à rede de solidariedade, notamos a sua importância na dinâmica familiar de muitas das mulheres chefes de família. Os parentes atuam como um suporte a quem essas mulheres podem recorrer em diversos momentos. As redes familiares é um elemento fundamental que no dia-a-dia de suas famílias e domicílios aparecem como fonte de socorro e apoio, seja material ou no cuidado com os filhos.

Mendes (2002) em suas discussões sobre a chefia feminina evidencia que foi possível perceber nessas mulheres em certa medida, elementos que as tornaram mais decididas, e com a auto-estima melhorada. Ao mesmo tempo em que procuram no trabalho o sustento da família, essas mulheres vão adquirindo também a sua independência através da sociabilidade constituída no ambiente do trabalho. Magnólia (34 anos) uma das mulheres ouvida nesta pesquisa delinea o seguinte quadro:

Olha, é muito bom a mulher ter sua independência financeira, mas para falar a verdade eu comecei a trabalhar foi mais por necessidade, tenho dois filhos e nenhum dos dois recebe pensão alimentícia. Assim, ou eu trabalhava ou meus filhos iam morrer de fome. Faço tudo para o bem de meus filhos, varo a noite trabalhando se for preciso. Nós temos uma vida muito regrada, mas um prato de feijão com arroz não falta em casa graças a Deus (Entrevista/2010).

Percebemos na fala de Magnólia que as mulheres adentraram o mercado de trabalho não só pela necessidade de independência, mas principalmente pela necessidade de complementar a renda da família. Leone (2000) assinala que na década de 80 o empobrecimento da família brasileira diante da crise do emprego só não foi maior devido à contribuição das mães e companheiras na renda familiar. E essa crise continuou nos anos 1990 impulsionada pela reestruturação produtiva e pela ampliação de trabalho no setor terciário. Diante da incerteza e precarização do trabalho, a sobrevivência dependerá cada vez mais de um esforço coletivo dentro da família.

Os filhos pequenos dificultam a saída da mulher para o trabalho remunerado fora de casa. Desse modo, elas preferem trabalho com horário flexível, mesmo que isso signifique ausência dos direitos trabalhistas. Em relação ao trabalho a domicílio, autoras como Lavinias e

Sorj (2000) em seu artigo *O trabalho a domicílio em questão – perspectivas brasileiras*, indicam que, já estão em curso práticas trabalhistas bastante distintas daqueles que caracterizam o assalariamento típico. Um dos mecanismos adotados por empresas para flexibilizar o trabalho assalariado tem sido a introdução do trabalho a domicílio, sem que isto implique na informalização dos trabalhadores.

Ouçamos a fala de Orquídea (23 anos) que exerce trabalho a domicílio no intuito de ficar perto dos filhos que ainda são pequenos:

Eu comecei a trabalhar para conseguir minha independência. Quando eu era casada o pai de meus filhos era quem mantinha a casa, hoje eu moro com meu irmão e a família dele. Quem mais ajuda no sustento da casa é o meu pai e meu irmão. Mas como tenho 2 filhos: um de 4 e outro de 5 anos pensei logo em fazer alguma atividade que pudesse gerar renda para conseguir ajudar minha família. Eu lavo e passo roupa em casa, desse modo ganho um dinheirinho e fico perto de meus filhos. Eu fico feliz quando consigo comprar o que meus filhos estão precisando (Entrevista/2010).

Mendes (2002) considera que não há um modelo puro de chefia, como não há um modelo único de família, de classe ou de sociedade. O que se tem são diversas situações que devem ser analisadas dentro do seu contexto. Talvez se deva considerar que a chefia feminina, de um modo geral, não substitua a autoridade masculina pela autoridade feminina. Na verdade, ela se entremeia nessa autoridade masculina de forma sutil como um trabalho silencioso que nem sempre põe à amostra o sujeito feminino como responsável pelos processos decisórios, mas esse sujeito existe e é fundamental para o remodelamento de papéis e conseqüentemente das relações de gênero.

A chefia feminina com a presença do parceiro no domicílio, é difícil de ser percebida, visto que o peso da tradição patriarcal acaba dificultando e encobrendo as alterações de papéis e poder de decisão dentro do domicílio. Há que se considerar que as mulheres, muitas vezes, são colaboradoras na ocultação da real situação de mudanças nos papéis de gênero, pois mesmo na condição de provedora econômica, elas procuram formas de não visibilizar essa condição, nem em casa e nem na rua, com o intuito de não constranger o parceiro pela inversão da posição de papéis.

Picanço (2005, p.156) na pesquisa *Gênero, trabalho e família*¹² mapeou as opiniões sobre as representações dos papéis sociais do homem e da mulher. E surpreendentemente em relação ao lugar da mulher a pesquisa revela que para elas “trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos”. O modelo preferido ainda é o das mulheres mães no lar, apesar das divergências em relação a esse modelo de dona de casa. As co-provedoras são as que mais discordam, e as provedoras são as que mais concordam com esse modelo.

O esperado era que fossem as mulheres dependentes dos maridos aquelas que mais concordassem, pois a concordância com esse modelo é uma forma de legitimar um lugar, o de dentro de casa, dado a sua pouca participação na renda familiar. No entanto, são as provedoras (chefes de família) as que apresentam maior percentual de concordância. Ser provedora é, para muitas mulheres, uma situação desfavorável, por isso a concordância pode ser interpretada como um pedido de melhoria da sua situação.

A autora dessa pesquisa chama a atenção para o fato de que as mulheres com menos de 40 anos de idade (18-29 anos) apresentam uma porcentagem maior de concordância com o modelo de mulher mãe e companheira. Essas mulheres são cônjuges ou chefes de família, com filhos em sua grande maioria, ou seja, mulheres com experiências e responsabilidade de vida. São mulheres ainda jovens que em vez de incorporar as novas representações do masculino e o feminino em voga na sociedade brasileira, aderem aos valores tradicionais.

Na ideologia dos anos dourados, a maternidade, casamento e a dedicação ao lar faziam parte do ideário feminino. “Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres” (BASSANEZI, 2001, p.610). A vocação para essa vida são marcas da feminilidade, enquanto a participação no mercado de trabalho e o espírito de aventura definiam a masculinidade. A mulher que não seguisse seus caminhos estaria indo contra a sua suposta natureza. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram imprescindíveis no currículo de qualquer moça que deveria se casar. O casamento era visto como porta de entrada para a realização feminina, tido como o objetivo de vida de quase todas as jovens solteiras.

¹² Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). A pesquisa consistiu na realização de um *survey* nacional de atitude e opinião. Contemplou vários aspectos das relações de gênero no âmbito da família, especialmente no que diz respeito às percepções quanto à inserção da mulher na força de trabalho, à divisão do trabalho doméstico, ao papel da maternidade e do casamento e à relação entre satisfação individual e vida familiar.

É preciso considerar por fim, que outros fatores, como aqueles relacionados ao desemprego do companheiro, separação conjugal, migração masculina, condições de pobreza, concorrem para a condição da chefia feminina que se constitui como um fenômeno social crescente no nosso país.

2.2 – Famílias chefiadas por mulheres usuárias do CRAS do São José IV

Dados do IBGE (2000) apontam que no final do Séc. XX cerca de 11,6 milhões de famílias tinham mulheres como responsável pelo domicílio. Conforme Berquó (2001), a chefia feminina pode ser constituída por uma mulher solteira, separada, viúva ou até mesmo casada, só que este último caso se apresenta com menor intensidade.

A chefia feminina é um fenômeno tipicamente urbano, a maioria é do tipo monoparental, destacando-se a presença de mulheres separadas, negras, mais vulnerabilizadas e com baixo grau de escolaridade. A grande concentração da chefia feminina encontra-se nas camadas que enfrentam maior risco social, posto que a própria condição de pobreza, e muitas vezes de miséria, conduzem as mulheres ao mercado de trabalho em situações que vão desde o compartilhar a manutenção da casa com o companheiro, até responsabilizar-se sozinha pelo domicílio (BERQUÓ, 2001).

A presença feminina na esfera privada traz a tona uma situação cada vez mais constante na atualidade que é a mudança de papéis de gênero na manutenção da família. No Brasil, segundo dados do censo do IBGE (2000)¹³, as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros. O nordeste é a região brasileira que apresenta a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres com 25,9%, acompanhado da região sudeste com 25,6%. A Região Norte apresenta uma proporção de 22,9 % de mulheres chefe de domicílio sendo que na cidade de Manaus essa proporção corresponde a 32,1 %. Esse número é percebido a partir da inserção mais intensa da mulher no mercado de trabalho. É o que mostra a tabela 2.

¹³ Foram utilizados dados do Censo IBGE (2000), visto que os dados do Censo IBGE (2010) referentes à chefia familiar feminina ainda não foram divulgados.

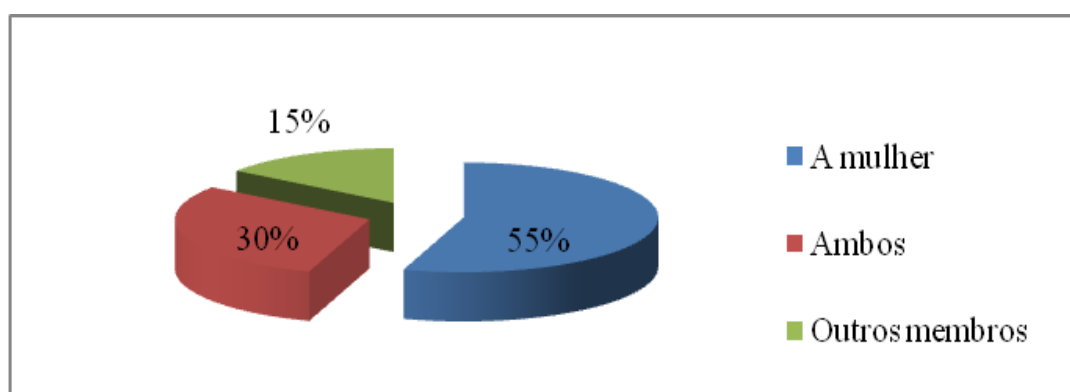
Tabela 2 - Pessoas Responsáveis pelos Domicílios por Sexo - 2000.

Pessoas Responsáveis Pelos Domicílios - 2000				
	Total	Homens	Mulheres	Proporção (%) de Mulheres
Brasil	44.795.101	33.634.446	11.160.635	24,90%
Norte	2.809.912	2.167.075	642.837	22,90%
Manaus	–	–	–	32,10%

Fonte: IBGE / Censo Demográfico, 2000.

Dados da PNAD (2008) sobre a distribuição por sexo da pessoa chefe de família entre 1998 e 2008 mostram que houve um aumento representativo de mulheres nessa condição (24,5% para 34,9%). Em certa medida, esses dados revelam aspectos importantes na análise das transformações sociais que vêm ocorrendo no contexto das relações familiares e de gênero na maioria das sociedades atuais.

Em nossa pesquisa no que toca à provisão principal, verificamos que 55% das famílias são chefiadas por mulheres, 30% são chefiadas pelo casal e 15% por outros membros da família como pai e irmão, conforme mostra o gráfico nº 4. Não houve dificuldade para nossas entrevistadas se reconhecerem como chefes de família. Com relação à cor/raça é patente a predominância das pardas e a maioria das mulheres (65%) se encontra nas idades de 31 a 40 anos.

Gráfico 4: Principal Responsável pela Manutenção da Família

Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Carvalho (1998) fornece importantes elementos para a discussão sobre a chefia feminina, afirmando que este tipo de família vem merecendo atenção de pesquisadores e

organizações governamentais. Estudos da autora nos informam que nem as famílias nem os domicílios são necessariamente conjugais ou nucleares, nem tampouco exclusivamente chefiados por membros masculinos, visto que os domicílios podem ser chefiados por uma ou mais pessoas, homens ou mulheres e abrigar uma ou mais famílias. Carvalho (1998, p.77) registra que,

A denominação chefia familiar feminina é em si reveladora, pois é empregada tão somente quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia. A tradição nos recenseamentos, nos programas governamentais, nas práticas sociais cotidianas tem imposto, um padrão de autoridade e de responsabilidade econômica familiar que nem sempre corresponde à realidade ou é reconhecida pela própria família.

Araújo (2004) reforça essa abordagem assinalando que nas pesquisas estatísticas a condição para que uma mulher seja reconhecida como chefe de família, é que nenhum homem adulto esteja presente ao lado dela. O mesmo, no entanto, não acontece com o homem que não precisa de nenhuma mulher ao lado dele para ser reconhecido como chefe de família. Os censos tendem a optar por critérios que favorecem a autoridade masculina na família, visto que até a década de 70 a mulher só era considerada chefe de família se fosse viúva, desquitada ou sem marido em casa.

O fato de a família ser economicamente mantida pela mulher, raramente é considerado motivo suficiente para ela assumir o seu comando quando o homem está presente. Esta é a manutenção de uma visão patriarcal de família. As famílias cujo chefe é uma mulher representam uma ameaça ao patriarcalismo. A chefia feminina contradiz o termo tradicional de chefia masculina que centralizava o poder do homem sobre os demais membros da família, sob a ideologia do patriarcado.

A família pode ser formalmente constituída por casal e filhos, ser aparentemente reconhecida como chefiada pelo homem, e depender exclusivamente do trabalho feminino para sua sobrevivência. A manutenção do homem como agente mantenedor da família está baseada na permanência de antigos valores patriarcais, difíceis de depurar.

O referencial adotado para identificar as diferentes formas de chefia feminina é a chefia *de jure* ou a chefia *de facto*. Autoras como Araújo (2004, p. 10-11) e Carvalho (1998, p.10) caracterizam

chefia de *jure* aquela com a ausência masculina não implicando necessariamente na manutenção feminina, e a chefia de *facto* definida pela manutenção feminina, não implicando a ausência masculina. Ou seja, o cônjuge ou companheiro poderá estar presente, mas não é o principal mantenedor por que sua contribuição financeira é inexistente ou insignificante em relação à da mulher e a terceira situação é aquela em que se combinam a ausência masculina e a manutenção feminina.

Nesta última situação a mulher apresenta sozinha poder e responsabilidade pela manutenção da família. De acordo com Oliveira (2002) há ônus e bônus no exercício dessa função. O bônus é a relativa autonomia das mulheres e o ônus é a sobrecarga de trabalho. No final do século XX as mulheres mudaram suas vidas em ritmo acelerado compartilhando com os homens a responsabilidade de prover a família, e muitas vezes, assumindo esse papel sozinha.

O que mais preocupa é a proliferação rápida dos lares matrifocais pobres indicando uma situação de maior vulnerabilidade. Demo (2005) é enfático em afirmar que quando a vida se torna mais dura, é mais dura para as mulheres como regra, já que com todas as agruras dessa sociedade capitalista e machista, é muito mais complicada a sobrevivência para as mulheres que vivem sozinhas.

As mulheres chefes de família participantes de nossa pesquisa apresentam uma percepção clara de seu papel como suporte econômico principal da família e de sua autoridade sobre os membros da família, orientando as atitudes e comportamentos. Nesta pesquisa consideramos a mulher chefe de família aquela que é responsável pela manutenção econômica da unidade doméstica, e sobre a qual pesa a responsabilidade da criação dos filhos. É o que podemos perceber no relato de uma das mulheres entrevistadas:

Fui criada pelo meu pai, por que a minha mãe me abandonou quando criança. Tenho oito filhos, apesar de tantas dificuldades nunca passou pela minha cabeça abandonar meus filhos, quando me separei fiquei meio sem chão, não sabia como poderia dar conta de cuidar dos meus filhos e ainda ter que trabalhar para trazer dinheiro para casa. Lógico que meus filhos me ajudaram muito nesse árduo caminho, os mais velhos cuidavam dos mais novos. Agora tem uma coisa que sempre prezei foi pelos estudos dos meus filhos. A Senhora pode ver quantos livros tem nessa instante, faço questão de ajudar meus filhos nos deveres da escola, e graças a Deus os dois maiores já terminaram os estudos, só estão esperando a oportunidade de entrarem para uma universidade, já os de 5,8,10,12,14 e de 16 anos são muito dedicados aos estudos, essa sorte eu tive, mas eu cobro mesmo, eles são muito bem

orientados da importância de ser ter uma profissão hoje (Margarida, 40 anos, entrevista/2010).

É importante frisar que as famílias que dependem exclusivamente do trabalho feminino para sua sobrevivência, contam com poucos recursos financeiros devido a dificuldade das mulheres inserirem-se no mercado formal de trabalho. Os dados do censo (2000) comprovam que 70% do orçamento familiar vêm dos rendimentos do responsável pela família. No caso dos domicílios cujos responsáveis são mulheres, estas na sua maioria sem cônjuge, é provável que esta percentagem seja maior.

Carvalho (1998) aponta quatro fatores que contribuem para o agravamento da condição de vulnerabilidade das famílias que tem a mulher como chefe. Primeiramente é a situação de segregação das mulheres aos piores postos de trabalho e à pior remuneração. O segundo é a composição da família, sendo fundamentalmente composta por população infantil, o que diminui as chances de outros rendimentos virem somar ao orçamento doméstico.

O terceiro fator é a dupla jornada de trabalho das mulheres as quais têm dificuldade para conciliar o trabalho remunerado com o cuidado com os filhos e as atividades domésticas. E o último fator está associado ao número significativo decorrente de gravidezes precoces e instabilidade familiar, o que tende a contribuir para a reprodução da pobreza de geração em geração.

As mulheres são os sujeitos centrais das políticas públicas, mas essa realidade é muito recente no Brasil. Há muito ainda o que ser feito em termos de políticas para elas. Os serviços de suporte às mulheres trabalhadoras como creches e escolas de período integral ou programa de contra turno escolar deveriam merecer atenção dos planejadores e executores de políticas públicas.

É preciso que haja mecanismos de incentivo e reforço à implementação das leis que obriguem e exijam a participação do pai na manutenção da criança, pois embora a pensão alimentícia seja prevista por lei, tende a ser uma prática pouco cumprida no Brasil. “É bastante comum entre as mulheres o sentimento de que as crianças são responsabilidades só suas” (CARVALHO, 1998, p. 91). Também é importante a criação de programas de incentivo e geração de renda e trabalho para mulheres chefes de família, bem como ações de prevenção e controle de gravidez principalmente na adolescência. Essas ações precisam levar em

consideração as realidades locais, o cotidiano das mulheres trabalhadoras e suas necessidades mais prementes.

Carvalho (1998a) explicita que tanto a ausência dos homens (pais) no orçamento doméstico quanto a desigualdade salarial entre os gêneros contribuem para o empobrecimento dos lares chefiados por mulheres. Esses dois problemas podem ser analisados à luz da perspectiva de gênero no contexto das relações sociais instituídas cultural e historicamente. O abandono dos filhos pelos pais demonstra o aspecto cultural do papel de cuidadora atribuído às mulheres. A falta de equidade salarial manifesta a desigualdade entre os gêneros instituída pela divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, que condiciona mulheres e homens a postos de trabalho e remunerações diferenciadas, resultando em ocupações e rendas desiguais.

Os vínculos entre a pobreza e a chefia feminina são complexos. Para Demo (2005), Mendes (2002; 2001) e Carvalho (1998) nem toda chefia feminina irá emergir, necessariamente, de circunstância de empobrecimento. A chefia feminina também pode aumentar como resultados de processos sociais que contribuem para elevar a posição relativa das mulheres na sociedade. Poderá trata-se de escolhas como resultado da decisão da mulher permanecer sozinha após avaliar as vantagens de viver sem um companheiro. Com as dissoluções matrimoniais em crescimento e as possibilidades de constituir família e ter filhos sem envolver-se em matrimônio formal, deverá aumentar o número de mulheres com produção independente.

O lar desfeito comporta uma série de precariedade que vai desde a falta da figura masculina na educação dos filhos até a falta de recursos materiais, e o desafio de garantir aos filhos um futuro promissor. Mas mesmo diante de tantas dificuldades ainda é possível perceber o lado heróico dessas mulheres chefes de família que não só enfrentam uma dupla jornada, como conseguem encaminhar bem seus filhos na vida, não se descuidando da sua educação, como vimos no relato de dona Margarida.

As mulheres quando abandonadas pelos seus parceiros precisam aprender a lidar com a sua nova situação. É possível afirmar que as viúvas, solteiras ou aquelas que são abandonadas estão mais sujeitas a riscos sociais, do que outros grupos femininos que chefiam domicílios.

Se para as mulheres mais abastadas que estão no mercado de trabalho é possível remunerar empregada doméstica, para aliviar sua carga de trabalho, o mesmo não acontece

com as mulheres das classes subalternas que na maioria das vezes só podem contar com elas mesmas nos serviços domésticos. Poucas são aquelas que contam com a ajuda dos filhos mais velhos ou de parentes para socorrê-las nessas atividades. Pacheco (2005) pontua que diante da falta de apoio seja no que se refere à ajuda financeira para as despesas da casa ou com os afazeres domésticos, as mulheres vulnerabilizadas e chefes de família são levadas a construir diferentes estratégias para tentar resolver tal situação. Trata-se de estratégias de sobrevivência que nem sempre são satisfatórias e conseguem garantir a manutenção da família.

Barros, Fox e Mendonça (1997) ressaltam que a situação das crianças e dos adolescentes dos domicílios de chefia feminina é mais precarizada do que nos outros modelos de família. A ausência do homem/companheiro irá exigir maior esforço da mulher e de seus filhos. A entrada precoce desses filhos no mercado de trabalho poderá acarretar prejuízos na educação, restringindo o tempo e a disponibilidade para os estudos resultando na evasão escolar.

Esta pesquisa revela que nos domicílios de mulheres chefes de família, há a presença de parentes convivendo no mesmo domicílio, e isso pode ser uma estratégia para que essa mulher possa contar com o apoio de outras pessoas para os afazeres domésticos e cuidados com a criança enquanto ela sai para trabalhar. Das entrevistas 55% afirmam haver parentes residindo em suas casas e 45% responderam que não. Se por um lado, a presença desses parentes nas casas das mulheres entrevistadas representa algo positivo como a diminuição da dupla jornada dessas mulheres, por outro, aumenta o consumo, ou seja, as despesas domésticas. Dona Violeta (33 anos) desenhou o seguinte quadro:

Sou natural de Santa Isabel do Rio Negro, moro em Manaus há 17 anos, tenho um filho de 14 anos e outro de 2 anos, tenho uma irmã que mora comigo. Ela não trabalha fora, apenas estuda e cuida de meu filho mais novo. Não vou negar que ela me ajuda muito, visto que não preciso pagar babá, até por que nem teria condições. Mas por outro lado, preciso comprar as coisas para mim e para ela aumentando assim minhas despesas (Entrevista/2010).

A busca por trabalho e melhores condições de vida estimulou o processo migratório para os grandes centros urbanos, principalmente onde há a presença de indústria. A transferência para áreas urbanas é um empreendimento familiar que tende a seguir trajetórias

já percorridas por parentes, amigos ou conterrâneos, que oferecem informações a respeito das oportunidades de trabalho.

Romanelli (1999) aponta para o fato de que a migração ocorre a partir da expectativa de contar com apoio de uma rede de relações pessoais, construídas no local de origem constituindo fonte de amparo para a integração no meio urbano. Essas redes de relações compostas a partir de vínculos pessoais são o oposto das que predominam em áreas urbanas, nas quais vigoram princípios formais e burocráticos, que criam obstáculos para a adaptação dos migrantes.

A principal dificuldade é a obtenção de emprego por pessoas pouco ou nada escolarizadas e que se defrontam com um mercado de trabalho competitivo que demanda mão-de-obra minimamente qualificada para ocupar postos de trabalho. Parentes são extremamente importantes para suprir carências diversas das famílias de migrantes. Estes apesar de constituírem em sujeito de contribuição ou ajudar nos afazeres doméstico, com o tempo acabam sendo um peso nas despesas domésticas das famílias que tem as mulheres como responsáveis do domicílio.

Entre as participantes da nossa pesquisa constatamos que a condição de chefe de família contou com algumas motivações, como situações de separações cujas pensões foram negadas ou insuficientes para o sustento da família. No interior do discurso sobre independência e autonomia, as maneiras como as chefes se vêem ou não como as principais responsáveis pelos seus domicílios, também é um dado interessante para se pensar as relações de gênero na contemporaneidade. Maior independência e autonomia de um lado, e maior responsabilidade de outro, é a tônica presente no universo pesquisado.

Aquelas mulheres que não se reintegraram à família extensa de seus pais, onde poderiam deparar-se novamente com a autoridade de outros homens como o pai, irmãos responderam positivamente quanto aos aspectos de autoridade e de decisão, sobre os membros da família. Já aquelas que se deparam com a presença de um homem, mesmo quando é a mulher que assume a chefia da casa, elas dizem não ter poder de decisão na casa.

Mendes (2002) fala de permanências e mudanças nas atitudes de mulheres chefes de família, com relação às concepções tradicionais de gênero. A posição da mulher altera-se comparada a uma situação de dependência, em que o homem (marido) toma todas as decisões. As falas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa revelam que quando perguntadas sobre

quem decidia as coisas em casa, a resposta nas famílias conjugais indicava ser o casal, e nas famílias monoparentais afirmaram ser delas a palavra final. Girassol (31 anos) afirma o seguinte:

Eu até que gostaria de muitas vezes de dividir as minhas preocupações do dia-a-dia, mas meus filhos têm praticamente só eu para orientá-los. O pai não é muito presente, e sou eu mesma que preciso decidir sobre os rumos das coisas. É difícil tomar decisões sozinhas, mas peço a Deus que sempre me ilumine para que eu acerte. E não tem pra onde correr, ou sou firme e tomo as decisões necessárias, ou meus filhos ficam sem uma referência do que é certo ou errado (Entrevista/2010).

Percebemos nessa fala a vontade de compartilhar com o homem a responsabilidade com os filhos. Araújo e Scalon (2005) apontam para o fato de que na sociedade, o cuidado com os filhos é tradicionalmente destinado às mulheres. E essa condição tida como “natural” prejudica as escolhas das mulheres, limitando suas possibilidades de crescimento intelectual. Excluindo a função de gestação, todos os outros aspectos envolvidos no cuidado dos filhos podem ser efetivamente desempenhados por homens e mulheres. Isso evitaria que as mulheres por vezes se sintam sobrecarregadas de tantas responsabilidades postas sobre elas. Essas autoras consideram que, apesar de tudo, o desempenho de papéis do homem contemporâneo vem mudando em aspectos antes não destacados, como a afetividade e maior envolvimento com a educação dos filhos, mas essa tendência vem se firmando muito lentamente. O relato de Hortência (25 anos) revela esta preocupação, a saber:

Graças a Deus tenho uma pessoa com quem posso compartilhar os conflitos que são vivenciados na família. Meu marido sempre me ajuda nas decisões que devemos tomar seja em relação a casa ou aos nossos filhos, mas principalmente no que diz respeito aos filhos que precisam ser orientados sempre, senão já viu começam a fazer coisas erradas (Entrevista/2010).

Como mencionamos anteriormente em relação ao reconhecimento da chefia familiar, 11 (onze) das 20 (vinte) mulheres entrevistadas se consideravam chefes de família. Elas afirmam que assumem sozinha a total responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos. Para Margarida,

Chefiar uma família é um grande desafio, porque você tem que se responsabilizar sozinha de trazer o sustento para casa e ainda ter que cuidar e orientar os filhos. Não é uma tarefa muito fácil pelo contrário. Eu acho que só quem consegue chefiar uma família são mulheres guerreiras, muitas mulheres quando se separam preferem voltar para a casa dos pais do que enfrentar essa sobrecarga de responsabilidades (Entrevista/2010).

Conquistar a igualdade de gênero é um dos objetivos que as mulheres estão lutando para alcançar. A mulher submissa está cada vez deixando de existir, dando lugar à mulher batalhadora, guerreira, independente, trabalhadora, ciente de seus direitos e deveres na sociedade. As mulheres estão cada vez mais quebrando tabus, marcando presença em lugares antes restritos somente aos homens. Muitos são os resultados alcançados pelas mulheres, mas ainda se tem muito o que conquistar. A discriminação salarial, a violência, as desigualdades sociais ainda são desafios a serem superados. As mulheres não devem silenciar-se, devem ir atrás de seus direitos e nunca deixar se abater pelos obstáculos que a vida impõe.

Autoras como Macedo (2009) e Bruschini (2000) são unânimes em reconhecer que mesmo diante de tantos ganhos obtidos no que tange ao espaço conquistado pelas mulheres na sociedade, elas ainda enfrentam uma extensa jornada de trabalho, tendo que conciliar o trabalho e a família. Ouçamos o que Rosa (40 anos) entende por ser chefe de família:

Eu entendo que ser chefe de família e ter maior responsabilidade, por que a mulher sozinha tem que garantir que as necessidades da família sejam atendidas. O homem quase sempre quando é chefe tem a ajuda da esposa, quando não é na renda da família, ela ajuda nos cuidados da casa, assim dificilmente eles ficam sobrecarregados, o que não é o nosso caso (Entrevista/2010).

Esse relato revela o quanto a mulher torna-se presa à família, a seus papéis tradicionais. É comum que a mulher, mesmo trabalhando fora de casa se preocupe com a família e no tempo de folga se dedique a rotina do lar, diferente do que ocorre com os homens, que aproveita o tempo que não é dedicado ao emprego para viver o seu tempo livre. O tempo das mulheres está sempre repleto de atividades, elas não têm tempo livre. Enquanto cozinham elas assistem novela, enquanto estudam, brincam com os filhos. Sendo que essa face multifacetada é vista como um fenômeno natural e não como uma exploração ou sobrecarga.

Carvalho (1998, p.83) salienta que quando “os homens ficam desempregados, independentes de ter filhos ou não, permanecem longos períodos em busca de um trabalho igual ao anterior, rejeitando ofertas de trabalho não qualificado e mal remunerado”. Nesse período de espera sobrevive com a renda da companheira ou de outros trabalhadores do domicílio. Já as mulheres com dependentes sob sua responsabilidade retornam à atividade remunerada tão logo surge a primeira oportunidade de emprego. Esse novo trabalho é, na maioria das vezes, nas atividades domésticas com menor remuneração. E, diga-se, que antes mesmo de se vincular a esse novo trabalho as mulheres costumam realizar pequenos biscates para manter a família.

Apesar de as mulheres terem avançado muito nas conquistas de espaços sociais, com relação à escolha de seu estado civil, inserção no mercado de trabalho, melhores condições educacionais, a situação ainda não melhorou para uma parcela significativa de mulheres que por diversas razões se tornaram chefes de família.

Vimos nos relatos das mulheres entrevistadas o interesse em ter um companheiro não só para a manutenção da casa, mas também para compartilhar as responsabilidades e os problemas com os filhos. As mulheres na posição de chefia feminina enfrentam dificuldades principalmente de suprir as necessidades básicas de alimentação, moradia e educação dos filhos.

A centralidade das mulheres na manutenção da família não significou em vários casos a melhoria do *status* social delas. No geral, as atividades econômicas nas quais as mulheres estão inseridas não cobrem suas despesas, o que exige a conjugação de diferentes fontes de renda e a busca de estratégias complementares como a participação em programas de transferência de renda.

A assistência a essas mulheres é importante, mas não é a única solução, pois não é suficiente somente o bônus financeiro. Elas necessitam de inserção em políticas educacionais, de lazer e entretenimento para o seu bem-estar. O desafio maior é a emancipação delas da condição de pobreza no sentido mais amplo, de acesso à educação, a informação, bens e serviços. A luta pelo reconhecimento do fenômeno de mulheres chefes de família inscreve-se num debate amplo de igualdades entre os gêneros.

2.3 – Condições de trabalho e renda das mulheres participantes do Programa de Atenção Integral à Família no CRAS São José IV

Ao longo deste estudo apontamos o significativo aumento das mulheres no mercado de trabalho, resultante das transformações societárias dos tempos contemporâneos. Destacamos alguns dos indicadores dessa transformação como é o caso da queda da taxa de fecundidade que reduziu o número de filho por mulher liberando-a para o trabalho. A maternidade, sem dúvida é o fator que mais interfere na saída da mulher para o trabalho fora de casa.

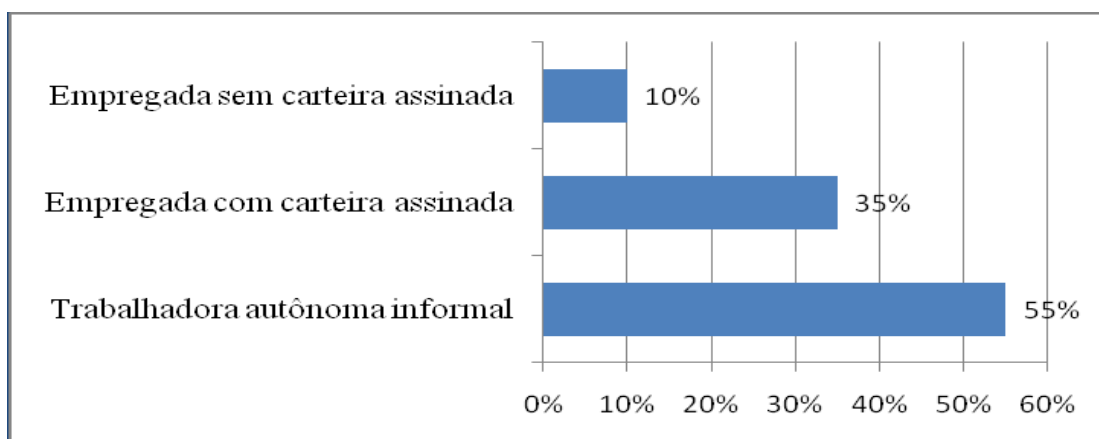
Para Nogueira (2008) com a emergência da sociedade capitalista o trabalho feminino assume plenamente a forma de trabalho assalariado. Foi nas primeiras etapas do processo de industrialização no Brasil e da necessidade de redução dos custos de produção, que as mulheres foram requisitadas para trabalharem na indústria, resultando em benefícios para o capital devido a baixa remuneração oferecida à força de trabalho feminina.

Ao longo do processo de industrialização os trabalhadores empreenderam uma luta árdua para garantir conquistas reconhecidas como direitos trabalhistas. Mas, estas conquistas foram desarticuladas, em parte, pela desregulamentação das relações de trabalho que contribuíram para a precarização crescente da força de trabalho no mercado. A desregulamentação das relações de trabalho fragilizou as negociações coletivas, numa tentativa de fazer com que o trabalho formal, estável, protegido, passasse a ser uma modalidade do passado.

A inserção das mulheres no trabalho precarizado está associada à ausência de escolaridade e qualificação, diminuindo, assim, as oportunidades de adquirirem bons empregos e salários, principalmente, diante das novas exigências do atual mercado, que requer um aumento do nível educacional do trabalhador.

As mulheres ouvidas em nossa pesquisa encontram-se, em sua maioria, exercendo atividades remuneradas sem que seus direitos sociais trabalhistas sejam garantidos: (55%) delas exercem atividade autônoma informal, 35% são empregadas com carteira assinada, sendo esse número bem expressivo e (10%) são as que são empregadas sem carteira assinada, como podemos observar no gráfico nº 5:

Gráfico 5: Situação atual das mulheres usuárias do CRAS São José IV no mercado de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

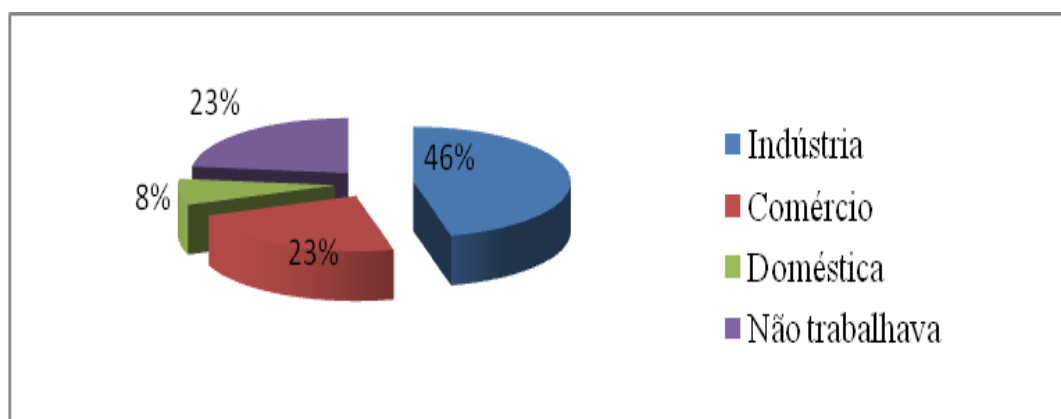
O aumento da informalidade, o desemprego e a precarização do trabalho aparecem, segundo Theodoro (2004), como características mais destacadas do mercado de trabalho nos anos de 1990. Nessa década cerca de 1,5 milhões de pessoas adentraram o mercado de trabalho em meio a uma informalidade crescente que hoje abarca mais da metade dos trabalhadores ocupados.

Para Tavares (2004, p.65),

as formas de trabalho precário só não são tão graves quanto a completa ausência de trabalho, isto é, de desemprego, mas, de certa forma, os trabalhadores submetidos às relações impostas pela acumulação flexível passam a viver apenas para o trabalho. Com isso toda a família é atingida, seja pela redução da renda e/ou pelos desencontros que as imprecisões nos tempos de trabalho provocam. Por isso, na mesma proporção em que os avanços tecnológicos vão se disseminando e o aparato de proteção ao trabalho vai se reduzindo, o desalento e o medo atingem também trabalhadores ocupados, especialmente aquele das camadas mais baixa da população, porque cada trabalhador é potencialmente um desempregado.

Das mulheres que fizeram parte de nossa pesquisa e que hoje estão inseridas no mercado informal de trabalho, conforme mostra o gráfico nº 6: 6 (seis) têm em comum a experiência de terem trabalhado no Distrito Industrial de Manaus, 3 (três) trabalhavam no comércio, 3 (três) não tinham atividade remunerada e 1 (uma) trabalhava como empregada doméstica com carteira assinada. É importante frisar que muitas tiveram que entrar no mercado de trabalho precocemente deixando o estudo de lado.

Gráfico 6: Setor que as mulheres usuárias do CRAS São José IV trabalhavam antes de entrar para o mercado de trabalho informal



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Mendes (2002) chama a atenção para o fato de que as mulheres das camadas subalternas, além de possuírem um baixo nível educacional e de qualificação, estão inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho. Já as mulheres provenientes das camadas médias e altas são mais bem instruídas e qualificadas para enfrentar as novas exigências do mercado. Essas, por terem melhores oportunidades de vida ocupam elevados postos de trabalhos, percebem melhores salários, e o ingresso se dá muito mais por uma questão de independência, autonomia ou poder de consumo, do que por questões de pobreza e sobrevivência.

Ouçamos a fala de Azálea (28 anos) em relação a sua situação atual no mercado de trabalho:

Eu trabalho como manicure desde os meus quinze anos, não fiz nenhum curso, mas aprendi a fazer unha muito bem, no início não tinha muita freguesia, foi difícil, aí eu decidi deixar a vergonha de lado e ir em casa em casa perguntando quem gostaria de fazer as unhas, às vezes as pessoas não tinham dinheiro na hora, aí eu resolvi deixar que o pagamento fosse mensal ou quinzenal, de acordo com as possibilidades da freguesa, olha foi assim que eu consegui alguns clientes fixo, a renda não é muito alta, mas consigo manter minha família. E enquanto estou fazendo unha levo o catálogo da Avon, para as minhas clientes fazerem pedido, é dessa forma que sustento minha casa com muita batalha (Entrevista/2010).

Ouçamos também a fala de Cravo (43 anos), mulher guerreira que mesmo enfrentando uma dupla jornada de trabalho voltou a estudar com a perspectiva de melhorar de vida.

Quando cheguei aqui em Manaus, trabalhei muitos anos como doméstica com carteira assinada, mas comecei a ficar com minha saúde fragilizada devido o cansaço. A casa de meus patrões era muito distante da minha, acordava muito cedo para poder conseguir chegar lá às sete horas e quando retornava só chegava na minha casa à noite devido a distância e a demora do ônibus. Chegando em casa só era mais trabalho, tinha que deixar a casa limpa, dar atenção para meus filhos no dever escolar, deixar a comida preparada para o dia seguinte, dormia muito cansada, aí decidi pedir as contas e trabalhar como diarista. Sei que um dia irei sentir falta de ter a minha carteira assinada, principalmente se adoecer. Mas, hoje devido poder fazer meu horário consegui até volta a estudar, faço o EJA, e de repente com mais estudo até consigo uma coisa melhor, né! (Entrevista/2010).

Não podemos deixar de mencionar nesse estudo o aumento da escolaridade feminina, especialmente a partir do Governo do Presidente Lula que inaugura o EJA- Educação de Jovem e Adulto, que alargou a possibilidade de estudo para as mulheres. O atual Estado brasileiro faz um grande esforço para vencer o analfabetismo, de modo que, entre 1991 e 2000, a taxa de analfabetismo da população brasileira passou de 20,07% para 13,63%, chegando as mulheres a uma posição um pouco melhor que a masculina (MELO, 2005, p.).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio. É importante destacar a concepção ampliada desse estudo no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também no sentido de reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio (MEC, 2011).

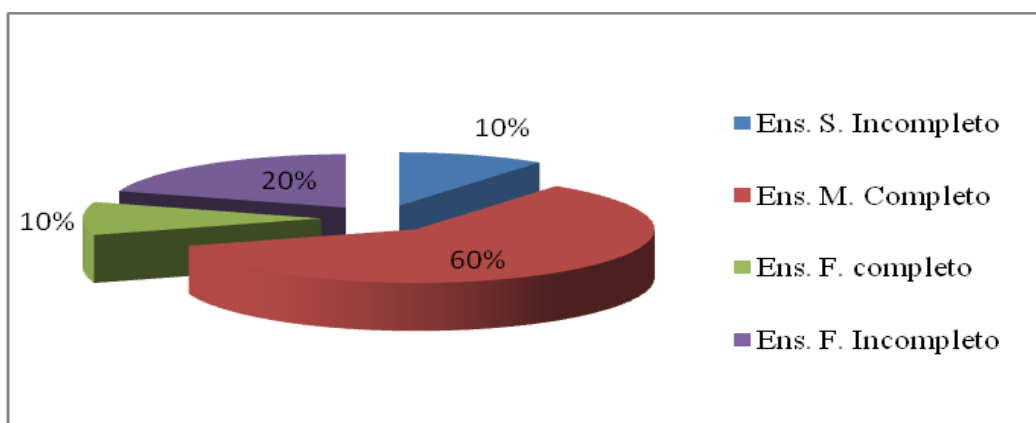
Nas famílias mais vulnerabilizadas concentram-se relativamente mais pessoas sem instrução, isto é, o analfabetismo hoje é um problema mais dos pobres. A educação é o caminho que vai não só lhes favorecer melhores ocupações e condições de trabalho, mas melhores níveis de conscientização da sua condição feminina, tornando-as mais livres e autônomas em suas escolhas e recusas.

A educação formal é um fator primordial para a melhoria de vida da população em geral. Para Scherer (2005) o nível de escolaridade desencadeia uma política de demissão e admissão. E na década de 90 com a reestruturação produtiva que exige trabalhadores

polivalentes e qualificados, os trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação foram os primeiros a serem demitidos no Distrito Industrial de Manaus. Atualmente o Distrito Industrial continua a exigir trabalhadores com maior escolaridade, com maior capacidade de iniciativa e de adaptação à organização, entre outros requisitos.

O gráfico nº 7 nos mostra que a metade das mulheres participantes da pesquisa concluiu o ensino médio, fato que comprova os dados da PNAD (2010) sobre o aumento da escolaridade das mulheres, visto que na atual conjuntura o mercado de trabalho tem feito maiores exigências, no que se refere à escolarização e qualificação, ou seja, maiores níveis de escolaridade podem garantir melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho.

Gráfico 7: Escolaridade das Mulheres Cadastradas no PAIF do CRAS São José IV



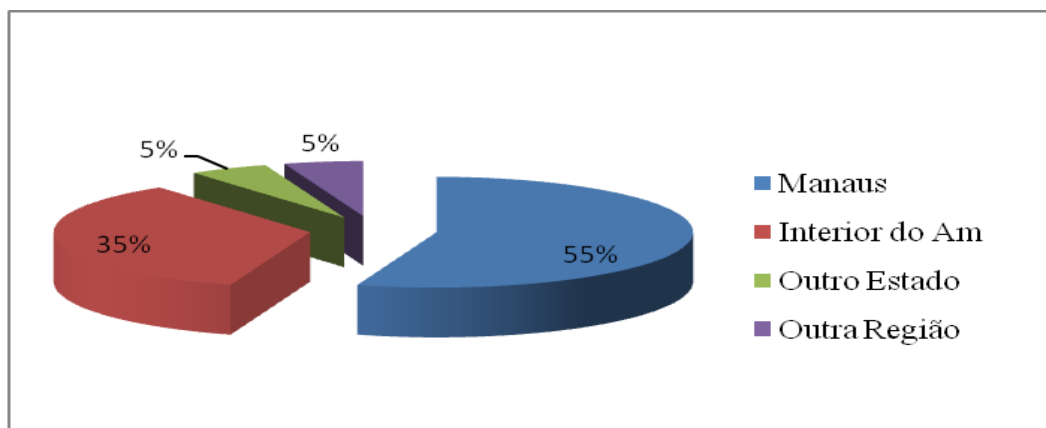
Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Das mulheres entrevistadas 70% têm o ensino médio completo e dessas 10% tem ensino superior incompleto; 20% o ensino fundamental incompleto, 10% o ensino fundamental completo. Comprovadamente, maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Segundo a PNAD (2010) é importante verificar se as pessoas economicamente ativas têm uma escolaridade de pelo menos 11 anos de estudo completos, equivalente ao ensino médio, nível que atualmente é exigido para praticamente todos os postos de trabalho no mercado formal. Na nossa pesquisa mais da metade das entrevistadas possuem o nível de escolaridade mínima que é o do ensino médio completo, para competir no mercado de trabalho ou ter trabalho formal.

Scherer (2005) observa que o perfil dos desempregados amazonenses é caracterizado não apenas pelo baixo nível de escolaridade e de qualificação e pouca experiência de trabalho, mas também por pessoas de idade mais avançadas. O mercado requer agora um trabalhador jovem, polivalente com um alto grau de escolaridade, sendo a idade e o nível de instrução, critérios importantes no momento da contratação.

No Cras São José IV localizado na zona leste da cidade de Manaus, a inserção da mulher no mercado de trabalho deve ser vista como uma luta diária pela sobrevivência, a fim de garantir o sustento da família. No que diz respeito a origem das mulheres ouvidas a pesquisa revela que são em sua grande maioria amazonenses (90%), sendo que 55% dessas mulheres são de Manaus e os outros 35%, vieram do interior do Estado do Amazonas. O restante é proveniente de outros Estados como o Pará e o Maranhão, conforme mostra o gráfico nº 8.

Gráfico 8 : Procedência das Mulheres Cadastradas no PAIF do CRAS São José IV



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

De acordo com Scherer (2005) o cotidiano dos amazonenses foi afetado pela modernização trazida pela industrialização, momento em que passa a ocorrer um grande processo de urbanização desordenado. Um dos efeitos mais visíveis é o aumento significativo de bairros na periferia de Manaus, oriundos de ocupações sem planejamento porque inexistente política habitacional eficiente.

Autoras como Silva e Yazbek (2008) apontam que as mudanças econômicas e sociais tiveram como pilares o aprofundamento de uma urbanização caótica acompanhada da

modernização econômica, tendo a industrialização como a base desse crescimento. A intensa migração do campo para a cidade propiciou a formação de um grande excedente da força de trabalho resultando na exclusão dos frutos do crescimento econômico, passando a constituir um grande contingente de trabalhadores no setor informal da economia sujeitos à baixa remuneração, à instabilidade e a margem do sistema de proteção social que é direcionado para aqueles que se encontram no mercado de trabalho formal, inaugurando no país, *uma cidadania regulada*.

Um número representativo de trabalhadores oriundos da zona rural se soma aos trabalhadores da cidade, formando um corredor dos desempregados. Scherer (2005) explica que essa migração para a capital do Amazonas foi maciça no período da instalação da Zona Franca de Manaus. As pessoas vinham em busca de emprego e de melhores condições de vida. Mas, apesar das décadas de 70 e 80 terem se constituído no auge da ZFM, a mesma não conseguiu criar postos de trabalho suficientes para incluir a demanda de trabalhadores, tendo como consequência o desemprego e o trabalho informal.

Autores como Sarti (2009) e Gomes (2003) entram na realidade da família periférica de São Paulo e constataam o desencanto que hoje marca suas vidas. Suas vidas são o resultado da urbanização e industrialização do país, a partir dos anos 1950. Vieram embalados pelo “sonho feliz da cidade”. Foi a promessa de dias melhores que os trouxe para o sudeste, cuja síntese estava em metrópoles como São Paulo.

Sonho que forjou as periferias das cidades, obrigando sua população a chamar depressa de realidade, nas palavras de Caetano Veloso, o que se mostrou o avesso do avesso de seu sonho. Essa realidade se apresenta como similar a da cidade de Manaus, principalmente no que se refere à expectativa de melhoria de vida, presente na esperança de oportunidade de trabalho e de educação para seus filhos.

Nossa pesquisa revela que mais da metade das mulheres entrevistadas não possuem renda fixa, consequência do trabalho precarizado a que estão submetidas e que não lhes possibilita segurança financeira. De acordo com a tabela nº 3: 40% dessas mulheres trabalhadoras tem rendimentos inferior a 1 (um) salário mínimo, 45% tem rendimento igual a 1 (um) salário e 15% tem renda superior a 1 (um) salário mínimo.

Tabela 3: Renda Individual das Mulheres Usuária do CRAS São José IV e Renda Familiar

Valor da renda mensal	Renda Individual da Mulher	Renda Familiar
Menos de 1 Salário Mínimo	40%	5%
1 Salário Mínimo	45%	20%
Mais de 1 Salário Mínimo	15%	65%
Não Sabe	00 %	10%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Apenas 15% das mulheres percebem uma renda maior que um salário mínimo. Para Scherer (2005, p.85) “o trabalho na informalidade apresenta uma característica comum: a vulnerabilidade, ou seja, a insegurança na relação de trabalho e na percepção da renda”. A autora constata que os efeitos da reestruturação produtiva em Manaus é a privação de direitos dos desempregados do mercado formal, que se sujeitam à trabalhos precários sem proteção social e direitos trabalhistas e recebendo poucos rendimentos.

Quando se trata de trabalho informal, as rendas das mulheres pesquisadas flutuam constantemente devido as atividades remuneradas exercidas por elas não terem um valor fixo. Diariamente as mulheres se preocupam se irão conseguir auferir dividendos ou recursos econômicos para suprir as necessidades básicas da família daquele dia. Isso é desesperador, principalmente para aquelas que não contam com a ajuda de mais ninguém na manutenção da família. O relato de Rosa (40 anos) revela esta situação:

Tenho um casal de filhos e removo montanhas para que meus filhos não passem dificuldades, por vezes é muito difícil conseguir isso, principalmente quando fiquei desempregada. Quando me deram as contas do DI perdi o chão, já estava separada nessa época, vim da cidade de Santa Inês no Maranhão, lá passei muitas dificuldades. Nossa! já teve noites que fiquei acordada pensando o que meus filhos iriam comer no dia seguinte e isso é desesperador, mas nem que eu tivesse que pedir principalmente para familiares não deixava eles passarem fome, para meus filhos não tenho vergonha de pedir, mas é muito chato pedir o tempo todo. Hoje graças a Deus estou me reestruturando financeiramente, mas é uma batalha a cada dia, vendo produtos da Natura, Avon, vendo bolsas que compro em São Paulo e assim vou vivendo e sobrevivendo nessa luta (Entrevista/2010).

Para Theodoro (2004), o trabalho precarizado e informal se deu de forma processual. A abolição da escravatura sem uma medida de absorção produtiva dos ex-escravos como força de trabalho livre, ao mesmo tempo em que o país promovia a imigração de mão-de-obra européia, terminou por estabelecer as bases de perpetuação da exclusão de uma parte importante da população brasileira. A história do mercado de trabalho no Brasil para mulheres sempre foi desigual, só ocorreu maior impulso com a industrialização. Atualmente com a reestruturação produtiva elas enfrentam forte exclusão do mercado formal.

O crescimento da população urbana provocou, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, uma concentração exacerbada da pobreza. A economia brasileira se modernizou, cresceu, mas o país não cresceu em termos de desenvolvimento humano. Houve uma intensificação da informalização do trabalho, concentração de renda e de terra, enfim, um quadro de desigualdade. A pobreza passou a ser vista como algo constitutivo e característico do país. Programas voltados para a diminuição da pobreza, hoje, não são mais iniciativas compensatórias e temporárias. Esses programas inscrevem-se em uma perspectiva de gestão da pobreza. E aí aparece o grande calcanhar de Aquiles da ação do Estado atualmente. Theodoro (2004, p.115) aponta que,

Numa democracia, não pode haver uma institucionalização da pobreza. Ao Estado cabe equacionar as estratégias e os mecanismos de superação dessa situação. Ou então não se trata de uma democracia, entendida como o *locus* de convivência dos cidadãos. E esse parece ser hoje o principal dilema do Brasil. Até os anos 1980 tinha-se a perspectiva de inclusão como parte integrante do projeto nacional. Hoje isso não acontece mais. A questão é que em seu lugar veio o silêncio oficial sobre essa questão. Ser pobre tornou-se sinônimo não de uma condição temporária, mas de uma ‘quase casta’, para a qual criam-se políticas focalizadas e restritas. Mas do que nunca, a falta de uma âncora igualitária tem permitido o que Marques Pereira chamou de cidadania a duas velocidades, ou seja, para uns a cidadania plena, para outros o acesso a serviços precários e a direitos restritos.

Ao perguntarmos às nossas entrevistadas o que as levaram a procurar o Centro de Referência de Assistência Social, 100% responderam ser por causa do Programa Bolsa Família e apenas 35% gostariam também, além da inclusão no Bolsa Família, participar de cursos de inclusão produtiva ofertados no CRAS. O CRAS São José IV oferece cursos e oficinas de Flores emborrachadas, pintura em tecido, manicure dentre outros.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apóia programas de qualificação profissional voltados à pessoas de baixa renda. Esse Ministério promove essas ações em parceria com órgãos públicos e privados, que aderem os Programas *Próximo Passo* e o *Acreditar*, ambos voltados à qualificação profissional específica para posterior inserção no mercado de trabalho de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais e especificamente o beneficiário do Programa Bolsa Família que é acompanhado pelos CRAS.

Manaus é o único município do Estado do Amazonas atendido pelo Programa *Próximo Passo* e apenas na área da construção civil, pois na área de turismo não foi contemplada. O programa é executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com cooperação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Turismo. Os tipos de vagas ofertadas por cada município podem ter variância. Na área da construção civil, podem ser disponibilizados cursos de pedreiro, pintor, eletricista, encanador, mestre de obras, entre outros. No turismo, as opções são de garçom, cozinheiro, padeiro, mensageiro, camareiro, auxiliar de eventos, entre outros (MDS, 2011).

Os cursos são gratuitos e os interessados devem procurar as agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da sua região para saber sobre as vagas disponíveis. Os beneficiários que fizerem os cursos não perdem o benefício do Programa Bolsa Família. É importante frisar que somente a qualificação ofertada nesses programas não são garantias de emprego. É necessário fazer a intermediação entre o cidadão e a oferta de emprego, integrando as oportunidades disponíveis a uma mão-de-obra bem preparada.

Das mulheres que fizeram parte da pesquisa 100% já fizeram sua inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais, no entanto apenas 7 (sete) já são beneficiária do Programa Bolsa Família, as demais estão na espera de ter o cadastro aprovado ou não. Mas, é lamentável que as mesmas não tivessem conhecimento desses programas de inclusão produtiva, afirmam que nunca receberam a cartinha do MDS para comparecerem aos CRAS ou ao Sistema Nacional de Empregos - SINE para participarem de tais programas.

É válido ressaltar que no ano de 2009 os jornais locais anunciaram o Programa *Próximo Passo* convidando os beneficiários do PBF a participarem dos cursos de qualificação profissional. A notícia do jornal avisava que os beneficiários não iriam perder o benefício após qualificar-se, essa chamada através da televisão se deu para reforçar a procura pelos cursos que até aquele momento estava muito baixa. Os beneficiário do Programa Bolsa

Família só procuram o CRAS mais quando ocorre algo com o seu benefício, quando este é suspenso, bloqueado ou até mesmo cancelado. Dificilmente o procura para se matricular em algum curso de geração de renda.

CAPITULO III – A ESPACIALIDADE E OS SUJEITOS DA PESQUISA

A pobreza não é algo natural, mas sim produzida e cultivada socialmente. Ser pobre não é apenas não ter as mínimas condições de vida, mas, sobretudo, ser impedido de tê-las, o que é uma ameaça constante à dignidade humana. O destino imposto pelo capitalismo contemporâneo aprofundou a miséria e a concentração de renda. A promessa de que o progresso traria um mundo melhor e mais igualitário não se concretizou.

(Pedro Demo)

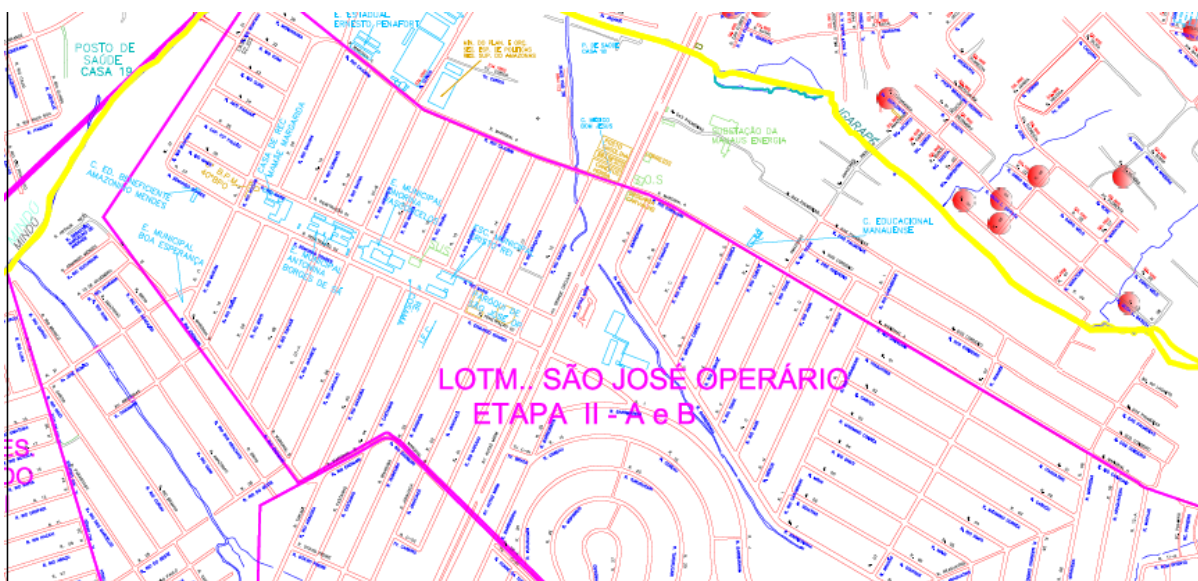
3.1 – O CRAS São José IV e o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF.

A área onde hoje está localizado o bairro São José começou a ser ocupada entre o final dos anos de 1970 e início de 1980, sendo o segundo bairro a surgir na atual Zona Leste de Manaus. Essa zona habitacional é uma área urbana iniciada a partir da ocupação das terras pertencentes à Universidade Federal do Amazonas - UFAM, que originou primeiramente o bairro Coroado I.

A ocupação do bairro São José foi marcada por lutas pela posse, já que era de propriedade de várias pessoas (grileiros das terras). Seus primeiros moradores eram em grande número, oriundos de outros municípios do Amazonas, trabalhadores rurais em busca de oportunidades na Zona Franca e outros vindos da periferia do município. Esses primeiros ocupantes sofreram violências tanto por parte de grileiros, quanto do poder público, através das forças policiais.

O poder público buscou solucionar o conflito na área ao fazer a desapropriação das terras e o loteamento, criando o bairro de São José. A iniciativa foi obra do Governador José Lindoso e do Prefeito de Manaus, José Fernandes. Em junho de 1980 é oficializado o bairro São José, dividido em lotes, distribuídos às famílias carentes. Para dar característica de loteamento, eram cobradas dos sorteados dos terrenos prestações nunca superiores a 10% do salário mínimo da época. A População do bairro São José é estimada em 188.670 moradores (Fonte: Prefeitura de Manaus).

Figura 1: Localização Geográfica do Bairro São José na Zona Leste de Manaus/AM



Fonte: Base MANAUSTRANS¹⁴, Agosto, 2011.

O locus de nossa pesquisa é o Centro de Referência de Assistência Social do bairro São José IV - CRAS. O CRAS é uma unidade pública responsável pela oferta de serviços no âmbito da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade dos municípios. Seu objetivo consiste na prevenção de situações de riscos sociais, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, como ampliação de acesso aos direitos de cidadania (MDS, 2009).

Neste Centro é desenvolvido o Programa de Atenção Integral à Família e o Programa Bolsa-Família que tem como público-alvo a população em situação de extrema vulnerabilidade social, decorrente da pobreza e privação de vínculos afetivos. Os serviços ofertados no CRAS devem ser acolhedores garantindo a privacidade e preservando a integridade e a dignidade das famílias e seus membros.

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) foi criado através da portaria nº. 78 de 18 de abril de 2004 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. O PAIF é implementado através dos serviços socioassistenciais, socioeducativo, de convivência e de projetos de preparação para a inclusão produtiva voltados para as famílias vulnerabilizadas. Este programa consiste em uma importante estratégia do SUAS no que diz

¹⁴ Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – Prefeitura de Manaus

respeito à integração dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda e, nele deverá ser atendido com prioridade as famílias inseridas no Programa Bolsa Família - PBF.

Figura 2 – Imagens do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS São José IV em Manaus/AM



Fonte: Pesquisa de campo realizada no Cras São José IV em 2010.
Arquivo: Simone Costa

Não podemos esquecer as características do público-alvo do PAIF e PBF e as demandas advindas das problemáticas que os envolvem, o que exige grande trabalho para toda a equipe do CRAS, e em especial para os assistentes sociais. De acordo com Vera Holtz (47 anos) assistente social/coordenadora do CRAS São José IV os limites e os alcances desses programas são:

O alcance do PAIF e do PBF é social, pois busca a promoção e proteção às famílias que se encontram em vulnerabilidade social. As limitações do PAIF são muitas, entre elas: a sua própria implementação que não condiz com a realidade vivenciada através da estrutura física dos CRAS, de recursos

humanos e materiais, para o acompanhamento devido. O mesmo ocorre com o PBF que precisa acontecer com uma investigação social, buscando a proteção dos sujeitos mais vulneráveis através da transferência de renda, ambos precisa estar articulados a rede socioassistencial, que existe mais quase não funciona, emperrando os encaminhamentos devidos e seu acompanhamento real (Entrevista /2010).

Em relação a esses limites e possibilidade do PAIF, a Regina Duarte (30 anos), nos diz que esses dependem das:

Condições estruturais do CRAS. Muitas vezes as famílias que nos procuram, principalmente por benefícios eventuais precisam ser encaminhadas para outros locais para que seja feito o atendimento. Acontece também de planejarmos ações e não termos o devido apoio de uma instância maior, ou seja, a secretaria que estamos vinculados. No geral as famílias que procuram a psicologia são acompanhadas através dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, no entanto não é possível por uma série de fatores, seja por falta de recursos humanos ou matérias o acompanhamento de todas as famílias que são atendidas pelo CRAS (Regina Duarte, Psicóloga, entrevista/2010).

No ano de 2004 foi implantada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS¹⁵ formulada no Governo Lula que consubstanciou o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2005. O SUAS é o novo modelo de gestão da Política de Assistência Social, reorganizando em todo o território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e instituindo o CRAS como uma referência local da assistência social (PAIVA; LOPES, 2008).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo é descentralizado, participativo materializa o conteúdo da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS cumprindo as exigências para a realização dos objetivos que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícita no art. 226 da Constituição Federal de 1988 que declara: “Família base da sociedade tem especial proteção do Estado.”

O SUAS representa um avanço e apresenta um foco prioritário na atenção às famílias. É necessário que as políticas públicas direcionadas às famílias, não sejam apenas em relação a

¹⁵ PNAS/2004 – Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União, 28 de outubro de 2004.

renda, mas também de acesso a serviços assistenciais proporcionando o protagonismo social, que direciona para o exercício da cidadania. E por mais precarizadas, vitimizadas e vulnerabilizadas que as famílias em situação de exclusão social se encontrem, há certa resistência e vontade de reconstituição e manutenção dos vínculos, ou seja, há sempre a esperança de garantir na família o espaço de proteção.

Segundo Raichelis (1998) os assistidos dos programas e serviços assistenciais são os pobres, geralmente assim definidos a partir de sua renda, sendo este um fator sozinho incapaz de captar as múltiplas expressões da pobreza, visto que esta não se reduz somente à privação material, mais é também cultural, política, social, é carência de direitos, de possibilidades, de esperança.

A autora aponta para o crescimento da demanda por serviços sociais público por amplos segmentos da população, que compõem a massa de desempregados do mercado formal. Estes trabalhadores dificilmente serão reintegrados ao mercado de trabalho, visto que não se trata mais do tradicional exercito industrial de reserva que ficavam desempregados temporariamente, pois conseguia ser reabsorvido pelo mercado em função das oscilações do ciclo econômico. Trata-se agora, se uma massa sobranete integrando-se no desemprego estrutural, visto pelos ideólogos neoliberais como uma conseqüência natural dos ajustes da economia na era da globalização.

Historicamente a assistência social tem sido um dos mecanismos acionados pelo Estado para o enfrentamento da questão social e, portanto como parte da estratégia de controle e legitimação do poder político. Por outro lado, esta tem sido a principal possibilidade de sobrevivência dos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, tendo acesso, ainda que insuficiente, a serviços e programas. Glória Pires, assistente social, diz que o alcance do PAIF é o atendimento à família em uma perspectiva de direito.

O alcance do programa é possibilitar às famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social o acesso à Assistência Social e às outras políticas sociais. Isto se dá através dos serviços e benefícios ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Em outras palavras, podemos dizer que o alcance do PAIF é o atendimento à família e a todos os seus segmentos, pois o programa busca trabalhar a criança, o adolescente, o jovem, o adulto e os idosos na perspectiva do direito social e da cidadania. O PAIF limita-se ao um número reduzido de profissionais que integram a equipe técnica do CRAS, impossibilitando que o trabalho com as famílias se efetive em sua totalidade, mas dentro das condições e estrutura de trabalho que nos são oferecidas (Entrevista/2010).

Ao indagarmos quais as principais demandas que fazem as mulheres procurarem o CRAS, Vera Holtz (47 anos) assistente social e coordenadora do CRAS São José IV respondeu que,

Os principais motivos das mulheres procurarem o CRAS é a inserção no Programa Bolsa Família seguida dos benefícios eventuais e de cursos de qualificação profissional. Mas salientamos que embora essas alegações sejam as mais frequentes, através da triagem e da escuta sempre há outros motivos como drogas, álcool, violência doméstica, enfim, a violação dos direitos sociais fundantes para uma vida digna. (Entrevista/2010).

O desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda¹⁶ insere-se no âmbito da proteção social no Brasil a partir de 1995. Em 1996 começa a ser desenvolvidos programas de abrangência nacional como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2001 programas como a Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás e o Cartão-Alimentação começaram a serem expandidos também no âmbito nacional. No Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, foi criado o Programa Bolsa- Família pela medida provisória nº 132 transformada na lei nº 10.836 em janeiro de 2004 com a proposta de unificar os diversos programas de transferência de renda (SILVA, 2008, p. 23).

Em relação ao desenvolvimento de políticas públicas no país, Silva (2008), assinala que o ano de 1930 marcou o início do que poderia ser considerado um sistema de proteção social. Vivenciavam-se grandes transformações socioeconômicas e políticas, destacando a passagem do modelo de economia agro-exportadora para o modelo urbano industrial. Para essa autora,

O sistema de proteção social no Brasil se ampliou no contexto de um período autoritário, demarcando a ditadura militar, vivenciada em 1964 a 1985. Nesse sentido os programas e serviços sociais assumem funções de legitimação do Estado autoritário, servindo também como aliviadores da tensão e da repressão social e para atenuar as conseqüências de políticas de arrocho salarial (SILVA, 2008, p.27).

¹⁶ É a política de transferência monetária repassada diretamente aos indivíduos ou a famílias. No caso brasileiro, a ideia central dos Programas de Transferência de Renda é proceder a uma articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho, direcionados a crianças, jovens e adultos em estado de vulnerabilidade social.

A partir de meados da década de 80 e durante os anos 1990 cresceu a reação ao autoritarismo do regime militar desenvolvida por um novo movimento social e sindical. Esses movimentos reivindicaram fortemente a ampliação e universalização de direitos sociais culminando com a Constituição Federal de 1988, cujo marco no campo da proteção social foi a instituição da seguridade social com o tripé saúde, assistência social e previdência, o que significou a ultrapassagem da cidadania regulada¹⁷.

Essas conquistas aconteceram em um contexto desfavorável do ponto de vista da crise fiscal do Estado iniciada na década de 80 e reforçada na década de 90 com o projeto neoliberal no Brasil, tendo como conseqüências o aumento do desemprego, precarização do trabalho e elevação da pobreza. As profissionais do CRAS São José IV chamaram a atenção para os fatores de vulnerabilidade que mais justificam a ação de políticas públicas:

O aumento da pobreza devido a má distribuição de renda no país resultando conseqüentemente em uma maior desigualdade social, a questão da educação que ainda tem muito em que avançar, pois o país só irá se desenvolver socialmente se investir na educação e as péssimas condições de trabalho, de saúde pública, saneamento básico e de habitação (Vera Holtz, Assistente Social/ Coordenadora do CRAS, entrevista/ 2010).

O desemprego, a drogadição, a violência doméstica e a educação precária (Regina Duarte, Psicóloga, entrevista/2010).

De acordo com Boschetti (2003) a assistência social é definida como uma política que deve prover mínimos sociais garantido, assim, o atendimento das necessidades básicas. É regida pelo princípio da universalização dos direitos sociais, porém, defronta-se com o binômio seletividade *versus* focalização que tem interpretações equivocadas restringindo ainda mais os direitos assistenciais.

A autora estabelece diferença entre os princípios de seletividade e focalização e o de priorização, muito embora os primeiros sejam defendidos em nome deste último. A prioridade tem como preocupação definir quais as situações e quais os usuários que serão atendidos

¹⁷ A Cidadania Regulada consistia basicamente na distribuição desigual de direitos. Só teriam direitos sociais aqueles cidadãos vinculados formalmente ao mercado de trabalho com carteira assinada, ou seja, aqueles que recolhiam para a Previdência Social. O restante da população deveria procurar as sociedades filantrópicas como a Santa Casa de Misericórdia, de maneira geral, este foi o padrão de proteção social que vigorou no Brasil até os anos 1980 (SANTOS, 1979).

primeiramente, não significando excluir, restringir o campo de ação ou reduzir este universo, mas de dar preferência a alguém relativamente ao tempo de realização de seu direito.

Para Boschetti (2003) a seletividade é regida pela intenção de selecionar, definir quem deve passar pela “peneira”. Os objetivos da seletividade não são de estabelecer estratégias para ampliar o acesso aos direitos, mas para definir regras e critérios para escolher quem vai ser selecionado para ser incluído. A focalização, segundo a mesma autora, não pode ser entendida como sinônimo de seletividade, visto que ela volta sua atenção para algo que se destaca. A focalização nesse sentido pode ser compatível com a universalização, como por exemplo, no universo de pessoas atendidas em creche, é preciso focalizar aquelas crianças desnutridas com ações para o combate a desnutrição.

A focalização não tem como objetivo restringir o acesso aos direitos, mas no universo atendido diferenciar os que necessitam de atenção especial para reduzir desigualdades. Mas, a focalização passa a ser negativa quando associada à seletividade, restringindo e reduzindo as ações a poucos e pequenos grupos, desconsiderando o direito de todos.

A focalização do Programa Bolsa Família nas famílias tomando como critério único de seleção a renda, levanta uma série de críticas pelo seu caráter restritivo. Se considerado o conceito de pobreza multidimensional, somente a renda não é suficiente para qualificar a pobreza. Desse ponto de vista, a vulnerabilidade social engloba outras dimensões como saúde, esperança de vida, educação, saneamento e acesso a bens e serviços públicos, indo além da privação de bens materiais. Neste caso, o PBF tende a impossibilitar a inclusão de famílias que apesar de estarem situadas em uma faixa de renda um pouco acima do valor definido, encontram-se também em situação de pobreza.

Para concretizar um direito reconhecido por lei e para legitimá-lo é necessário implementá-lo conforme a lei. É essencial conhecê-lo e ter vontade política para construir as condições materiais necessárias para converter um direito legal em um direito legítimo. Os profissionais do CRAS descrevem quais os desafios e as conquistas do trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade, e como é realizado o trabalho socioeducativo quanto ao acesso às políticas públicas na busca de superar as vulnerabilidades. De acordo com Glória Pires, assistente social, ouvida nesta pesquisa,

O desafio é aumentar o número de profissionais, pois temos uma demanda muito grande e devido o reduzido quadro de funcionários não conseguimos desenvolver um trabalho eficiente com as famílias. Podemos considerar como conquista o transporte do CRAS (Kombi), que neste ano de 2011 conseguimos que ficasse conosco diariamente todos os dias da semana isso foi um avanço, pois antes era dividido e cada CRAS tinha transporte no máximo dois dias na semana. Essa conquista viabilizou nossas visitas e acompanhamento social das famílias (Entrevista/ 2010).

Ouvimos também os relatos de Regina Duarte (30 anos), psicóloga, quanto ao trabalho socioeducativo realizado com as famílias.

O trabalho socioeducativo para viabilizar as famílias o acesso as políticas publicas se dá tanto no processo de escuta no primeiro atendimento como nas reuniões com os grupos. Buscamos superar as vulnerabilidades da família através dos grupos de convivência, das orientações psicológicas e sociais, além da participação destas nos cursos de geração de renda oferecidos no CRAS e no Programa Bolsa-Família (Entrevista/2010).

Silva (2008) considera que na conjuntura atual pesquisas sociais e econômicas demonstram que os programas de transferência de renda são de grande relevância na constituição do sistema de proteção social no Brasil. Mais, isto requer que seja feito acompanhamento e avaliação para dimensionar os reais impactos desses programas, principalmente em relação à elevação do nível de escolaridade e de saúde da população e sua efetividade enquanto programa de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social.

Para essa autora, é possível identificar algumas potencialidades dos programas de transferência de renda, primeiro por que este constitui a principal política de enfrentamento à pobreza na atualidade, tanto pela dimensão quantitativa do público atendido quanto pelo volume de recurso aplicado.

Mais ao lado dessas potencialidades estão as dificuldades e desafios que precisam ser enfrentados. E dentre as limitações estruturais merece crítica a adoção de critérios somente de renda para a definição dos pobres e extremamente pobres, incluídos no Programa Bolsa Família. “Esses critérios, além de não considerarem a dimensão multidimensional da pobreza, fixa para inclusão uma renda per capita muito baixa, deixando de fora muitas famílias que vivenciam extremas dificuldades” (SILVA, 2008, p.53).

Guimarães e Almeida (2007) destacam que famílias abaladas pelo desemprego estrutural ganham novas especificidades. Pais perdem seu posto de trabalho sendo muitas vezes irrecuperável. As mulheres voltam para o mercado de trabalho, agora não mais para complementar a renda, mais para ser a principal responsável pelo orçamento da casa. Já os filhos correm o risco de depois de tanto esforço e investimento da família na sua formação educacional e profissional, não encontrarem espaço no mercado de trabalho que é cada vez mais excludente.

A baixa qualificação da mão-de-obra, o analfabetismo seja total ou funcional, a suscetibilidade de doenças ou outros acometimentos ligados à sobrevivência acrescidas da instabilidade no emprego e de ganhos insuficientes para manter a casa criam no cotidiano dessas famílias uma situação de opressão, uma incapacidade do chefe em atender e proteger seus dependentes.

A exclusão social traz a tona um elemento antes ausente: o trabalho social com as famílias se mostra como um elemento importante. As ações e os programas sociais obtêm maior otimização dos recursos quando substitui o indivíduo pela família como objeto de sua intervenção. Vera Holtz, assistente social/coordenadora do CRAS São José IV vê a importância de se trabalhar mais efetivamente a família. Conforme suas palavras,

É de extrema relevância o trabalho com as famílias, pois acredito que ela é a base para o sujeito se tornar protagonista de sua própria história, se ela vai bem, todos ganham com isso, mas ela precisa de oportunidades, e o Estado tem um papel fundamental na sua história de ascendência ou decadência. O trabalho com as famílias possibilita a superação de situações de vulnerabilidades e assim contribui para a melhoria da qualidade de vida (Entrevista/2010).

Também Regina Duarte (30 anos) psicóloga ouvida neste estudo, assinala na mesma direção dizendo que,

É de suma importância o trabalho com as famílias, uma vez que esta é a base de tudo. Trabalhar conceitos, unidade, vivência e convivência, bem como caminhos para superações de conflitos familiares, financeiros e sociais. Trabalhar por melhores condições de vida das famílias usuárias do CRAS de forma psicossocial (Entrevista/2010).

Carvalho (2007) diz que o Estado e a família desempenham papéis similares: regulam, normatizam, impõem direitos e deveres de proteção e assistência. Dentro desse contexto podemos afirmar que a família e as políticas públicas apresentam funções correlatas ao desenvolvimento e à proteção social dos indivíduos. Carvalho (2007, p.271) situa a

Família como expressão máxima da vida privada e lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade. É um campo de mediação imprescindível.

Castel (2000, p. 52) ao discutir os processos sociais de inclusão e exclusão social retoma indiretamente a família como critério de inclusão. Para esse autor há existência de zonas de vulnerabilidades, ou seja, se o indivíduo possui trabalho e vínculos sociofamiliares, encontra-se potencialmente incluído nas redes de integração social. Se lhe falta trabalho ou os vínculos, escorrega para zonas de vulnerabilidades. E, se perde trabalho e vínculo, pode tombar em processos de desafiliação social.

De fato, vínculos sociofamiliares asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social. Nessa condição o grupo familiar constitui condições objetiva e subjetiva de pertença que não pode ser descartada diante de programas de inclusão social.

Ao perguntarmos à Glória Pires, se havia algum trabalho direcionado especificamente para as mulheres, que são as principais responsáveis pelo provento da família, obtivemos a seguinte resposta:

No Cras não há um trabalho direcionado exclusivamente para esse tipo de arranjo familiar. A família é trabalhada em suas múltiplas dimensões através dos grupos de convivência com palestras informativas, sobretudo com temas ligados as conquistas dos direitos que são desconhecidos por inúmeras famílias. O CRAS busca potencializar e fortalecer os vínculos familiares com êxito, no entanto esse trabalho não é possível com todas as famílias devido inúmeras barreiras, desde o baixo efetivo e como a falta de recursos materiais (Assistente Social, entrevista/2010).

O Programa de Atenção Integral à Família e o Programa Bolsa Família, respostas do Estado à inclusão social são dirigidos ao fortalecimento das mães e seus filhos como sujeito de direito, valorizando o protagonismo dessas famílias. A metodologia de trabalhos com famílias parte do reconhecimento da pluralidade de tipos de famílias presentes na sociedade. A assistente social, Glória Pires participante da pesquisa também aponta para a importância de que, os trabalhos com as famílias nos serviços socioassistenciais, estejam articulados com os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, a saber:

Ambos os programas estão voltados para a viabilização do acesso a direitos sociais, a bolsa família não pode ser reduzida apenas a um programa de transferência de renda, tendo em vista que objetiva a ampliação do acesso das famílias pobres a serviços de saúde, educação e assistência social, induzida pelo cumprimento das condicionalidades do Programa, podemos considerar isso uma estratégia para a redução da pobreza e de superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias beneficiárias. Mas, enquanto o Programa Bolsa Família obedece a um critério de renda, o PAIF atende a todas as famílias em situação de vulnerabilidade social. E ao propor o acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF, com atenção específica às famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades, supõe-se que elas estejam sob a tensão de fatores vulnerabilizantes, e que, portanto, estariam precisando de alguma atenção especial. Assim consideramos importantíssima essa articulação (Entrevista /2010).

Para o cumprimento das condicionalidades do PBF é necessário o oferecimento de serviços como escolas e unidades de saúde, pois o cumprimento dependerá da inclusão e frequência da família e seus membros a estes serviços. E caso seja detectado obstáculos enfrentados pela família no cumprimento das condicionalidades, a gestão municipal será acionada, visando solucionar os problemas como faltas de escolas e postos de saúde. No entanto, nem sempre são tomadas providências para solucionar tais problemas.

É importante frisar que os serviços ofertados pelo CRAS através do PAIF devem ser pautados no respeito às famílias, valorizando seus referenciais culturais e seus projetos de vida. É necessário que haja o fortalecimento da ação conjunta da assistência social, saúde e a educação com outras políticas voltadas para o desenvolvimento social, assim como é feito na área de esporte e geração de renda para potencializar as famílias e seus membros.

Em relação à política de geração de renda oferecida através de cursos como manicure, corte e costura, emborrachados, culinária, artes em sandálias, pintura em tecidos, cabeleireiro

e outros, perguntarmos a coordenadora do CRAS se ao terminar os cursos as mulheres conseguiam se colocar no trabalho informal para vender seus produtos. E, se após a qualificação dessas mulheres, havia encaminhamento para o emprego. Obtivemos a seguinte resposta:

O CRAS oferece os cursos de geração de renda objetivando a possibilidade de essas mulheres desenvolverem uma atividade geradora de renda em seus domicílios, pois a maioria tem dificuldades para trabalhar fora por causa dos filhos. Muito embora no decorrer dos cursos descubram suas aptidões e habilidades, infelizmente a maioria das mulheres não possuem condições financeiras para montar seu próprio negócio, e também não existem incentivos sociais para esse fim, mas possuo informações que teve alguns casos de que as mulheres conseguiram montar um salão de beleza em suas residências (Vera Holtz, Assistente Social/Coordenadora, entrevista/2010).

Há uma parceria com o Sistema Nacional de Empregos – SINE para beneficiário do Programa Bolsa-Família para titular e dependente para encaminhamento para o mercado de trabalho (Vera Holtz, Assistente Social/Coordenadora, entrevista/2010).

É preciso frisar que a parceria com o SINE para os beneficiários do Bolsa Família, não abrange a todos, mas os que já possui alguma qualificação para se inserirem no mercado de trabalho.

No CRAS são oferecidos três tipos de serviços para as famílias de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009): 1º) Serviço de Proteção e Atendimento à Família que envolve a demanda espontânea, grupo de família elegível e o grupo de grávidas. 2º) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados prioritariamente para as famílias que descumprem as condicionalidades do PBF nele está o grupo de responsável familiar, grupo de idosos e os grupos de crianças e adolescentes e o 3º) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas direcionados aos beneficiários do BPC. Ao perguntarmos a Vera Holtz, Assistente Social/Coordenadora o que se objetiva alcançar no grupo de convivência no CRAS, ela nos respondeu o seguinte:

Autonomia e protagonismo da família no que se refere ao seu reconhecimento como cidadãos de direitos e de deveres. Outro objetivo também a alcançar é a qualificação profissional e a (re) inserção no mercado de trabalho. Contribuindo assim para melhores condições de vida da família (Entrevista/ 2010).

É necessário neste momento confrontar como é instituído o PAIF no CRAS e, como este é viabilizado e direcionado à família. Os profissionais que atuam no CRAS têm seus trabalhos limitados diante das dificuldades encontradas seja de recursos humanos ou materiais. Desenvolvem trabalho basicamente no aspecto socioeducativo, orientando a respeito de direitos e deveres e fazendo encaminhamentos para outras secretarias, com a esperança de que estas possam atender a demanda que foi posta, com mais rapidez. As determinações, normas e sugestões dos órgãos como Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e suas diretrizes acabam ficando só no papel, sem execução na prática.

No caso dos efeitos do Programa Bolsa-Família, pesquisas recentes do IPEA (2009) apontam a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil decorrentes desse Programa. Não podemos negar a importância de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas constatamos que há necessidade de articulação deles com outras políticas como a saúde, educação, geração de emprego e renda, entre outras, visto que não podemos esperar que problemas estruturais do país sejam solucionados em um único programa de transferência de renda.

Opositores ao Programa Bolsa Família vêem nele apenas uma espécie de bolsa eleitoral, que serviria para subornar as camadas mais vulneráveis da população com transferências de dinheiro para obter eleitores. Entre as diversas críticas que recebe no Brasil está a de que geraria dependência e desestimularia a busca por emprego. Não devemos considerar esse último elemento totalmente como uma inverdade, pois há casos sim em que as pessoas se acomodam, não buscando se qualificar para sua inserção no mercado de trabalho, como se isso fosse fazê-lo perder o benefício de imediato.

Mas, também não podemos concordar que seja uma política eleitoreira como diz os integrantes dos partidos PSDB e DEM. O Programa Bolsa Família teve sim implicações positivas nas dimensões econômicas e sociais quanto ao enfrentamento da pobreza no Brasil, gerando efeitos relevantes como o aumento do consumo. Autores como Silva (2008) reconhece que o PBF possui alguns aspectos relevantes como a obrigatoriedade da frequência escolar acima de 85%, porém, não basta a criança estar matriculada e frequentando a escola, o ensino precisa ser de boa qualidade, assim como a condicionalidade da saúde, implicando na necessidade de ampliação dos serviços de atendimento à saúde.

Na pesquisa junto ao CRAS São José IV detectamos a falta de recursos necessários para o trabalho efetivo com as famílias em estado de vulnerabilidade social. As famílias cadastradas no PAIF não dispõem de serviços assistenciais integrais por falta de recursos humanos e, quando as mulheres comparecem ao CRAS, não somente em busca de orientação social, mas também de um auxílio de cesta básica diante das dificuldades econômicas pelas quais estão passando, dificilmente a unidade dispõe desses benefícios para oferecer. As cestas que chegam não conseguem suprir a demanda, sendo necessário realizar uma triagem favorecendo às vezes, os que se encontra em situação de enfermidade, tais como tuberculose, câncer, AIDS dentre outras situações de agravo à saúde.

Os usuários vulnerabilizados não conseguem apropriar-se dos frutos do crescimento econômico. Os excluídos são rejeitados socialmente sofrendo situações de desvalorização social advindas da redução das oportunidades. As políticas públicas para mulheres deveriam oferecer meios para que elas e seus filhos deixem a condição de extrema vulnerabilidade, a qual envolve não apenas renda mais também acesso a serviços, visando a igualdade de direitos e oportunidades para ambos os gênero. Essas políticas devem, no mínimo, oferecer condições para suprir as necessidades como de saúde e educação. Mas deve-se tomar cuidado para não direcionar essas políticas só a pequenos grupos, como o das mulheres chefes de família, para não se tornar uma política focalista.

3.2 – As condições de vida das mulheres chefes de família usuárias do CRAS São José IV em Manaus/AM

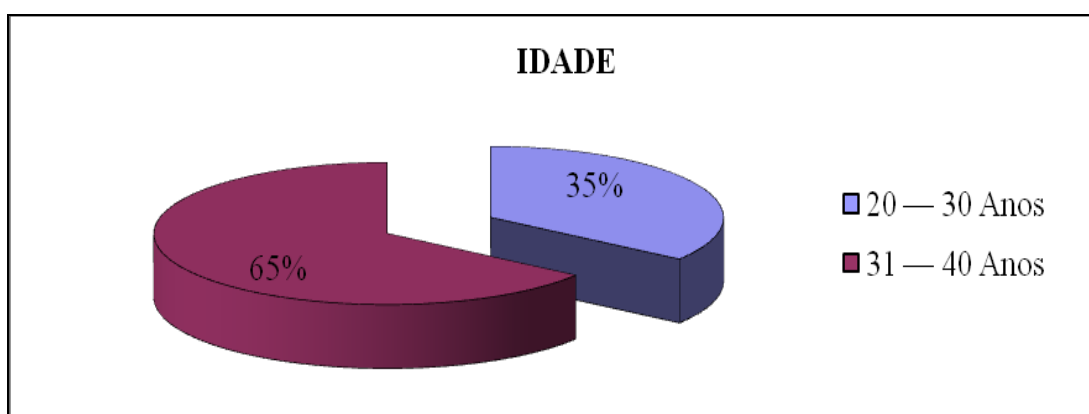
Esta pesquisa desenvolvida junto a uma amostra de 20 (vinte) mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica, cadastradas no Programa de Atenção Integral à Família executado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São José IV revela que 11 (onze) delas são chefes de família. E elas têm orgulho de estarem no comando do seu lar, apesar das muitas dificuldades.

O perfil socioeconômico das mulheres provedoras ajuda a esclarecer melhor o que os estudos estão mostrando sobre essa condição feminina. Muitas mulheres chefes de famílias inseridas no trabalho mal remunerado têm, muitas vezes, condições de vida piores do que aquelas que não são chefes de família. Elas quase não usufruem para si próprias do valor ganho e, devido a baixa remuneração, não podem investir em seus estudos e cursos de

qualificação. Isto sem falar na sobrecarga de trabalho, o que significa não só a presença de desigualdades de gênero, mas também de desigualdades sociais (Mendes, 2009).

A idade das mulheres pesquisadas varia de 20 a 40 anos, sendo que 7 (sete) estavam na faixa etária de 20 a 30 anos e 13 (treze) nas faixas de 31 a 40 anos, e nenhuma mulher da pesquisa apresentou idade menor de 20 anos conforme o gráfico nº 9. O que chamou a atenção foi o fato de muitas das mulheres entrevistadas apresentarem mais idade do que tinham e estarem mal cuidadas, em decorrência do tipo de vida que levam.

Gráfico 9: Faixa Etária das mulheres participantes do PAIF no Cras São José IV



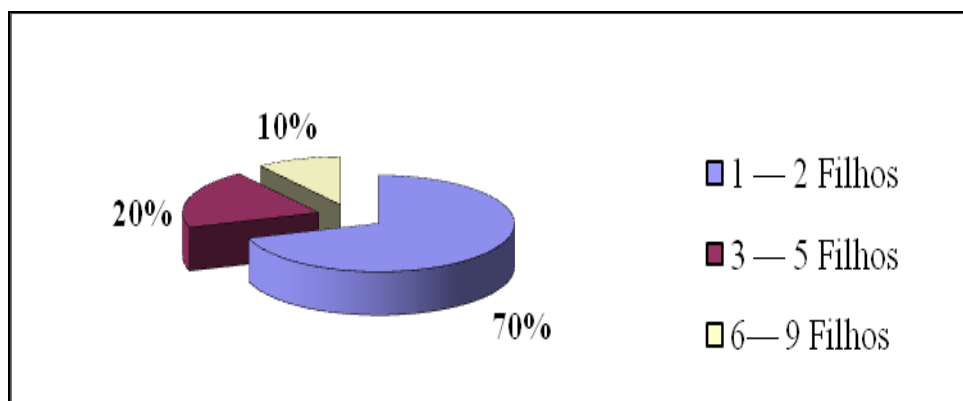
Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

A aparência envelhecida e sofrida das mulheres é vista como um ponto negativo pelo mercado de trabalho exigente, visto que um dos critérios de seletividade dos trabalhadores está pautado na boa aparência. O empregador exige a boa aparência de sua funcionária como parte de suas habilidades. As mulheres, mas do que os homens, sofrem dupla pressão no mercado de trabalho: a exigência de escolarização e qualificação e da boa aparência física.

Em relação ao número de filhos das entrevistadas, a pesquisa revela que a maioria delas tem entre 1 a 2 filhos. Vários fatores contribuíram para a queda da fecundidade no país, principalmente a expansão da urbanização, pois na zona rural as famílias tinham a ideia de que era necessário ter muitos filhos para ajudar na lavoura. A utilização de métodos contraceptivos também influenciou na redução do número médio de filhos. O planejamento familiar e a grande participação da mulher no mercado de trabalho são outros aspectos que acarretaram a redução da taxa de fecundidade no Brasil. Isso tudo resultou na redução do tamanho das famílias (BRUSCHINI, 2000).

Do universo amostral constatamos que 70% das mulheres tem entre 1 a 2 filhos, 20% tem entre 3 a 5 filhos, 10% tem entre 6 a 9 filhos e nenhuma possui mais de 10 filhos. Esses dados estão de acordo com a média nacional que é de 2 a 3 filhos (IBGE/2000).

Gráfico 10: Quantidade de filhos das mulheres participantes do PAIF no CRAS São José IV



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Nos lares chefiados por mulheres verificamos que comumente elas não contam com nenhum tipo de apoio do pai de seus filhos. Nessas condições as dificuldades na conciliação dos diferentes papéis desempenhados por essas mulheres são maiores, porque as responsabilidades sobre a família recaem unicamente sobre ela. Da amostra de 20 (vinte) mulheres, 15 (quinze) tiveram seus filhos registrados pelo pai e 11 (onze) os pais contribuem com as despesas da criação de um filho. No entanto, são poucos os pais de filhos de mulheres que chefiam a família que contribuem financeiramente para o sustento deles e que contribui para a sua educação. Apenas duas mulheres chefes de família recebem pensão alimentícia dos pais de seus filhos, conforme explicitado no relato de Flor-de-lis (37 anos):

O pai dos meus filhos mais velhos, nunca assumiu a paternidade e muito menos quis ajudar na manutenção das crianças, mas eu também nunca fui atrás. Já os pais dos dois mais novos assumiram os filhos e ajuda na manutenção, mas não interfere na educação das crianças (Entrevista/2010).

Carvalho (1998) sugere que o Estado desenvolva ações mais efetivas e crie mecanismos de incentivo e reforço à implementação de leis que exigem a participação do pai na manutenção da criança, independente do estado civil. A autora vê a necessidade de informação, tanto para a população feminina, quanto para a masculina, sobre as leis que

existem para exigir a participação econômica do pai biológico, na educação e manutenção das crianças. É necessário incentivar os órgãos de atendimento gratuito como o serviço de atendimento comunitário da OAB, ou escritórios de estágios das Faculdades de Direito, entre outros, a oferecerem serviços de orientação sobre reconhecimento de paternidade e pensão alimentícia às mulheres. Em Manaus já existem algumas faculdades de direito que oferecem esses serviços.

As mulheres consideram que a maioria dos homens são despreocupados com os filhos, considerado o cuidado e o amor como atributos femininos. Essa opinião acaba justificando as atitudes masculinas e demonstra como as mulheres se tornam presas à família, a seus papéis de mãe e de cuidadora da família, não podendo jamais abandonar a família e os filhos como faz o homem. E os homens não só se negavam a ter essa participação em casa, como as mulheres não esperavam que eles o fizessem. A autoridade exercida sobre os filhos era a única responsabilidade esperada. Ouçamos o relato de Lírio (37 anos):

O pai do meu primeiro filho nem registrou a criança. O do segundo filho eu recebia ajuda financeira, mas ele nem procurava saber como estava o filho. Isso só me deu força para continuar trabalhando e saber que sou capaz de criar meus filhos sozinha, até porque o que recebia era insuficiente para sustentar as crianças. O mais difícil eu tinha que manter, que é a educação, vestimentas, remédios, calçados, pois ele só ajudava na alimentação (Entrevista/2010).

Ao perguntarmos às mulheres da pesquisa quem era o principal responsável pela educação/orientação dos filhos, 80% responderam que eram elas mesmas, 15% disseram que era o pai e a mãe (ambos) e 5% disseram que era a avó materna. Das 6 (seis) mulheres separadas 4 (quatro) disseram que com a separação surgiram as dificuldades de chefiar sozinha a família, tanto no que diz respeito as necessidades materiais como também na educação dos filhos. Dificilmente os pais dos filhos das mulheres solteiras ou separadas contribuem na educação destes, no sentido de orientação.

Das 14 (quatorze) mulheres de família monoparental ouvidas na pesquisa, 5 (cinco) externaram para a vontade de ter um companheiro para colaborar no orçamento doméstico e na educação dos filhos, pontuando a importância da presença paterna na família em face de problemas preocupantes e crescentes como drogas e violência. De acordo com Margarida,

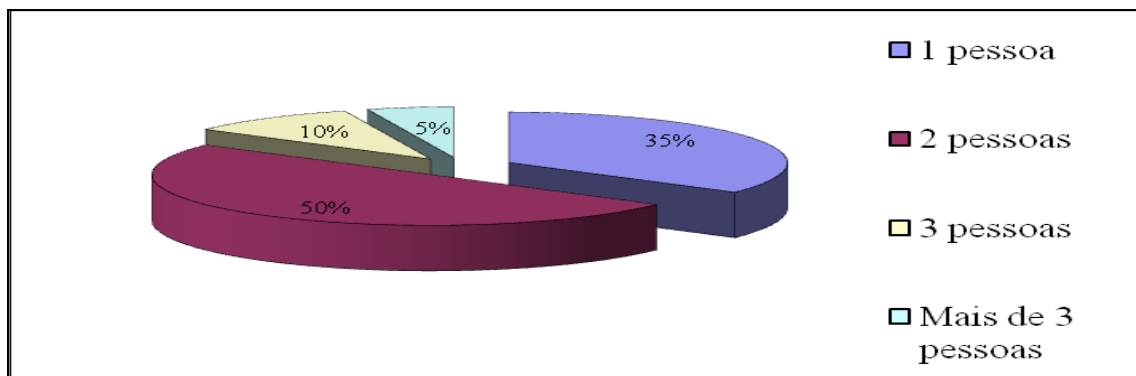
Os adolescentes de hoje estão mais sujeitos ao contato com as drogas devido companhias erradas. Eu acredito que a ausência do pai favorece para que os filhos adolescentes se sintam livres e acabam entrando em um caminho que muitas vezes não tem volta, vejo isso acontecer com filhos de vizinhos e parentes e tenho muito medo que aconteça com os meus filhos. Os adolescentes não pensam muito nas consequências que isso lhes trará para a vida. Nesta fase da vida, procuram nas drogas uma saída para enfrentar problemas (Entrevista/2010).

Também Magnólia (34 anos) vê a necessidade da figura paterna no acompanhamento dos filhos, conforme podemos perceber:

Eu me sinto um pouco insegura de ser responsável sozinha pela orientação de meus filhos, eu preciso me desdobrar e está sempre atenta para o comportamento deles, principalmente em relação as amizades, vivemos em um mundo em que a violência e a droga estão presente na vida dos adolescentes que estão cada vez mais sem rumo. Eles precisam de acompanhamentos para que não sofram más influências (Entrevista/2010).

Nos domicílios chefiados por homens, embora as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças possam não ser repartidos igualmente entre o casal e fiquem em geral, sob a responsabilidade da mulher, pelo menos existe, a possibilidade de divisão das despesas. A mulher fica, assim, com uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade menor. Das 20 mulheres entrevistadas verificamos que em relação às contribuições nas despesas domésticas, 7 (sete) são responsáveis sozinhas por essas despesas, sendo que das 11 (onze) mulheres que são chefes de família 2 (duas) recebem pensão alimentícia e 2 (duas) recebem ajuda da mãe e do irmão. Ainda em relação às contribuições 10 (dez) mulheres recebem ajuda de 2 pessoas nas despesas, 2 (duas) recebem ajuda de 3 pessoas e apenas 1(uma) recebe ajuda de mais de 3 pessoas. É o que mostra o gráfico 11:

Gráfico 11: Números de pessoas contribuem nas despesas domésticas



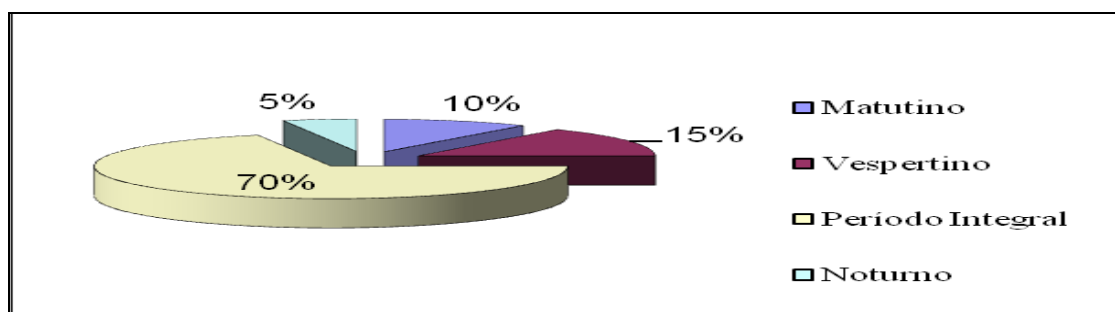
Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Indagamos às mulheres da pesquisa se havia algum filho na idade escolar fora da escola, e 95% nos informaram que não e 5% disseram que sim devido a criança ter vindo do interior do Amazonas e não ter conseguido vaga naquele ano.

O engajamento precoce das crianças e adolescentes desses lares na luta pela sobrevivência acarreta prejuízo para a sua educação, uma vez que a participação das crianças, seja no mercado de trabalho ou nas tarefas domésticas, pode restringir o tempo para os estudos, gerando uma menor possibilidade de acesso e permanência no sistema educacional. Talvez, por isto seja, freqüente nestas famílias, os atrasos e índices elevados de evasão escolar (FUNDAÇÃO SEADE, 1994).

No que diz respeito a variável horário de trabalho a pesquisa revela que 14 mulheres trabalham em período integral, 03 delas trabalham no turno vespertino, 02 no matutino e 01 no horário noturno, conforme gráfico nº 12:

Gráfico 12: Período de Trabalho das mulheres Participantes do PAIF no CRAS São José IV



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Somente 30% das mulheres possuem horário de trabalhos mais flexíveis (matutino ou vespertino) outras 70% tem que buscar apoio nos filhos mais velhos, parentes ou amigos para deixar os filhos pequenos, visto que trabalham em período integral.

De acordo com Bruschini (1993) é fundamental não abandonar a luta por políticas sociais que criem condições para que sejam ampliadas as possibilidades de escolhas das mulheres com responsabilidades familiares, de ter uma atividade econômica menos irregular, ou seja, que não sejam inseridas em trabalho precarizado, sem garantias trabalhistas a fim de que possam ter acesso aos benefícios trabalhistas previstos na lei.

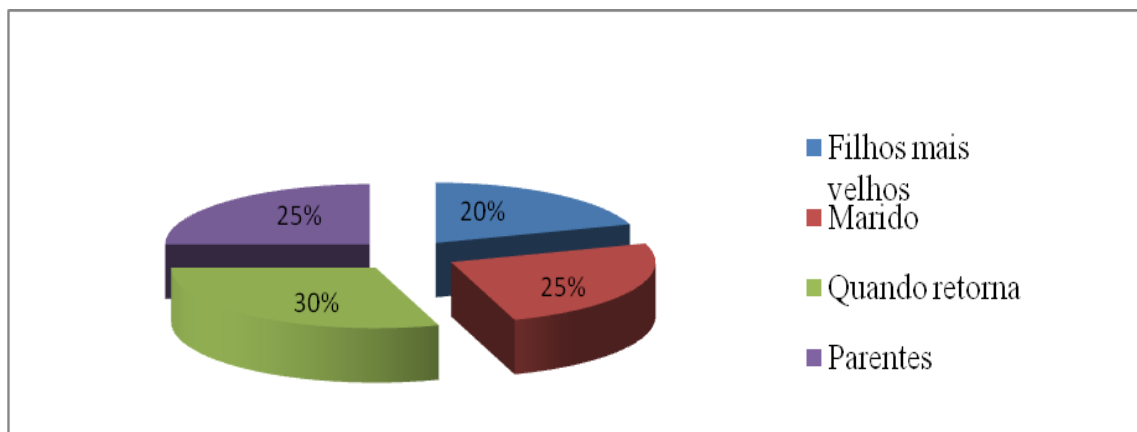
Scott (2002) apresenta alguns setores que impactam negativamente sobre a vida de mulheres chefes de família. Dentre esses fatores estão o trabalho, educação e saúde. No trabalho, mulheres chefes de família, de uma forma mais exacerbada que outras mulheres: costumam ter rendas mais baixa, precisam conciliar horários de casa e horários de trabalho, precisam de apoio para cuidar dos dependentes enquanto trabalham, sofrem freqüentemente de exclusão do emprego por causa de demandas da casa e são muitas vezes excluídas de direitos da previdência social.

No setor de educação, muitas mulheres chefes de família, não conseguem dar continuidade aos próprios estudos devido a necessidade de auferir renda. As mulheres chefes de família e os seus familiares são candidatos fortes à evasão escolar. Para as mulheres sem cônjuges, a necessidade de trabalhar às vezes impossibilita a sua continuação no estudo ou participação em capacitações. Por ser chefe, ela se sacrifica em favor do grupo, o que não deixa de acontecer adicionalmente com as pessoas que residem com ela.

No setor de saúde, a precariedade da renda resulta numa saúde fragilizada. Fica evidente que, como na educação, a saúde, congrega os indicadores da deterioração das condições de vida entre a população, é uma área onde as mulheres chefes de família precisam de uma atenção especial (SCOTT, 2002).

No gráfico nº13 é demonstrado como as mulheres da pesquisa conseguem conciliar sua atividade remunerada com as atividades familiares.

Gráfico 13: Conciliação das atividades de casa, cuidados com os filhos e atividade remunerada



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

Podemos observar que 30% das mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos pequenos e da casa, enquanto que 20% recebem ajuda dos filhos mais velhos, 25% dos maridos e 25% dos parentes. Constatamos também nesta pesquisa que as mulheres casadas ou de união estável, apesar de não receberem ajudar dos maridos/companheiros no que diz respeito a educação/orientação dos filhos, das 6 (seis) que estão nessa situação, 5 (cinco) afirmaram que recebem ajuda do marido nos afazeres domésticos o que diminui a sobrecarga de trabalho sobre elas.

No caso das mulheres chefes de família, mesmo as que recebem ajuda dos filhos mais velhos, o volume de trabalho não diminui. O trabalho doméstico é visto como uma obrigação, uma imposição somente a elas e que se configura até mesmo como um destino, uma sina para toda a vida, algo natural e interminável que só compete a ela (GUIMARÃES, 2007).

À medida que se avança nos estudos sobre a condição das mulheres na sociedade, há uma maior concordância por parte de diversos autores (CARVALHO, 1998; MACÊDO, 2009) em relação ao fato de que as dificuldades na conciliação dos diferentes papéis desempenhados pelas mulheres são maiores no caso daquelas que são chefes de famílias.

As mulheres chefes de família tendem a sentir maior pressão em relação aos excessos de atividades domésticas, que se manifesta através da conciliação do trabalho remunerado e da casa, causando muitas vezes, estresse e cansaço, visto que são elas que mais se dedicam aos afazeres domésticos e algumas recebem ajuda dos filhos mais velhos. Acácia (28 anos) é enfática em afirmar que,

A mulher trabalha mais do que os homens, pois além de trabalhar fora de casa, quando chega em casa precisa lavar, passar, cozinhar, cuidar da educação dos filhos, precisa fazer tudo, e tudo fica ainda mais difícil quando não se tem ajuda do companheiro, pelo contrário alguns querem encontrar tudo bem arrumadinho quando chegam em casa, nós mulheres somos sobrecarregadas de trabalho, principalmente quando ainda temos filhos pequenos (Entrevista/2010).

Uma outra entrevistada, Margarida, parece ter mais sorte do que Acácia. Segundo seu relato,

Eu recebo ajuda dos meus filhos mais velhos no trabalho de casa, mas quando chego em casa, ainda preciso me preocupar de verificar se eles não foram para a rua, é uma preocupação muito grande, tenho que dá atenção nos deveres escolares, tenho que ver como estão indo na escola, por que se deixar por conta só deles certamente repetem de ano. (Entrevista/2010).

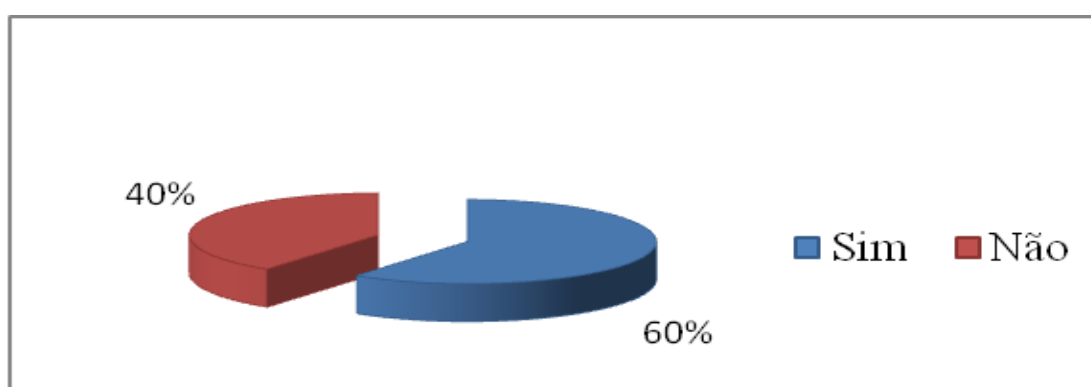
A organização dos domicílios, na amostra pesquisada, tem como pilar principal a mãe, são elas que delegam as tarefas, que organizam as atividades e a divisão do pagamento das despesas. Em nossa pesquisa 70% das mulheres afirmam que são elas que cuidam do dinheiro da família e 30% disseram que ambos (ela e o marido) têm essa responsabilidade. Percebemos que as mulheres se vêm mais preparadas para cuidar da renda familiar e objetiva sempre o bem-estar de toda a família, por conhecerem melhor o que sempre está faltando em casa e para os filhos.

Para Carvalho (1998), a presença e o rendimento masculino nem sempre representa o bem-estar do domicílio, visto que homens e mulheres têm prioridades de gastos diferenciados. Há experiências cotidianas que apontam que em domicílios no qual a mulher trabalha, e principalmente quando apresenta uma boa renda, a família tem melhores condições de vida. Já o rendimento masculino pode ou não estar diretamente associado ao bem-estar da família.

O lugar onde vivem as mulheres da nossa pesquisa é bastante violento e o tráfico de drogas é uma ameaça constante para o seu bem-estar e segurança de seus familiares. Ao chegarmos a uma das casas das entrevistadas não foi possível a mesma nos atender, pois estava muito nervosa devido seu sobrinho ter sido baleado por traficante na noite anterior por acerto de conta.

Ao perguntarmos a essas mulheres se a dupla jornada interferia na sua qualidade de vida delas, 60% responderam que sim, pois se sentia sobrecarregada, sendo uma dureza essa conciliação. Acordam cedo e dormem tarde, em nome da conciliação da atividade remunerada e a familiar, e 40% responderam que não, elas se sentiam satisfeitas com a vida familiar e profissional e conseguiam dividir o tempo sem danos como, por exemplo, o *estresse*. Percebemos nesse último caso a capacidade que as mulheres têm de distribuir seu tempo entre diferentes momentos de sua vida, privada e pública, mesmo diante do cansaço. Vide gráfico nº 14 e relatos a seguir:

Gráfico 14: A dupla jornada interfere na qualidade de vida da mulher?



Fonte: Pesquisa de campo realizada no CRAS São José IV na Zona Leste de Manaus/AM em 2010.

A dupla jornada causa um cansaço excessivo e a falta de tempo para cuidar da saúde, nos levando muitas vezes ao esgotamento físico e ao estresse (Tulipa, 37 anos entrevista/2010).

Guimarães (2010) afirma que o estresse é um processo que se configura no decorrer da vida, por conseguinte, não surge do dia para a noite. Primeiramente, o indivíduo vê-se diante de uma situação desafiadora e, conseqüentemente vai provocar uma alteração emocional. O estresse contribui para a etiologia de diversas doenças. O nível de estresse em que se encontra uma pessoa afeta diretamente sua qualidade de vida afetiva, social, profissional e sua saúde.

Cravo (40 anos) também fala sobre as dificuldades no enfrentamento da dupla jornada,

A longa jornada de trabalho é um problema. Além do cansaço físico muitas de nós ainda temos uma outra jornada em casa ao final do dia. Muitos homens após o trabalho podem dormir e descansar. Ao contrário deles, nós, mulheres, chegamos exaustas e ainda temos que fazer faxinas, lavar roupa, cuidar das crianças. Essa sobrecarga de trabalho acaba prejudicando a nossa saúde (Entrevista/2010).

Para Guimarães (2010, p.55) “a caminhada pela igualdade de direitos proporcionou às mulheres oportunidades no mercado de trabalho, crescimento profissional, mas não as livrou da dupla jornada”. A grande maioria das mulheres assume os cuidados da casa, dos filhos e, muitas dividem as obrigações financeiras da família, porém a insatisfação diante dos desequilíbrios existentes na divisão das tarefas domésticas é notória.

A jornada dupla e às vezes tripla deve trazer conflitos no decorrer da vida de muitas mulheres. Torna-se necessário não só um novo contrato social de gênero, em que se estabeleçam relações mais horizontais e que se equivalham às responsabilidades, como também sejam desenvolvidas políticas públicas progressivas de conciliação trabalho-família, com um entendimento igualitário acerca dos papéis (GUIMARÃES, 2010).

Gérbera (32 anos) uma das entrevistadas considera a dupla jornada de trabalho como algo natural para as mulheres, como podemos perceber no depoimento a seguir:

Nós mulheres temos a capacidade de executar várias coisas ao mesmo tempo, eu acho que isso é algo que nasce com a gente. Por isso eu acredito que a dupla jornada não interfere na nossa qualidade de vida, pois acabamos nos acostumados com tantas coisas para fazer ter que cuidar de casa, filho, estudar e trabalhar e fazemos isso muito bem, é lógico que nos sentimos cansada mais sabemos lidar com essa situação sem desanimar (Entrevista/2010).

Ao traçarmos o perfil socioeconômico das mulheres, verificamos que alguns aparelhos já se encontram na maioria dos domicílios, como é o caso de fogão, geladeira e televisão. A aquisição desses bens evidencia que as famílias têm algumas estratégias para se apropriar desses bens duráveis, o que os aproxima do padrão de vida dos não pobres. Os indicadores de acesso aos serviços públicos básicos revelam a quase universalização da energia elétrica sendo que em alguns casos a ligação era clandestina, mas se comparado com saneamento (esgoto sanitário) a diferença é grande. O acesso ao serviço de saneamento adequado ainda é restrito para a população. E somente 80% das famílias dispõem de água encanada na suas moradias, sendo que em algumas residências a água é de poço e apenas 25% das mulheres tinham linha de telefone fixo e 100% possuem telefone celular.

No Brasil, não há, a nível federal, um programa dirigido às mulheres chefes de domicílio. Há a Bolsa-Família, programa de transferência de renda criado por decreto federal em 2004, que se destinam as famílias que se encontra em situação de extrema pobreza. O

Programa Bolsa-Família ainda está longe de ser o ideal, mas na ausência de um programa mais eficaz como de geração de emprego e renda, ele tem dado certo poder de compra aos seus beneficiários, principalmente para aqueles que não possuem renda fixa, que trabalham na informalidade, e que muitas vezes não conseguem garantir o mínimo para sua sobrevivência e de sua família.

As condições mínima de sobrevivência são importantes para os pobres, mas elas não são suficientes. Não devemos desconsiderar os direitos de todos de terem uma vida com dignidade. Embora a Constituição de 1988 incorpore a concepção universalista dos direitos sociais, o que se vê, ainda hoje, é uma distância bastante acentuada entre os direitos igualitários garantidos por lei e o aumento das desigualdades sociais, da discriminação e da violência que atingem a maioria da população no país.

As possibilidades de escolha para as mulheres chefes de família são pequenas porque também são estreitas as ofertas. Acesso a boas escolas, serviços de saúde, lazer, atividades culturais ocupam um espaço reduzido no cotidiano de suas vidas e no de suas famílias. A implementação de políticas sociais se torna premente para os segmentos mais vulnerabilizados. Mas, não se trata de políticas restritas, por que acabam não atuando na resolução de problemáticas estruturais. É necessário que haja principalmente políticas públicas geradoras de emprego e renda no intuito de melhorar as condições de vida desses segmentos humanos que vivem no fio da navalha do risco social.

3.3 – Perspectivas de vida das mulheres amostradas: sonhos e utopias

No tópico anterior apresentamos alguns aspectos das condições de vida das mulheres usuárias do CRAS São José IV. Tais dados nos permitiram perceber como a realidade e a vida enfrentada diariamente por essas mulheres acabam restringindo as possibilidades de qualidade de vida para elas. Mas, apesar de todas as condições adversas nas quais essas mulheres se encontram submetidas, elas lutam incansavelmente na busca de um futuro melhor principalmente para os filhos. Elas desejam para seus filhos uma vida mais digna e justa.

No percurso do estudo percebemos que as mulheres chefes de família padecem tanto da exclusão material como da exclusão política diante da pouca oportunidade de se instrumentalizarem, sendo que a exclusão material é mais sentida em face de as necessidades básicas serem mais imediatas. As mulheres chefes são merecedoras de aplausos devido a gana

e vontade de vencer. Elas sabem enfrentar a vida em meio às dificuldades melhor do que os homens.

As mulheres estão estudando mais do que os homens e isso pode se traduzir em vantagem para elas no futuro. E todo o esforço de melhorar de vida é sempre pensando nos filhos, elas não querem apenas que os filhos tenham alguma coisa, mas que acima de tudo sejam alguma coisa. O que mais se destaca na dureza de vida vivenciada pelas mulheres chefes de famílias é mais a destituição física do que a destruição de sonhos, em particular os sonhos sonhados para os filhos.

Quanto às expectativas de melhoria da situação de vida, as entrevistadas apontaram em primeiro lugar a conquista do trabalho formal, depois a compra ou a melhoria da moradia e a continuação dos estudos. Esse quadro confirma que o primeiro olhar é lançado para a satisfação das necessidades básicas mais prementes, razão pela qual o emprego sempre aparece na frente de tudo, as mães preocupam-se muito com os filhos e querem vê-los em melhor situação no futuro, acreditando mais no trabalho próprio do que ficar dependendo só da assistência social.

Ao perguntarmos sobre como as mulheres entrevistadas percebem sua condição de vida 7 (sete) delas disseram que já haviam experimentado tempos piores, e as demais externaram a vida de intensas dificuldades financeiras.

Mendes (2008) assinala que a chefia feminina inclui aspectos que remetem a desigualdades, seja de gênero ou sociais, mais isso não implica em negar a presença de elementos relativos à autonomia, pois mesmo sob condições desiguais, essas mulheres têm vontades, reivindicações que constituem suas escolhas, decisões e mudanças que são efetivadas nas estratégias cotidianas.

Como já mencionamos em relação aos projetos de vida, das 20 (vinte) mulheres entrevistadas: 09 (nove) delas disseram que estes estão voltados principalmente para a obtenção de um emprego formal, 5 (cinco) para o desejo de ter melhores condições de moradia, 4 (quatro) de voltar a estudar e 2 (duas) ter seu negócio próprio como pode ser observado a seguir:

Eu ainda não tive um trabalho com carteira assinada, sempre trabalhei na informalidade como manicure, eu gosto do que faço, e tenho até a possibilidade de fazer meu horário, mas eu não vou esconder a minha

vontade de ter um trabalho que me garantisse mais segurança. E o trabalho com carteira assinada pode me proporcionar isso, por exemplo, eu nunca contribuí com a previdência social, só que todo mundo envelhece e eu também irei envelhecer um dia e precisarei me aposentar, mas sem ter contribuído não será possível, eu sempre me preocupei com isso, mas nunca fui atrás do INSS para saber como poderia fazer até por que fica difícil para pagar sozinha e se eu tiver um emprego com carteira de trabalho assinada vai ser menos uma preocupação para mim (Azálea, 28 anos, entrevista/2010).

A situação do emprego com carteira assinada é de um dado momento histórico do nosso país, quando os trabalhadores brasileiros tinham total amparo das políticas trabalhistas, o que proporcionava maior estabilidade, benefícios e garantias aos trabalhadores garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Esse tempo, no entanto, esvaiu, os trabalhadores foram golpeados em sua maioria pelo evento da reestruturação produtiva que os destituiu de seus direitos trabalhistas.

Com o processo de reestruturação das relações de trabalho a informalidade ganha visibilidade. A partir da década de 90 se intensifica a precarização do trabalho vinculada a novos tipos de contrato através da terceirização. Houve uma exigência por profissionais mais qualificados, mas mesmo diante da requalificação desses trabalhadores, não foi possível a incorporação de todos no mercado de trabalho. O empreendedorismo aparece como a grande saída para esses trabalhadores requalificados, mas continuam desempregados.

A vontade, o sonho de ter a carteira de trabalho assinada ficou no imaginário das pessoas, mas é preciso acordar para encarar os novos tempos como o da Economia Solidária. Silvan (2010, p115) aponta que a “economia solidária representa uma alternativa ao modo capitalista de produção, por elevar o homem à categoria de sujeito, ao invés de tratá-lo como parte do processo, como mão-de-obra barata utilizada em um contexto em que a reprodução do capital é o único objetivo”.

Quando organizados em empreendimentos associativistas ou cooperativistas os agentes da economia solidária se propõem a gerar trabalho e renda para todos os envolvidos no processo de produção de bens e serviços de maneira equitativa e justa, eliminando a subalternidade existente no capitalismo. Girassol (31 anos) fala de seu sonho de ter um negócio próprio, como podemos perceber:

O meu grande sonho é de um dia ter meu negocio próprio, eu gostaria de ter um mercadinho bem sortido, por que por mais que as coisas estejam ruim, as

peças sempre precisam comprar comida e se Deus quiser um dia eu ainda vou realizar esses sonhos (Entrevista/2010).

A economia solidária é um novo conceito construído no Brasil desde a década de 90. Trata-se de empreendimentos autogestionários que diferem do capitalismo, mas não sobrevivem fora de um sistema de compra e troca. É a partir da década de 90 que a economia solidária passa a ter mais visibilidade no Brasil. Algumas empresas que estavam entrando em processo de falência foram reabilitadas pelos próprios trabalhadores, que passaram a autogerir-las democraticamente com participação nos lucros e decisões (TORRES, 2010).

Torres (2010, p. 202) ainda sinaliza para o fato de que “ os excluídos socialmente despertaram para a realização de negócios comunitários para a satisfação de suas necessidades e para abrir novos caminhos na vida por meio do uso de suas próprias forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos.

Ainda segundo essa autora, a organização dos trabalhadores em empreendimentos produtivos de base solidária tem se mostrado importante para o processo de inclusão social. Essa estratégia de associativismo vem ganhando espaço nas políticas públicas. No ano de 2003 foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei, criando no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. O Estado brasileiro reconheceu que há um processo de transformação societária em curso desencadeado pela crise do trabalho assalariado que atingiu fortemente o país. Torres (2010, p. 205) diz que,

A pobreza é, fundamentalmente, uma condição produzida e/ou construída no seio da sociedade. Combater a pobreza exige o desenvolvimento de ações estratégicas no âmbito da geração de renda, de modo a beneficiar as comunidades pauperizadas que se encontram na fronteira da exclusão social[...] O momento presente exige que os sujeitos históricos homem e mulher criem novas oportunidades e formas de trabalho socialmente reinventadas e auto-sustentáveis. Essa é a condição histórica de reinvenção da sobrevivência com o uso de novas técnicas de trabalho, onde as pessoas buscam a sua valorização, ampliam a sua capacidade e se redescobrem condutoras da sua história.

Margarida (40 anos) fala de seu projeto de fazer uma faculdade nos seguintes termos:

Eu tenho muita vontade de fazer uma faculdade de nutrição, alguns anos atrás eu até fiz o vestibular para entrar, mas logo cai na real que não teria condições de pagar uma faculdade, mas, quem sabe agora com essa tal bolsa universidade eu irei conseguir realizar esse sonho e com certeza poderei dá mais conforto para minha família (Entrevista/2010).

O Programa Universidade para Todos - PROUNI é uma oportunidade para a população de baixa renda que deseja cursar o ensino superior, no intuito de terem melhores inserções no mercado de trabalho. O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 oferece, em contrapartida, às instituições de ensino que aderem ao Programa a isenção de alguns tributos. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino – Enem (MEC, 2011).

O Prouni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa. O Prouni somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior.

Uma das principais dificuldades das mulheres trabalhadoras e principalmente das chefes de família é de terminar os estudos. As longas jornadas de trabalho, somadas ao serviço doméstico, geram um desgaste físico muito grande a elas. Muitas delas acabam desistindo, porque não tem tempo de ir às aulas. Ainda assim, é muito importante para elas concluir os estudos, pois quanto mais instrumentalizada a pessoa for mais oportunidades de emprego se abrem. O desejo de ter uma melhor colocação no mercado de trabalho no futuro aparece no discurso de todas as mulheres da pesquisa. De fato, o trabalho é visto como a principal possibilidade de ter algum tipo de ascensão social.

Torres (2005, p.272) assinala que “ao processo de amadurecimento do indivíduo vêm juntar-se os sofrimentos, as angústias, a dor, a perda, como também as conquistas, as vitórias

e os momentos de alegria e felicidade próprios da condição humana. Cabe ao indivíduo saber administrar esse movimento para levantar depois de cada tropeço, lançando-se para frente em direção ao novo e ao outro em condições de liberdade e autonomia”. Ainda segundo essa autora,

Os sonhos e as utopias não se identificam com as estruturas do mundo, mas estão dentro delas por intermédio das pessoas que se recriam nelas como um processo. Não coincidem totalmente com nenhuma alternativa histórica concreta, situam-se para além numa perspectiva de abertura para adiante. Essa perspectiva de vir-a-ser consegue fazer renascer o sujeito social que está sendo sobrepujado pela contingência humana, levando-o a reavivar o desejo e a esperança (TORRES, 2005, p.274).

Hortência (25 anos), uma das entrevistadas fala da vontade de ter um dia sua casa própria,

Eu sonho em um dia poder ter uma casa própria, eu moro em uma casa cedida pelo um irmão, e como você pode ver precisa de muitos reparos, eu agradeço muito a Deus e ao meu irmão de não estar pagando aluguel, mas, a gente nunca sabe do dia de amanhã, de repente se meu irmão precisar se desfazer dessa casa eu poderei ficar desamparada (Entrevista/2010).

O Direito à moradia é um direito fundamental daqueles que moram na cidade. É necessário garantir qualidade de vida e enfrentar as históricas desigualdades sociais no país, garantindo assim o bem-estar de todos. O Programa Habitacional do Governo Federal *Minha Casa Minha Vida*, implementado em 2009, vem ao encontro das necessidades das famílias de baixa renda, no que diz respeito ao direito à moradia. O programa visa beneficiar diversas famílias de baixa renda do Brasil para conseguir realizar o sonho de ter a casa própria. Seu foco são as famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos.

O interessado em participar do Programa *Minha Casa Minha Vida* não pode ter qualquer imóvel quitado ou em financiamento no seu nome. É preciso ter o nome limpo, ou seja, não fazer parte da lista de devedores no SPC, Serasa e outros órgãos financeiros. A casa, a construção ou o apartamento podem ser pagos em até 30 anos, tendo 100% do valor financiado. A parcela mensal deve comprometer, no máximo, 20% do valor da renda da família. A família que sonha com a casa própria poderá conseguir subsídios para o financiamento que vão de 2 mil a 23 mil reais.

Em termos de melhoria de vida, as mulheres entrevistadas são bem realistas e tentam construir estratégias viáveis, considerando as barreiras que terão de enfrentar. As entrevistadas parecem estar conscientes de uma série de obstáculos que atingem mais especificamente as mulheres. Talvez, o reconhecimento desses obstáculos por parte do Estado contribua para a esperança em conseguir aquilo que de fato gostariam de possuir. Em alguns casos, as dificuldades parecem ser maiores que a sua vontade.

Ao perguntarmos às mulheres o que as levaram a procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 100% responderam que vão em busca de recursos para complementar a renda da família por inúmeros motivos, seja para ajudar na alimentação dos filhos ou comprar material escolar. Ou seja, todas foram em busca de inserirem os filhos em algum Programa Social como o Bolsa-Família que oferece um valor que vai de R\$ 32,00 a R\$ 200,00 de acordo com a situação de vulnerabilidade da família. As mulheres tinham um objetivo em comum, se mostravam preocupadas com as condições de vida dos filhos, sendo este um dos principais motivos de irem procurar o CRAS. É o que podemos observar na fala de algumas das entrevistadas:

Eu sou separada e recebo ajuda do pai dos meus filhos somente para alimentação o que não é suficiente para que eles tenham uma condição de vida digna, já que eles precisam se vestir, calçar etc. Já trabalhei de carteira assinada, mas hoje estou na informalidade, assim passo às vezes algumas necessidades, por esse motivo fui em busca do CRAS para receber o Bolsa Família, pois soube que se trata de uma renda fixa e isso ajudará muito na complementação da minha renda para sustentar os meus filhos (Magnólia, 34 anos, entrevista/2010).

Eu batalho muito para sustentar meus filhos, por isso fui em busca de receber o Bolsa-Família para ajudar nas despesas de meus filhos, é um dinheiro que tenho todos os meses garantido e isso ajuda muito. (Margarida 40 anos, entrevista/2010).

Silva (2008) aponta para as potencialidades e os limites do Programa Bolsa Família. A autora considera que os programas de transferência de renda com destaque para o Bolsa Família, representam na atualidade, a dimensão mais significativa do Sistema de Proteção Social Brasileiro tanto pela sua abrangência geográfica quanto pelo público atendido, mais de 50 milhões de pessoas são incluídas no Programa. Em relação às condicionalidades da educação e saúde, entendemos esta como uma possibilidade de ampliação de direitos sociais básicos das famílias beneficiárias. É preciso não situá-las como uma imposição para a

punição, mas uma oportunidade de orientação às famílias, na medida em que oferece a essas famílias serviços de qualidade e em quantidade, o que requer maior qualificação dos sistemas brasileiros de educação, saúde e trabalho.

No âmbito dos possíveis limites do PBF, Silva (2008) aponta que apesar de haver avanços no campo da proteção social, os desafios ainda são muitos. Os critérios de inclusão nesses programas de transferência de renda precisam permitir o atendimento das famílias pobres e não apenas os indigentes. O benefício precisa ser pelo menos no patamar de um salário mínimo para produzir maior impacto nas condições de vida e reduzir os elevados índices de desigualdade ainda registrados, apesar do declínio verificado desde 2001. Os programas de transferência de renda, como outros programas sociais precisam ser articulados a uma Política Econômica que seja capaz de redistribuir renda, e de gerar emprego e renda para que as famílias apresentem possibilidades reais de alcançar autonomia.

Diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres chefes de família de prover sozinha o sustento da casa, é necessária a contribuição da política de assistência social, como direito fundamental garantida aos sujeitos em estado de vulnerabilidade. O salário dessas mulheres é muito baixo, a vulnerabilidade social é patente o que justifica o bônus de transferência de renda. Mas, é no trabalho que elas vêem o caminho de sua dignidade.

Arendt (1999) propõe uma distinção entre trabalho e labor. Na sociedade moderna o trabalho é elevado à posição de *status*. Houve uma glorificação teórica do trabalho, mas na prática ocorreu a coisificação do homem, o trabalho fabril/industrial não é trabalho, mas sim labor, visto que o labor é uma atividade que corresponde ao processo biológico do ser humano, eu trabalho para manter a minha vida, não há uma perspectiva de acumulação, mas sim uma perspectiva de subordinação (alienação do trabalho).

Arendt (1999, p.15) faz uma distinção entre três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. O labor é considerado como sendo a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas pelo trabalho para alimentar o processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. Trata-se, portanto, de uma atividade cuja única finalidade é satisfazer as necessidades básicas da vida e que não deixa nenhuma marca durável, uma vez que o seu resultado desaparece no consumo.

O trabalho, ao contrário do labor, é a atividade que produz um mundo artificial de objetos, nitidamente diferente de todo meio natural. A condição humana do trabalho é a mundanidade, ou seja, trata-se de um objeto *durável* que não é consumido imediatamente, mas é utilizado para fins que não são propriamente os da vida biológica, o trabalho pereniza, nela há a hominização (ato de pensar e criar). Quanto à ação, essa atividade humana fundamental corresponde à condição humana da pluralidade, pelo fato de que os homens, e não o homem vive na terra e habitam o mundo. A ação é a necessidade do homem em viver entre seus semelhantes, sua natureza é eminentemente social.

A mulher que trabalha para manter sua subsistência vive do labor. O labor é somente para manter o ciclo vital, no labor não acontece uma glorificação do trabalho, haja vista que aquele que trabalha é rebaixado a condição de animal laborans, trabalha apenas para a sua subsistência, para o seu alimento. Houve um processo de reificação do homem quando lhe é retirado o processo intelectual, a capacidade de criar.

As mulheres que são as principais ou únicas provedoras do sustento da família precisam muito das políticas públicas para promover e elevar o seu desenvolvimento social, mas precisam principalmente saber olhar-se como sujeitos capazes de elevar suas condições de vida. Nenhuma política social pública poderá ser relevante se não implicar no desenvolvimento de sua cidadania. Trata-se de mulheres batalhadoras, capazes de enfrentar todos os obstáculos para alcançar seus objetivos e o bem estar de seus filhos.

Historicamente as mulheres tiveram que se organizar e lutar para alcançar a igualdade de direitos. Apesar das barreiras enfrentadas pelas trabalhadoras e provedoras das famílias e das privações sofridas, essas mulheres buscam incansavelmente por melhores condições de vida, elas não desistem, continuam lutando por condições mais dignas de vida para elas e para a sua família. Trata-se de mulheres guerreiras que lutam diariamente por melhores e novas oportunidades. Por que pessoas sem projetos, sem sonhos, sem utopias, nada construirão absolutamente. Os sonhos são decisivos para a mudança de uma realidade pessoal ou social. Cultivar sonhos é sempre caminhar para frente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo oferece um esboço de alguns aspectos fundamentais na discussão sobre famílias chefiadas por mulheres. Trata-se de um estudo processual e inacabado, primeiramente porque este é um cenário fluído que muda constantemente conforme as crises ocorridas no mundo do trabalho. Fizemos um mergulho na realidade dos sujeitos da pesquisa e nos autores que tratam desta problemática da chefia feminina, assim como das políticas públicas e programas voltados às famílias em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa revelou os fatores que contribuem para o aumento significativo de mulheres como chefes de família e a visível situação de vulnerabilidade nas quais elas se encontram, obrigando-as a procurarem o atendimento no Programa de Atenção Integral à Família ofertado pelos CRAS, em busca de proteção social, principalmente no que se refere aos seus filhos pequenos, para que estes não cheguem ao ponto extremo de risco social.

Os problemas e os desafios enfrentados por essas mulheres inseridas em trabalhos precários e informais e tendo como sua a responsabilidade da manutenção da família, expressam o atual quadro socioeconômico do país, que tem cifras elevadas de desemprego, excluindo essas mulheres do acesso aos direitos trabalhista garantidos pelo trabalho formal. Mas, mesmo diante desse quadro difícil, as mulheres se emanciparam e apresentam certa autonomia, elas são como muitas afirmaram batalhadoras e orgulhosas de si, enfrentando barreiras e discriminações impostas por um processo de trabalho cada vez mais excludente e competitivo.

Constatamos neste estudo que não há uma política pública que beneficiem especificamente a mulher chefe de família. O estado precisa avançar com políticas de emprego para essas mulheres, garantido estratégias de sobrevivência que visem melhorar as suas vidas de sua família. As políticas públicas que parecem causar algum efeito direto na condição da mulher chefe de família são o Programa de Atenção Integral à Família e o Programa Bolsa- Família, sendo que neste último os critérios adotados é a *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00.

As conquistas femininas, nas últimas décadas, foram muitas. As mulheres na atualidade têm maior participação no mundo do trabalho, mas isto ocorre no âmbito do trabalho precarizado. Os avanços e conquistas têm sido alcançados de maneira diferenciada

pelas mulheres, de acordo com a classe social em que estão inseridas e o grau de instrução que possuem. Some-se a isto, o fato de que as desigualdades entre homens e mulheres persistem, sendo, pois, uma questão de gênero.

Essas desigualdades estão relacionadas à dominação masculina construída ao longo da história, que posicionaram as mulheres em uma situação desigual nas suas relações familiares e na esfera pública. Seus salários são mais baixos do que os dos homens que desempenham as mesmas atividades. Do mesmo modo, ainda continuam sendo as mulheres principais responsáveis pelos serviços domésticos.

Os dados de nosso estudo indicam que as famílias chefiadas por mulheres apresentam maior vulnerabilidade. Isto porque nesses lares a sobrevivência depende em grande parte, quando não unicamente, da mulher. Nos lares vulnerabilizados, a mulher chefe de família tem que se dividir para conseguir conciliar o trabalho e família. Muitas delas tiveram que parar de estudar muito cedo para cuidar dos filhos e lutar pelo sustento de sua família.

Embora na pesquisa as mulheres falem o quanto é difícil ter que cuidar sozinha da família, de maneira geral, os relatos delas também vislumbram alcançar o processo de independência. Em muitos momentos, as mulheres expressam as dificuldades no que se referem às suas experiências de vida, pois ao mesmo tempo em que a saída do companheiro do lar implicou na oportunidade de elevar a sua auto-estima, implicou também um aumento excessivo do peso que elas devem carregar para dar conta dos deveres relativos à múltiplas responsabilidades que a chefia feminina acarreta.

As condições atuais de vida dessas mulheres revelam um quadro de vulnerabilidade social que não só faz parte de sua realidade atual, como está relacionado às suas próprias origens e trajetórias marcada pela pobreza e pelos baixos níveis de qualificação profissional o que acaba proporcionando uma situação desfavorável em termos de competição no mercado de trabalho.

A precariedade de vida é visível nas condições de moradia, educação, alimentação, saúde e lazer. A área onde essas mulheres residem dispõe-se de pouca infra-estrutura e são situadas em área de muita violência urbana como o tráfico de drogas. Essas mulheres são carentes de creches, postos de saúde, policiamento constituindo tudo isso em dificuldades nos cuidados com os filhos e com si mesmas.

Verificamos como se estabelece o processo de mudanças e permanências, de igualdade e desigualdades na vida das mulheres chefes de família no que tange às condições de vida, situação de estudo, trabalho e relações de gênero. Identificamos os tipos de famílias nos quais estão inseridos essas mulheres pesquisadas, suas ocupações e rendimentos. Através desses aspectos foi possível identificar a situação de precariedade em termo de condição de vida.

Constatamos também nesta pesquisa que algumas mulheres entrevistadas só se perceberam como chefes de família na ausência do companheiro. Esta identificação não parece estar relacionada diretamente à uma questão financeira, mas, principalmente aos valores culturais que atribui prioritariamente ao homem o papel de chefe de família.

Este estudo representa um conhecimento que contribuirá para minha atuação, enquanto assistente social da área da assistência social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH. Nossa intenção é que os conteúdos aqui apresentados sejam utilizados por esta secretaria onde desenvolvo minhas atividades profissionais desde 2010. Representou para mim a aquisição de novos saberes que consubstanciarão minha trajetória na área da pesquisa e extensão, pois despertou o interesse científico pela temática de gênero.

Mesmo diante de tantos desafios que marcam a vida das mulheres que chefiam sozinhas suas famílias, elas assumem com muita garra e coragem a dupla jornada que precisa ser enfrentada. Precisamos lançar um novo olhar para essa realidade que precisa de maior visibilidade social. A discussão aqui empreendida não teve a intenção de atribuir a essa pesquisa um caráter definitivo em termos da problemática analisada. A complexidade dessa realidade social não permite que o assunto se encerre aqui. Esperamos que o conteúdo desse trabalho sirva de suporte para novas indagações sobre a questão em estudo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: Educ. Soc., Campinas, vol.25, n.87, p.335-351, mai/ago.2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 20 de junho de 2007.
- ARAÚJO, Neuza de Farias. Manutenção econômica ou chefia familiar feminina? In: VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família, tradução de Dora Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAÇAL, Selma. A indústria eletroeletrônica e a qualificação dos trabalhadores. In: Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero. OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: II Seminário Nacional: políticas econômicas, pobreza e trabalho. Rio de Janeiro, 1997; IPEA.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos Dourados. In: História das mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org.). 5ª Ed. São Paulo. Contexto, 2001.
- BERQUÓ, Elza. (2002). Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, C & LINBEHAUN, S. G. (orgs). Gênero, Democracia e Sociedade brasileira. São Paulo. Editora 34.
- BOLETIM DIEESSE. A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho.** Edição especial, março de 2004.
- BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2ª ed. Brasília, 2003.
- BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Capítulo Suplementar. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: as novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena (orgs.). São Paulo, Editora Senac, 2003.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ. Out, 1994.
- _____. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Mª Amélia; GUERRA, Viviane A. (Orgs). Infância, violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Trabalho feminino: Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. Revista Estudos Feministas. UFRJ. Maio, 1993.

CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: Thomas Smith e Alexandre Marchant. Brazil: portrait of half a continent. Nova Iorque: Drydan Press, 1951.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BOGUS, L; YASBECK, M.C. & BELFIORI-WADERLEY, M. (ORG). Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Luiza. famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº. 57. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. In: Revista Estudos Feministas. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, vol. 6, 1998 a.

CATTANI, Antônio David. *A vida Precária: bases para a nova submissão*. In: CATTANI, Antônio David (org.) Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas. Tra. Ernani. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.

COELHO, Virginia Paes. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº. 71, São Paulo, Editora Cortez, 2002.

CORDEIRO, Marina de Carvalho. Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação trabalho e vida familiar no Brasil. In: Ser Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. de Serviço Social da UnB. v.1, n.2. Brasília, 1998.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto et al. Colcha de Retalho: estudo sobre a família no Brasil. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

DEMO, Pedro. Dureza: pobreza política de mulheres pobres. Campinas, SP: autores associados, 2005.

_____. (2003). *Pobreza da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado; Tradução de Leandro Konder. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: História das mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org.). 5ª Ed. São Paulo. Contexto, 2001.

FARIA, Glauco. O governo Lula e novo papel do Estado brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate; V. 3)

FAVARO, Carla Sabrina. A Família delas: estratégias familiares e experiências sociais de um grupo de mulheres chefes de famílias, IFCH/UNICAMP, 2008.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de acari. In: Revista Serviço Social e Sociedade n°. 71, São Paulo, Editora Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.

FREIRE, Lúcia M. B. *Reestruturação produtiva e desestruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. In: Ser Social – Revista do programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. de Serviço Social da UnB. / Organizado por Márcia de Melo Martins Kuyumjian. N° 5 (julho/dez/1999) – Brasília: UnB, 1999.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio M. Família brasileira, a base de tudo/Silvio Manoug Kaloustian (Organizador). 8ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2008.

FERREIRA, Verônica. O novo e o velho no trabalho das mulheres. In: Mulher e trabalho. SILVA, Carmem; Ávila, Mª Betânia (orgs). Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: História das mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org.). 5ª Ed. São Paulo. Contexto, 2001.

FURTADO, Celso. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUNDAÇÃO SEADE (1994). *Famílias chefiadas por mulheres*. (Análises Especiais no 2). São Paulo: SEADE/Diretoria Adjunta de Análise Socioeconômica.

GUIMARÃES, Francisca da Silva. Mulher chefe de família e mercado de trabalho: inserção precária em Manaus. UFAM; TCC, 1/2006.

GUIMARÃES, Maria da Glória Vitória. Vida familiar e profissional: desafios e perspectivas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira e ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: Família: redes, laços e políticas públicas. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Amalia Faller (Organizadoras). 3ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/ SP, 2007.

GOLDANI, Ana Maria. Retratos de família em tempos de crise. Estudos Feministas. N°. Especial out./ 94. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1994.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção social. In: Revista Brasileira de Estudos de População, V.19, n.1 Jan/Jun, 2002.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: A Família Contemporânea em Debate. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. In: antropologia em primeira mão. Nº24, 1998.

IANNI, Octavio. *A Questão Social*. In Perspectivas. V.5, nº 1. São Paulo, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

KUCHEMANN, Berlindes Astrid e CRUZ, Tânia Cristina. Resignificações do trabalho das mulheres para a agenda das políticas públicas. In: Ser Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. de Serviço Social da UnB. v.1, n.2. Brasília, 1998.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios. ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e Trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios. ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). 2ª Ed. São Paulo: Cortez; São Luis, MA: FAPEMA, 2008.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº. 87, São Paulo, Editora Cortez, 2006.

MACÊDO, Márcia S. *Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina*. In: Seminário Avanços e desafios no uso do conceito de gênero nos estudos populacionais, ABEP- ENCE/IBG. RJ, 2009.

MARQUES, Rosa Maria. O Regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil. In: O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen (Org.) São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais/Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo, 1997.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004 (Salário do trabalho).

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: Gênero, família e trabalho no Brasil. SCALON, Celi e ARAÚJO, Clara (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MELO, Hildete Pereira de. Invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada – notas preliminares. In: Leituras de resistência: corpo, violência e poder. TORNQUIST, Carmem Susana [et al.]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e pobreza no Brasil. In: Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y El Caribe. CEPAL; SPM, Brasília, 2005.

MENDES, Mary Alves. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. Veredas FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências. V.1, nº 1 – Janeiro a Junho de 2008.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais; Ouro Preto-MG, 2002.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Trabalho e Cidadania: em direção a uma vinculação enriquecida. In: PERSPECTIVAS. Revista de Ciências Sociais. São Paulo. Editora da UNESP, 1999.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A industrialização do Estado do Amazonas. In: Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero. OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990- 2007. In: O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen (Org.) São Paulo: Saraiva, 2010.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios. ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Campinas / São Paulo: Ed. 34, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização, Campinas, SP: autores associados, 2004.

NOGUEIRA, Marinez Gil. Educação e empregabilidade: ensaio sobre a utilização da qualificação profissional como instrumento de construção de consenso nas relações de trabalho. In: Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero. OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, Setembro de 2004.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira. A provisão da família ou manutenção dos papéis? In: *Gênero, família e trabalho no Brasil*. SCALON, Celi e ARAÚJO, Clara (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

OLIVEIRA, Guacira César de. Mulheres Chefes de Família – estratégias de ação. In: *Pré-evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidades e políticas*, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP, 2002.

OLIVEIRA, Selma Baçal de. *A periferia do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2007.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª Ed. Brasília, 2009.

PACHECO, Ana Lucia P. B. *Mulheres pobres e chefes de família*. Rio de Janeiro, 2005. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n°. 87, São Paulo, Editora Cortez, 2006.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. IN: ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (Orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: *A prática feminista e o conceito de gênero*. ALGRANTI, Leila Mezan (org.) n° 48, Nov, 2002.

POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate; v. 2)

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Tradução de Alvaro Cabral. Zahar Editores S.A, Rio de Janeiro, 1978.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

ROMANELLI, Geraldo. *Estratégia de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais*. Paidéia Cadernos de Psicologia e Educação v.9 n°16 – Ribeirão Preto -SP, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Famílias enredadas*. In: *Família: redes, laços e políticas públicas*. Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitale (organizadoras). 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

SELLA, Adriano. Globalização neoliberal e exclusão social: alternativas...? São possíveis/ São Paulo, 2002 (coleção temas de atualidade).

SCHERER, Elenise. *Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*/ EDUA, 2005.

_____. Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. In: SOMANLU Revista de Estudos Amazônicos. Ano 4, n.1, jan/jun. EDUA, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, Jul/Dez. 1990.

SCOTT, Parry. Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas. Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, Nov 2002, Ouro Preto – MG.

SILVAN, Denison. Amazonas dá exemplo de economia solidária. In: As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil: Iraildes Caldas Torres (org). Manaus: Edua, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo; 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

Síntese dos Indicadores Sociais 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em março de 2011. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio PNAD 2010.

Síntese dos Indicadores Sociais 2009. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 3 de fevereiro de 2010. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio PNAD 2008.

Síntese dos Indicadores Sociais 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 3 de fevereiro de 2010. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio PNAD 2007.

Síntese dos Indicadores Sociais 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 3 de fevereiro de 2010. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio PNAD 2006.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: Gênero, família e trabalho no Brasil. SCALON, Celi e ARAÚJO, Clara (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho; São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena (orgs). São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, 2004.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª Ed. Brasília, 2009.

TORRES, Iraildes Caldas. *As Novas Amazônicas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

_____. Impactos da reestruturação produtiva no Amazonas- níveis de emprego e desemprego na Zona Franca e demais setores. In: SOMANLU Revista de Estudos Amazônicos. Ano 4, n.1, jan/jun. EDUA, 2004.

_____. A força do trabalho das índias Ticunas da Amazônia. In: *As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil: Iraildes Caldas Torres (org)*. Manaus: Edua, 2010.

VITALLE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: Indagações. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n°. 71, São Paulo, Editora Cortez: Especial Família, 2002.

WANDERLEY, L. E. W. A Questão Social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BOGUS, L.; YASBECK, M. C. & BELFIORI-WANDERLEY, M. (Org.). *Desigualdade e a Questão*. São Paulo: EDUC, 1997.

<http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso setembro de 2011.

www.minhacasaminhavidacom.br/ Acesso setembro de 2011.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sr^a. a participar do Projeto de pesquisa: “**Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres participantes do CRAS do São José IV, em Manaus/AM**”, das pesquisadoras **Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres** e da mestrandia em Serviço Social **Simone Tavares da Silva Costa**, cujo objetivo é verificar os fatores que contribuem para o fenômeno da chefia feminina das mulheres participantes do CRAS do São José IV, destacando as mudanças ocorridas na família e no mundo do trabalho. Esta pesquisa assume fundamental importância para o serviço social no que se refere aos estudos de relações de gênero que vem procurando compreender a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como da chefia feminina. É de igual relevância para as instituições com programas voltados ao amparo da família em Manaus que poderão se constituir como instrumento para fundamentar estratégias de políticas públicas.

Informamos ainda, que sua participação é inteiramente voluntária e consiste em apenas responder perguntas de um formulário que será aplicado, sendo que tais informações obtidas poderão ser gravadas, além de registros fotográficos, sendo estes utilizados para fins do presente estudo, devendo guardar sigilo sobre a sua pessoa.

Informamos, que você pode se negar a responder qualquer pergunta, bem como também se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que com isso, tenha qualquer prejuízo. Em caso de dúvida, você pode procurar informação, a qualquer momento, com a orientadora responsável por este estudo, a **Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres** do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, através do endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Bairro Coroado I, ou pelo telefone do Departamento de Serviço Social 3305-4578.

E se você concordar voluntariamente em colaborar com este trabalho, assine o presente termo em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em posse da pesquisadora. Assim permitirá que sejam utilizados os instrumentos de pesquisa para coleta de dados, que depois de serem analisados serão divulgados somente em nível acadêmico, sem que você ou qualquer informação que tenha dado, seja identificado.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do Projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

“Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.”

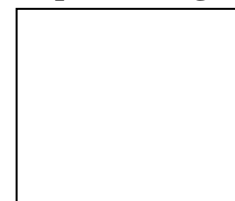
Participante da Pesquisa

Manaus, ____/____/____

Pesquisadora Responsável

Manaus, ____/____/____

Impressão digital



ANEXO II

FORMULÁRIO A SER APLICADO JUNTO ÀS MULHERES USUÁRIAS DO CRAS DO SÃO JOSÉ IV

Este Formulário contém perguntas abertas e fechadas referentes à pesquisa de campo do projeto intitulado “**Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres participantes do CRAS do São José IV, em Manaus/AM**” orientado pela Profª. Dra. Iraídes Caldas Torres, tendo como pesquisadora a mestranda Simone Tavares da Silva Costa.

I – IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:

1.1 – Bairro onde mora:

1.2 – Naturalidade / procedência:

Manaus Outro Estado da Região Norte. Qual?

Interior do Amazonas (Município) outra Região. Qual?

1.3 – Há quanto tempo você mora em Manaus?

1.4 Idade:

1.5 - Estado Civil:

Solteira Separada Viúva

Casada União Estável Outros

1.6 – Profissão:

1.7 – Qual sua Cor ou Raça?

branca preta parda

amarela indígena

II – ESCOLARIDADE: da mulher e do marido/companheiro quando houver

Não alfabetizado Fundamental Completo Superior Incompleto

Alfabetizado Médio Incompleto Superior Completo

Fundamental Incompleto Médio Completo Curso Técnico

III – ESTRUTURA FAMILIAR

3.1 – Você tem filhos ou algum menor sobre sua responsabilidade?

Sim Não

3.2 – Quantos filhos você têm?

1 a 2 filhos 6 a 10 filhos

3 a 5 filhos mais de 10 filhos

3.3 – O pai assumiu a paternidade? O que significa para você cuidar sozinha dos filhos?

3.4 - Qual a idade de seus filhos?

3.5 – Residem parentes em sua casa? Quem são?

Sim Não

3.6 – Outros? Explique.

3.7 – Com quem fica seus filhos (crianças) quando você sai para sua atividade remunerada?

Na Escola Na Creche Com Parentes

Sozinho Com irmão mais velho Outros

3.8 – Quem é responsável pela educação de seus filhos?

3.9– Você acha que sua ausência em casa por ter que trabalhar para manter sua família ou complementar a renda prejudica na educação de seus filhos?

() Sim () Não Justifique:

3.10– O pai de seus filhos contribui financeiramente com as despesas de educação, alimentação e habitação?

IV - ASPECTOS ECONOMICOS

4.1- Quem é principal responsável pela manutenção (sustento) do domicílio?

() Somente você () Ambos
() Somente seu marido ou companheiro () outros membros

4.2 - Quanto você ganha? (Em salários mínimos)

() – de 1 SM () 2 a 3 SM
() Até 1 SM () Não sabe

4.3 - Seu marido ou companheiro trabalha? Que profissão? Quanto recebe?

4.4 – Quantas pessoas trabalham na sua família? (além da provedora)

4.5 – Qual a renda familiar?

4.6 – Quantas pessoas contribuem nas despesas domésticas?

4.7 – Qual a frequência das contribuições?

() Frequentemente () Algumas vezes
() Raramente () Ninguém contribui

4.8 – Qual a prioridade dos gastos domésticos?

() Alimentação () despesas com água, luz, telefone, gás () outro
() vestuário () calçado

4.9– Você tem filhos acima de 14 anos que já trabalha?

4.10 – Você tem algum filho na idade escolar que não está na escola? Justifique.

V– SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO DO INFORMANTE:

5.1 - Há quanto tempo você faz uma atividade remunerada?

() 1 a 11 meses () 4 a 5 anos () 9 a 10 anos
() 1 a 3 anos () 6 a 8 anos () Mais de 10 anos

5.2 – Qual o seu horário de trabalho?

() matutino () período integral
() vespertino () noturno

5.3 – Em que você trabalha atualmente? Tem carteira assinada ou paga INSS?

5.4 – Há quanto tempo você trabalha no setor informal?

5.5 – Situação contratual.

() Já teve emprego com carteira assinada () Nunca teve emprego com carteira assinada
() tem emprego com carteira assinada

VI – OUTRAS INFORMAÇÕES

6.1 –Em que setor você trabalhava antes de entrar para o trabalho informal?

() Indústria () Não trabalhava
() Comércio () outro

- () Doméstico Qual?
- 6.2 – O que a levou ter que fazer uma atividade remunerada?
- 6.3 – Você tem o apoio de seu marido ou companheiro para trabalhar fora? Por quê?
() Sim () Não
- 6.4 – Você acha importante a mulher trabalhar fora? Comente:
- 6.5 – Você acha que a mulher é discriminada no mercado de trabalho?
() Sim () Não Comente
- 6.6 – Você ou alguém da família recebe algum benefício do Governo? Qual?
() Bolsa-Família () Pró-jovem () Projeto cidadão
() BPC () PETI () Outro
- 6.7 – O que a levou procurar o Centro de Referência de Assistência Social?
- 6.8 – Seu marido ajuda nos serviços domésticos?
() Sim () não
- 6.9 – Como você concilia as atividades de dona de casa, mãe e o trabalho fora de casa?
- 6.9.1 – Você acha que a dupla jornada interfere na qualidade de vida da mulher, na sua saúde?
Justifique:
- 6.9.2 – Quem cuida do dinheiro da família, o homem ou a mulher?
- 6.9.3 - Como é realizada a divisão das despesas domésticas?
- 6.9.4– Qual o desafio da inserção da mulher no mercado de trabalho?
Comente:
- 6.9.5 – Qual a condição de sua moradia?
() Própria () Alugada () Cedida
- 6.9.6 – Quais os serviços básicos disponíveis na área de sua residência?
() Abastecimento de água () Esgotamento sanitário () Coleta de lixo
() Acesso à iluminação elétrica () Linha telefônica fixa () Outros

VII – ABORDAGEM ESPECÍFICA

- 7.1 – O que você entende por ser chefe de família?
- 7.2 – Em sua opinião quando a mulher é a única responsável pela manutenção da família, a autoridade sobre a família (as decisões), deve ficar sobre quem?
() homem () mulher () Ambos
- Justifique:
- 7.3 – Como você se vê enquanto mulher?
- 7.4 – Que tipo de projeto você tem para o futuro?
- 7.5 – Como você percebe sua condição de vida?
- 7.7 - Como o cotidiano familiar é vivenciado e sentido pela mulher chefe de família?

Muito obrigada!

Manaus, _____ de _____ de 2010

ANEXOS III

ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA.

Este instrumento contém questões referentes a pesquisa de campo do projeto intitulado “**Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres participantes do CRAS do São José IV, em Manaus/AM**” orientado pela Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres, tendo como pesquisadora a mestranda Simone Tavares da Silva Costa. Trata-se de uma entrevista direcionada à coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social do São José IV na Zona leste de Manaus.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Idade:

1.2 – Pós-graduada: () Sim () Não Qual área?

1.3 – Há quanto tempo trabalha no CRAS São José IV?

II – ABORDAGEM ESPECÍFICA

- 1) Qual o alcance e limitações do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF?
- 2) Em sua opinião qual a importância em se trabalhar mais efetivamente a família?
- 3) Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias monoparentais chefiadas por mulheres?
- 4) O CRAS possui o número de mulheres chefes de família que são cadastradas no PAIF? Você acha importante saber esse número? Por quê?
- 5) Quais as problemáticas apresentadas pelas mulheres (chefes de família) que foram inseridas no PAIF?
- 6) Quais os fatores de vulnerabilidades que mais justificam a ação de políticas públicas?
- 7) O CRAS possui grupo de mulheres?
- 8) O que se objetiva alcançar no grupo direcionado às mulheres participantes do PAIF no CRAS?
- 9) Que estratégias são utilizadas para motivar as mulheres a participarem das atividades voltadas a elas (palestras, cursos etc.)?
- 10) Sabe informar se depois que as mulheres terminam o curso de qualificação profissional, elas conseguem gerar renda?
- 11) Após a qualificação dessas mulheres há encaminhamento para emprego?
- 12) Quais os principais motivos que fazem as mulheres procurarem o CRAS?
- 13) Saber informar quais os principais fatores que contribuem para o aumento da chefia feminina das mulheres participantes do PAIF?
- 14) Dentro de um contexto socioeconômico e político, quais as perspectivas de transformação e de autonomia das mulheres chefes de famílias inseridas no PAIF?
- 15) As mulheres chefes de família que são participantes do CRAS e cadastradas no PAIF conseguem alcançar qualidade de vida para si própria e para seus membros?

ANEXOS IV

ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA.

Este instrumento contém questões referentes à pesquisa de campo do projeto intitulado “**Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres participantes do CRAS do São José IV, em Manaus/AM**” orientado pela Profa. Dra. Iraíldes Caldas Torres, tendo como pesquisadora a mestrandia Simone Tavares da Silva Costa. Trata-se de uma entrevista direcionada à assistente social do Centro de Referência de Assistência Social do São José IV na Zona leste de Manaus.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Idade:

1.2 Pós-graduada: () Sim () Não Qual área?

1.3 Há quanto tempo trabalha no CRAS São José IV?

II – ABORDAGEM ESPECÍFICA

- 1) Quais os limites e as possibilidades do Programa de Atenção Integral à Família?
- 2) Que tipo de atividade é realizado com os grupos de mulheres cadastradas no PAIF?
- 3) Você concorda com o critério utilizado por Programas de Renda Mínima, que adotam a mulher como principal beneficiária? Explique
- 4) Você sabe quantas mulheres chefes de família são cadastradas no PAIF? Você acha importante saber esse número? Por quê?
- 5) Qual a sua maior atividade com as famílias chefiadas por mulheres?
- 6) Quais instrumentais e técnicas são utilizadas no trabalho com famílias?
- 7) Em sua opinião quais os desafios colocados para o trabalho cotidiano do assistente social com as famílias em situação de vulnerabilidade social? E quais as conquistas?
- 8) Você acha importante que os trabalhos com as famílias nos serviços socioassistenciais estejam articulados com os programas de transferência de renda como o Bolsa Família? Por quê?
- 9) Como se dá o acompanhamento do cumprimento, por parte dos beneficiários do Bolsa-Família, das atividades estabelecidas como condicionalidades nas áreas da saúde, educação e assistência social? Há apoio para as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades do PBF?
- 10) Como é realizado o trabalho informativo do assistente social quanto ao acesso das famílias às políticas públicas?
- 11) Em sua opinião o CRAS tem conseguido potencializar e fortalecer os vínculos familiares?
- 12) Você considera que o trabalho socioeducativo seja um componente necessário à inclusão social e ao fortalecimento das famílias como sujeitos de direitos? Por quê?
- 13) Quais os trabalhos em caráter de prevenção das situações de risco realizados com as famílias do território de abrangência do CRAS do São José IV?
- 14) A sua metodologia de trabalho com famílias reconhece a pluralidade dos arranjos familiares? Explique
- 15) Quais os fatores de vulnerabilidades que mais justificam a ação de políticas públicas?

ANEXOS V

ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA.

Este instrumento contém questões referentes a pesquisa de campo do projeto intitulado “**Chefia Feminina e Trabalho Precarizado: um olhar para as mulheres participantes do CRAS do São José IV, em Manaus/AM**” orientado pela Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres, tendo como pesquisadora a mestranda Simone Tavares da Silva Costa. Trata-se de uma entrevista direcionada ao Psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social do São José IV na Zona leste de Manaus.

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Idade:

1.2 Pós-graduado: () Sim () Não Qual área?

1.3 Há quanto tempo trabalha no CRAS São José IV?

II – ABORDAGEM ESPECÍFICA

- 1) Quais os limites e as possibilidades do Programa de Atenção Integral à Família?
- 2) Quais os instrumentais utilizados no trabalho com famílias ou usuários do CRAS?
- 3) Em sua opinião qual a importância em se trabalhar mais efetivamente a família?
- 4) Como é realizado o trabalho de escuta das famílias?
- 5) Como ocorre o trabalho da equipe multiprofissional?
- 6) Como é realizado o atendimento particularizado do usuário (a) que necessita de apoio psicológico?
- 7) Existe trabalho em grupo de apoio psicológico? Justifique.
- 8) Existe apoio psicológico contínuo às famílias ou usuários que precisam deste tipo de serviço?
- 9) Saberria informar se a mulher chefe de família procura mais por apoio psicológico do que por outros serviços? Por quê?
- 10) Você acha importante realizar um trabalho de apoio psicológico específico com as mulheres que são chefes de família? Por quê?
- 11) Há o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF?
- 12) Como é feito o encaminhamento para a rede socioassistencial de apoio psicológico?
- 13) Qual a maior demanda de serviços psicológicos?
- 14) Como é realizado o trabalho com famílias na busca da superação de suas vulnerabilidades?
- 15) Quais os fatores de vulnerabilidades que mais justificam a ação de políticas públicas?